

ANTÓNIO JOSÉ AVELÃS NUNES

UMA INTRODUÇÃO À
ECONOMIA POLÍTICA



QUARTIER LATIN

O AUTOR

ANTÓNIO JOSÉ AVELÃS NUNES

É Professor Catedrático da Faculdade de Direito de Coimbra, onde se doutorou com uma tese sobre *Industrialização e Desenvolvimento – A Economia Política do “modelo brasileiro de desenvolvimento”*, editada no Brasil pela Quartier Latin, com um prefácio de Celso Furtado.

Foi membro dos cinco primeiros Governos de Portugal imediatamente a seguir à Revolução dos Cravos (25 de Abril de 1974), com a tutela do Ensino Superior e da Investigação Científica.

Foi Director da Faculdade de Direito de Coimbra entre 1996 e 2000. Exerce, desde 2003, as funções de Vice-Reitor da Universidade de Coimbra. É, desde 1995, Director do *Boletim de Ciências Económicas*, revista especializada editada pela Faculdade de Direito de Coimbra.

É membro dos Conselhos Consultivo ou Editorial da *Revista da Universidade Federal do Paraná*, da *Quaestio Iuris* (revista da Pós-Graduação em Direito da UERJ), da *Revista da Faculdade de Direito da USP* e da *Revista de Direito do Estado*.

Por convite da Direcção da CAPES, participou, em 2001 e em 2004, como observador estrangeiro convidado, nos trabalhos da Comissão de Avaliação Trienal dos Programas de Pós-Graduação em Direito (Mestrado e Doutorado). Aceitou idêntico convite para participar nos trabalhos da mesma Comissão de Avaliação, em Agosto de 2007.

É Vice-Presidente da Direcção do Instituto de Direito Comparado Luso-Brasileiro. É membro da Academia Brasileira de Direito Constitucional. Em 1999, foi-lhe concedido, pela Associação dos Advogados de Minas Gerais, o Diploma e a Comenda “Professor Gerson Bosen”.

É Doutor *Honoris Causa* da Universidade Federal do Paraná e Professor *Honoris Causa* da Universidade Federal de Alagoas.

É autor de vários livros, editados em Angola, no Brasil, na Hungria, no México e em Portugal, para além de várias dezenas de trabalhos publicados sobre matérias da sua especialidade. Foi agraciado pelo Presidente da República Federativa do Brasil com a Ordem do Rio Branco.

ANTÓNIO JOSÉ AVELAS NUNES

Prof. Auxiliar da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra

Docente Honoris Causa da Universidade Federal do Paraná

Professor Honoris Causa da Universidade Federal de Alagoas

UMA INTRODUÇÃO À ECONOMIA POLÍTICA

*Para a Biblioteca de
Faculdade de Direito de Coimbra,
compreendida a
Margarida de Almeida
1970*

56-18-17
95

QUARTIER LATIN

ANTÓNIO JOSÉ AVELÁS NUNES

É Professor Catedrático da Faculdade de Direito de Coimbra, onde se doutorou com uma tese sobre *Industrialização e Desenvolvimento - A Economia Política do "modelo brasileiro" de desenvolvimento*, editada em Brasil pela Quartier Latin, com um prefácio de Celso Furtado.

Foi membro dos cinco primeiros Governos de Portugal imediatamente a seguir à Revolução dos Cravos (25 de Abril de 1974), com a tarefa do Ensino Superior de Investigação Científica.

Foi Director da Faculdade de Direito de Coimbra entre 1996 e 2000. Desde 2001, as funções de Vice-Reitor da Universidade de Coimbra. É, desde 1995, Director do Instituto de Ciências Económicas, jurídica especializada editada pelo Faculdade de Direito de Coimbra.

Editora Quartier Latin do Brasil

Rua Santo Amaro, 316 - CEP 01315-001

Vendas: Fone (11) 3101-5780

Email: vendas@quartierlatin.art.br

Site: www.quartierlatin.art.br

É membro dos Comités de
Revisão da *Universidade*,
Quartier Latin (revista da Pós-Graduação
da UERJ), da *Revista de Família*
e da *Revista de Direito de Estado*.

Por convite da Direcção de CAPES, participou em 2001 e em 2004, duas observações estrangeiras realizadas, nos palácios da Comissão de Avaliação Trienal das Propostas de Pós-Graduação em Direito (Mestrado e Doutorado). Actuação também convocada para participar nos trabalhos da mesma Comissão de Avaliação, em Agosto de 2007.

É Vice-Presidente da Direcção do Instituto de Direito Comparado Luso-Brasileiro. É membro da Academia Brasileira de Direito Constitucional. Em 1978, foi-lhe nomeado, pela Associação dos Advogados de Minas Gerais, o *Orador* e a *Conferência "Professor Gervásio Bessa"*.

É Doutor Honoris Causa da Universidade Federal do Paraná e Professor *Armando Caster* da Universidade Federal de Alagoas.

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS. Proibida a reprodução total ou parcial, por qualquer meio ou processo, especialmente por sistemas gráficos, microfilmicos, fotográficos, reprográficos, fonográficos, videográficos. Vedada a memorização e/ou a recuperação total ou parcial, bem como a inclusão de qualquer parte desta obra em qualquer sistema de processamento de dados. Essas proibições aplicam-se também às características gráficas da obra e à sua editoração. A violação dos direitos autorais é punível como crime (art. 184 e parágrafos do Código Penal), com pena de prisão e multa, busca e apreensão e indenizações diversas (arts. 101 a 110 da Lei 9.610, de 19.02.1998, Lei dos Direitos Autorais).

ANTÓNIO JOSÉ AVELÃS NUNES

Professor Catedrático da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra

Doutor Honoris Causa da Universidade Federal do Paraná

Professor Honoris Causa da Universidade Federal de Alagoas

UMA INTRODUÇÃO À ECONOMIA POLÍTICA

*Para a Biblioteca de
Faculdade de Direito de Coimbra,
homenagem de
António José Avelãs Nunes
Set/07*

Editora Quartier Latin do Brasil
São Paulo, inverno de 2007
quartierlatin@quartierlatin.art.br
www.quartierlatin.art.br



J-56-18-17

Editora Quartier Latin do Brasil

Rua Santo Amaro, 316 – Centro – São Paulo

Coordenação: Vinicius Vieira

Diagramação: Paula Passarelli

Revisão: Danilo S. Paes Landim

Capa: *Studio Quartier*

Nunes, António José Avelãs

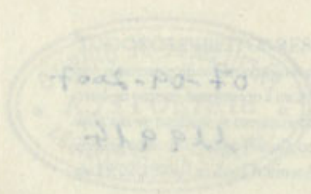
Uma Introdução à Economia Política - São Paulo : Quartier
Latin, 2007.

ISBN 85-7674-208-X

1. Economia 2. Direito I. Título

Índices para catálogo sistemático:

1. Brasil : Economia



SUMÁRIO

Começando pelo Princípio: O que é a Economia Política?	11
Referências Bibliográficas	51

PARTE I

Os Sistemas Económicos - Génese e Evolução do Capitalismo, 59

Introdução	60
I. A teoria dos sistemas económicos	60
II. As soluções	61
1. A teoria dos "estádios económicos"	61
2. A teoria dos modos de produção	63
3. A Teoria dos "tipos de Coordenação"	70
III. Apreciação Crítica	71
Capítulo I - Do Comunismo Primitivo ao Capitalismo	77
A - O Comunismo Primitivo	79
B - O Esclavagismo	84
C - O Feudalismo	87
1. Caracterização geral	87
2. A desagregação da sociedade feudal	91
D - A Transição para o Capitalismo - A acumulação primitiva do capital	101
1. A acumulação do capital	102
2. A proletarização dos camponeses pobres: as <i>enclosures</i> e a 'revolução agrícola'	107
3. A proletarização dos trabalhadores da indústria: da 'indústria artesana' à indústria capitalista	111
4. A Reforma	120
5. A formação dos estados modernos na Europa	123
6. A 'Revolução Inglesa'	124
7. A revolução industrial	128
8. A Revolução Francesa	141

Capítulo II - Do Capitalismo de Concorrência ao Capitalismo Monopolista de Estado	175
A - O Capitalismo de Concorrência	178
B - O Capitalismo Monopolista	182
1. A concentração capitalista. Seus factores	183
2. A exportação de capitais privados e o recrudescimento do imperialismo	189
C - O Capitalismo Monopolista de Estado	196
1. Enquadramento Histórico	197
2. Caracterização Geral	205
3. A finalizar, uma nota sobre a globalização	226
 Capítulo III - Capitalismo e Socialismo	241
1. A tese da convergência dos sistemas	242
2. Capitalismo e Socialismo - elementos essenciais	244
3. Um sistema misto?	246
3.1. A perda de significado da propriedade privada	247
3.2. A existência de um sector público	259
3.3. A planificação nos países de economia capitalista	260
Referências Bibliográficas	273

PARTE II

História da Ciência Económica. O Pensamento Económico, 281

Nota Prévia	282
 Capítulo I - O Pensamento Económico na Antiguidade e na Idade Média	285
1. O Pensamento Económico na Antiguidade	286
2. O Pensamento Económico na Idade Média	286
 Capítulo II - O Mercantilismo	289
1. O "Sistema Mercantil": o Mercantilismo	290
2. Os 'Mercantilismos Nacionais'	292

2.1. O Bulionismo Espanhol	293
2.2. O Mercantilismo Industrial (França)	294
2.3. O Mercantilismo Comercial (Inglaterra)	295
3. As grandes linhas do pensamento mercantilista	298
3.1. Uma política Nacionalista	298
3.2. O Populacionismo	299
3.3. As teses dos mercantilistas no domínio monetário	300
3.4. Economia e política são inseparáveis: o papel do estado ..	301
4. A controvérsia acerca do mercantilismo	304
4.1. Os mercantilistas e a “mania da regulamentação”	305
4.2. O ouro e a prata constituem a verdadeira riqueza de um país?	308
4.3. A importância do ouro e da prata	312
4.4. Teoria da balança comercial e teoria quantitativa da moeda.	
O “dilema mercantilista”	315
4.5. O mercantilismo e o seu tempo. A transição para o liberalismo	322
Capítulo III - Os Fisiocratas	327
1. A fisiocracia: os “economistas”	328
2. A “Ordem Natural”	330
2.1. Lei natural, lei física e lei moral	332
2.2. A propriedade, “base de todas as sociedades”.	
Propriedade, liberdade e igualdade	334
2.3. O individualismo e a harmonia dos interesses.	
O “ <i>laisser-faire, laisser-passer</i> ”	337
2.4. Natureza e funções do estado	340
2.5. A ciência económica como “ciência física”, como “física económica”	344
3. O conceito de riqueza	345
4. A noção de trabalho produtivo	346
5. O conceito fisiocrático de excedente (<i>produit net</i>)	348
6. As classes sociais na análise do <i>tableau</i>	350
7. O <i>Tableau Économique</i> , o processo de produção e o processo de	
circulação das mercadorias	354
8. Algumas questões teóricas suscitadas pelo <i>Tableau Économique</i>	357
8.1. A actividade económica como processo auto-renovável	357
8.2. A conexão entre a produção e a circulação numa economia mercantil ..	357
8.3. A moeda como simples intermediário nas trocas	358
9. A importância do excedente no modelo de reprodução do	
<i>Tableau Économique</i>	358

10. O aumento do excedente agrícola e o crescimento económico (o <i>bon prix</i> para os cereais, o <i>impôt unique</i> e o <i>laissez-faire</i> , <i>laissez-passer</i>)	359
11. A noção de capital e a importância do investimento	362
11.1. Os <i>Avances Foncières</i>	363
11.2. Os <i>Avances Primitives</i>	365
11.3. Os <i>Avances Annuelles</i>	366
12. Juízo acerca do significado e da importância das teses fisiocráticas	366
12.1. Uma perspectiva global: a importância das teorias fisiocráticas na história da análise económica	366
12.2. Os limites teóricos da abordagem do <i>Tableau</i> : a ausência de uma teoria do valor	371
Capítulo IV - A Escola Clássica	377
Capítulo V - Adam Smith	383
1. Adam Smith e o seu tempo	384
2. A teoria do valor	388
2.1. O padrão de medida do valor	391
2.2. A origem do valor	394
3. A teoria da distribuição do rendimento	402
3.1. A teoria do salário	404
3.2. A teoria da renda	413
3.3. A teoria do lucro	418
4. As causas da riqueza das nações	422
4.1. A divisão do trabalho	424
4.2. A acumulação do capital	425
5. A filosofia social de Adam Smith	432
Capítulo VI - Jean-Baptiste Say	443
1. A utilidade e a teoria do valor	444
2. A teoria dos três factores de produção	445
3. A figura do "empresário"	447
4. A lei dos mercados dos produtos (Lei de Say)	448

Capítulo VII - Thomas Robert Malthus	451
1. O "princípio da população"	452
2. A teoria da renda	455
3. O problema da "procura efectiva"	456
Capítulo VIII - David Ricardo	461
1. Ricardo, fundador da economia política abstracta	462
2. A teoria do valor	463
3. A teoria da distribuição do rendimento	467
3.1. A teoria da renda diferencial	469
3.2. A teoria do salário	470
3.3. A tendência para a baixa da taxa de lucro	474
4. Ricardo e a lei de Say	476
5. O livrecambismo e a teoria do comércio internacional	477
Capítulo IX - As Reacções contra a Escola Clássica	483
1. A crítica metodológica	484
2. A crítica do livrecambismo	485
3. A crítica 'socialista'	485
Capítulo X - Do 'Socialismo Utópico' ao 'Socialismo Científico'	489
Capítulo XI - Karl Marx	497
1. Marx: a crítica da economia política	498
2. A concepção materialista da história	498
3. As leis da economia política marxista	500
4. A teoria do valor e a mais-valia	502
5. A teoria da exploração	506
6. A teoria do salário	511
7. A teoria marxista das classes. A luta de classes	516
8. A teoria da concentração	521
9. Tendência para a baixa da taxa média de lucro	525
10. A teoria das crises	529
11. A teoria da revolução e a construção do comunismo	533

Capítulo XII - O Marginalismo e a Rotura com a Perspectiva

Clássica-Marxista	537
1. Say: as classes sociais fora da análise económica	538
2. Os precursores da teoria subjectiva do valor	538
3. A “revolução marginalista”	540
4. A nova economia subjectivista-marginalista	541
5. A síntese de Lionel Robbins	547
5.1. A lei da escassez e a conduta económica	547
5.2. Uma definição analítica da ciência económica	550
5.3. A ciência económica é neutra em relação aos fins	552
5.4. A Economia como “ciência da escolha”	555
5.5. A Economia configurada como ciência dedutiva	557
5.6. A Economia estuda relações entre homens e bens económicos	558
6. A crítica do marginalismo	559
6.1. O âmbito da Economia marginalista	559
6.2. O significado do <i>homo oeconomicus</i>	560
6.3. A ciência económica pode ser uma “ciência dos meios”?	563
6.4. A Economia marginalista não pode compreender o capitalismo	568

Capítulo XIII - Da ‘Revolução Keynesiana’ à Contra-Revolução

Monetarista	585
1. A Grande Depressão: o fim do <i>laissez-faire</i>	586
2. Keynes: a opção pela política financeira	586
3. A fundamentação económica do estado-providência	588
4. A estagnação e a “ascensão do monetarismo”	590
5. A contra-revolução monetarista: do “estado mínimo” à “morte da política económica”	591
6. A tese do “desemprego voluntário”	594
7. O problema do emprego visto como problema de salários	595
8. Os “monopólios sindicais” e as “imperfeições” do mercado de trabalho	599
9. A crítica monetarista ao “princípio da responsabilidade social colectiva”	602
10. Síntese da controvérsia entre keynesianismo e neoliberalismo	604
Referências Bibliográficas	621

COMEÇANDO PELO PRINCÍPIO

O QUE É A ECONOMIA POLÍTICA?

1. – Etimologicamente, a expressão *economia política* significa *administração do património da cidade* (do património do estado, do património público), uma vez que tem a sua raiz nas palavras gregas *oikonomia* (*oikos* – casa, património; *nomos* – ordem, lei, administração) e *politica* (relativa à *polis*, a cidade-estado dos gregos).

Embora com um sentido não coincidente com o seu significado etimológico, admite-se em geral que a designação de *economia política* tenha sido adoptada pela primeira vez por Antoine de Montchrestien, mercantilista francês (1576-1621), no seu célebre *Traité d'Économie Politique* (1615).

Várias outras designações foram sugeridas ou utilizadas para traduzir o complexo de questões que hoje constituem o objecto da nossa disciplina (v.g. *economia civil*, *economia pública*, *economia nacional*, *economia social*), embora a mais corrente, desde os clássicos ingleses, seja a de *economia política*. Depois de Montchrestien, esta designação foi adoptada por James Steuart (*Inquiry into Principles of Political Economy* – 1770), tornando-se de uso corrente depois da publicação dos trabalhos de Ricardo, James Mill e outros autores clássicos.

2. – A nossa disciplina surgiu como *Economia Política*. Mas a partir de 1890 (1ª ed. dos *Principles of Economics*, de Alfred Marshall) generalizou-se a designação *Economics*.

Com o êxito da ‘revolução marginalista’, a opção pela designação *Economics* revela a preocupação de apresentar a disciplina como uma *teoria pura*, como uma *ciência teórica pura*, à semelhança da matemática (*mathematics*) ou da física (*physics*) e, por parte de alguns autores, o propósito de pôr em relevo que o que interessa é o indivíduo e não os grupos, a sociedade ou o estado. Não terá mesmo faltado quem tenha pretendido reservar a designação *Economia* para a ‘economia científica’ (ou economia positiva) e a expressão *Economia Política* para a ‘economia ideológica’ (ou economia normativa).

No mundo de língua inglesa, por meados da década de 1950, a designação *Political Economy* só muito raramente era utilizada (quase exclusivamente na literatura de inspiração marxista, contrapondo a *economia política* dos clássicos ingleses e também de Marx e de Engels à nova *economics*), o que terá levado John Hicks a defender que *Political Economy* é tão só “the older name of Economics”. Esta

situação começou a mudar a partir do início da década de 80. E nos países francófonos manteve-se a designação tradicional de *Economia Política*.

Creemos que não têm razão os que atribuem à expressão *Economia Política* conotações ideológicas ou implicações metodológicas que anulariam a natureza científica da sua abordagem dos problemas económicos. Não vemos fundamento para se apontar a *Economia* como científica e a *Economia Política* como não-científica, ou vice-versa.

De todo o modo, pensamos que à designação *Economia Política* se liga, em regra, uma nota metodológica específica dentro da abordagem científica dos problemas económicos.

A *Economia Política* não representa um *paradigma autónomo*, e talvez devamos admitir que não há uma *economia política homogénea*, mas *várias economias políticas*. Colocando-se numa perspectiva interdisciplinar, a *Economia Política* abre o caminho a diferentes ponderações acerca da importância dos elementos não-económicos (históricos, políticos, culturais, religiosos, filosóficos, ideológicos) e a diferentes combinações destes elementos.

Mas a *Economia Política* apresenta actualmente, como traço comum, uma atitude crítica perante a *mainstream economics*, especialmente no que toca à sua pretensão de ser uma 'ciência pura', aos seus postulados individualistas, à sua defesa do equilíbrio e da harmonia, à sua recusa em considerar a perspectiva histórica e os factores dinâmicos.

Do nosso ponto de vista, poderá dizer-se também que, embora se perfilhem 'leituras' da realidade ou propostas de política *progressistas* ou *conservadoras* tanto por parte dos que se colocam na óptica da *Economics* como por parte dos que adoptam a perspectiva da *Economia Política*, a *Economics* veicula, em regra, a aceitação *conservadora* do *status quo*, colocando-se a *Economia Política*, em regra, numa perspectiva de *transformação* da sociedade (para alguns de natureza revolucionária).

Deixando de lado outros aspectos, sublinharemos que os que integram o "clube dos economistas políticos" (Kurt Rothschild) defendem também que a *teoria económica* se confunde com a *histoire raisonnée* de que fala Schumpeter a propósito da teoria económica de Marx. Segundo esta perspectiva, "o objecto da ciência económica é essencialmente um processo histórico continuado" (Schumpeter), porque a nossa disciplina só pode aspirar ao estatuto de ciência "interpretando a história, incluindo o presente na história" (Joan Robinson), tendo sempre presente que "as ideias económicas são, sempre e intimamente, um produto do seu próprio tempo e lugar, e não podem ser tidas como coisas distintas do mundo que interpretam". (J. K. Galbraith)

3. - Vale a pena analisar, muito rapidamente, o contexto histórico (económico, social, cultural, ideológico) em que surgiu a actividade científica no domínio de que nos ocupamos e quais os caminhos da sua evolução, como *produto social*, até aos dias de hoje.

Começaremos por dizer que a ciência económica nasce, verdadeiramente, no século XVIII, com o advento do capitalismo como sistema produtivo (como modo de produção autónomo, se quisermos utilizar a linguagem de Marx), durante o período em que a sociedade capitalista emergente se contrapunha à velha sociedade feudal, fazendo caminho à custa da transformação e da destruição desta.

Dir-se-á que antes desta época - muito antes mesmo - vários autores, desde Aristóteles aos mercantilistas, formularam proposições e escreveram livros sobre temas de economia. É verdade. Mas a verdade também é que essas proposições se integravam em discursos diferentes, relativos à moral, à política ou ao direito, muito longe de configurarem uma ciência económica autónoma relativamente a essas outras disciplinas. Não se aceitava na prática nem se concebia no plano teórico que os processos económicos pudessem gerar os seus próprios imperativos, originar as suas próprias leis ou proporcionar as bases de uma disciplina intelectual autónoma. Antes do século XVIII, a esfera da actividade económica não era considerada autónoma: a economia era vista como um simples meio ao serviço da realização de valores ou fins de ordem moral ou religiosa, ou - no caso dos mercantilistas - um meio de construir, de manter e de aumentar o poder político do soberano e do estado.

Tanto na esfera da produção como na esfera do consumo, tudo é decidido segundo critérios de *poder* (de poder político, que se confunde com o poder económico). Nas formações sociais pré-capitalistas, a produção está em absoluto subordinada ao consumo, mas o consumo não é um fim em si mesmo, não passando - como observa Claudio Napoleoni - de simples condição material para o desenvolvimento das actividades (a cultura, a guerra, etc.) que então se admitia corresponderem à 'dignidade' do homem. O consumo encontra a sua 'justificação' fora do processo económico, não constituindo, por isso, um elemento integrante do processo de produção.

Mesmo as relações de troca (monetária ou não), que tinham por objecto uma parte do excedente apropriado pelos senhores, diziam respeito apenas à esfera da circulação, completamente desligadas da esfera da produção (e dos custos de produção). Só com o advento do capitalismo as relações de troca reflectem as relações de produção e são determinadas por elas (as mercadorias trocam-se no mercado umas pelas outras tendo em conta os seus custos reais de produção). Foi isto o que

compreendeu, desde logo, Adam Smith, que fez da Economia Política, essencialmente, uma teoria da produção e do crescimento económico.

Esta situação alterou-se profundamente com as revoluções burguesas, que vieram pôr termo ao estatuto de servidão, proclamando que todos os indivíduos (incluindo os trabalhadores) são *seres livres, sujeitos de direitos e de deveres*.

Os trabalhadores passam a poder dispor livremente da sua *força de trabalho* (que então surge como *mercadoria autónoma*), substituindo-se o trabalho servil pelo trabalho assalariado. O capitalista adquire os meios de produção (incluindo a força de trabalho) e desencadeia o processo produtivo com o objectivo de obter lucros e de transformar uma parte deles (uma parte do excedente) em meios de produção adicionais e estes em maior quantidade de bens produzidos, destinados à venda no mercado com fins lucrativos. Por outro lado, a propriedade feudal (propriedade imperfeita) é substituída pela propriedade capitalista (perfeita, absoluta e excluyente). E a Revolução Industrial trouxe consigo a afirmação do processo colectivo de produção, a divisão interna do trabalho, o aumento da produtividade, a multiplicação da produção efectiva de bens, assim como a consciência social de que tudo isto se estava a verificar.

O processo económico ganha então a sua autonomia não apenas em relação ao discurso metafísico, teológico ou ético, mas também relativamente ao discurso político e à lógica do poder político. A ciência económica ocupa-se agora da *sociedade económica* (ou *sociedade civil*) concebida como um sistema, como um conjunto de relações sociais reguladas por leis próprias (*leis naturais*, independentes da vontade dos governos, que podem ser descobertas pela investigação).

Mas o advento da nova era burguesa não ficou marcado apenas por transformações económicas e sociais. A 'revolução' fez-se sentir também na filosofia, na ciência e no mundo das ideias em geral, percorrendo um caminho que se inicia com o Renascimento e com as viagens oceânicas de portugueses e espanhóis. O homem europeu rompe com os velhos *tabus* escolásticos e parte à descoberta de novos mundos, de novas gentes e de novos produtos, desperto para a observação da natureza e para a experimentação, para a capacidade de aprender sistematicamente com o que se 'vê claramente visto', para a compreensão de que "todo o mundo é composto de mudança" (parafraseando Camões), para a afirmação do homem como *faber mundi* (e não apenas como *viator mundi*), para a confiança optimista no homem e na sua capacidade de dominar a natureza e de ser senhor da sua própria história, para a substituição de deus pelo homem, consciente da sua capacidade de "dar novos mundos ao mundo".

A *revolução burguesa* é também a revolução racionalista, intimamente associada à revolução científica e ao método científico moderno introduzido por Bacon e por Descartes. Os filósofos do séc. XVIII abandonaram a concepção religiosa do mundo, da vida e das relações sociais, substituindo-a pelo conceito de *ordem natural* e proclamando um mundo de harmonia e de justiça (lei natural = lei moral), governado por *leis naturais*, tão rigorosas como as da Física.

É neste ambiente que nasce a Economia Política, empenhada em aplicar ao estudo das relações entre os homens (considerados como elemento da "ordem natural") o método científico do racionalismo. Como escreveu Maurice Dobb, a Economia Política clássica "exerceu uma influência revolucionária sobre os conceitos e a prática tradicionais", formulando o "conceito de sociedade económica como um sistema determinista, i.é, como um sistema regido por leis próprias, de acordo com as quais poderiam fazer-se os cálculos e predições dos acontecimentos", e sustentando que "nas questões humanas existia um determinismo comparável ao determinismo das leis naturais".

Entendendo-se que o sistema capitalista de produção partilhava da 'racionalidade' inerente à ordem natural, o objecto da ciência económica passa a ser o de descobrir as *leis naturais* que regulam o processo de produção e de distribuição do produto social, compreendendo-se que, a esta luz, o capitalismo fosse considerado (pelos clássicos ingleses, v.g.) como uma construção definitiva, como o *fim da história*.

O conceito de *ordem natural* surgiu contra o *ancien régime*, autoritário, discriminatório, regulamentador. Ao autoritário direito divino opunha-se o *direito natural* libertador dos indivíduos, reconhecendo a cada um o direito de prosseguir o seu próprio interesse. Desta forma, a *ordem económica*, funcionando por si própria, seria regida por uma lei natural que asseguraria os melhores resultados para a comunidade.

Contra a orientação mercantilista - que considerava o 'governo da economia' pelo estado, através da regulamentação minuciosa e da intervenção permanente e generalizada, indispensável para livrar do caos o 'sistema comercial' -, os fisiocratas, para além de defenderem o princípio do *laissez-faire, laissez-passer*, vêm proclamar a existência de uma "ordem natural" ("a mais vantajosa para os homens reunidos em sociedade"), governada por "leis soberanas", "estabelecidas para todo o sempre pelo Autor da Natureza", leis que são *leis físicas*, num mundo em que "a ordem moral é traçada pela ordem física", em que "as leis morais não são mais do que injunções à nossa liberdade no sentido de obedecer às leis físicas". A lei física e a lei moral confundem-se em favor da primeira na unidade da lei natural. A moral não pode ter outro sentido que não seja o de mero instrumento de realização física da ordem que resulta da lei natural.

A *filosofia moral* implícita nos trabalhos dos economistas clássicos (a *filosofia da liberdade natural* ou *filosofia da lei natural*) e o seu apelo aos conceitos fundados na *natureza humana* serviram, consciente ou inconscientemente, o objectivo de encontrar uma *justificação moral* para o capitalismo nascente.

A Economia Política propõe-se, segundo Adam Smith, “enriquecer tanto os indivíduos como o soberano”. Mas este desejo de enriquecer surge ao arrepio dos valores que dominaram a civilização cristã europeia anterior à Reforma e que se mantiveram até à consolidação da nova civilização burguesa e capitalista. Para que os novos valores se impusessem contra a moral tradicional era necessário encontrar para eles uma *justificação moral*. A filosofia da lei natural que informou a Economia Política smithiana deu a resposta a esta necessidade, ao ligar o desejo de enriquecer a *princípios universais* decorrentes da *natureza humana* e da *razão humana*. A *natureza* e a *razão* legitimavam uma prática que a *teologia* condenava. E esta forma de *justificação moral* casava-se perfeitamente com o ambiente cultural do tempo.

Os *conceitos normativos* da teoria económica clássica entroncam na tradição da lei natural dos séculos XVII e XVIII, período em que a *natureza* e a *razão* substituíram Deus como fundamento da ordem social. A ideia da *lei natural* - já presente nos fisiocratas -, com raízes na teologia cristã, constitui uma simbiose entre *princípios normativos* (que vinham da jurisprudência romana e da teologia medieval, com a sua ideia de uma *ordem justa*, uma *ordem de justiça*) e *princípios científicos* (as ‘leis naturais’ partilham de um certo *cientismo* mais ou menos *determinista* então em voga).

Enquadrada pelos pressupostos da filosofia da lei natural, a Economia Política clássica extraiu os seus princípios da *natureza* e da *razão*, trazendo implícita a conclusão de que tais princípios conduziriam a uma *ordem social justa*, num tempo em que o progresso das relações de produção capitalistas coincidia com o progresso da sociedade e em que os interesses e os projectos de transformação social da burguesia poderiam facilmente identificar-se com os de todos os grupos sociais que não integravam as classes dominantes feudais.

Parece claro, pois, que a Economia Política nasceu enquadrada na nova ideologia burguesa. A filosofia social presente em *A Riqueza das Nações* assenta na defesa do individualismo, na confiança no “sistema de liberdade natural”, na afirmação de uma *antropologia optimista* (ultrapassando o pessimismo hobbesiano do *homo homini lupus*), que servia integralmente o objectivo ideológico fundamental da nova classe burguesa: a afirmação de que os seus interesses são objectivamente coincidentes com os da sociedade como um todo (desde que o estado não intervenha e a economia funcione de acordo com as suas leis imanentes).

Não será, por isso, descabido que aqui se acolha a tese - sustentada por Marx e pelos autores marxistas - segundo a qual a Economia Política clássica surgiu e desenvolveu-se como *ciência da burguesia*, num período em que a burguesia ascendente, em luta para ocupar a posição de classe dominante, na economia, na sociedade e no estado, era a classe em condições de (e interessada em) analisar *objectivamente* a sociedade e os mecanismos da economia.

4. - Não é fácil *definir* a ciência económica, por mais estranha que esta afirmação possa parecer. Apetece dizer, com Alfred Marshall, que "todas as afirmações breves sobre Economia são falsas (excepto esta, talvez)".

Há pouco mais de um século, foi exactamente Alfred Marshall quem definiu a ciência económica como "o estudo da humanidade nos assuntos correntes da vida" ("the study of mankind in the ordinary business of life"). Poderíamos deixar esta definição, que parece de bom senso, e passar à frente, embora com a consciência de, com ela, pouco adiantarmos acerca do objecto da nossa disciplina.

Mas, hoje, teríamos de assumir igualmente que a definição de Marshall é inconsistente com o 'conceito vazio' apresentado por Jacob Viner ao definir a ciência económica através da mera *descrição* agnóstica dela como "aquilo que os economistas fazem". É que hoje não falta quem defenda que, graças ao desenvolvimento da ciência económica e graças a uma certa *crise* por que ela passa, a maioria dos economistas faz coisas que pouco têm a ver com as preocupações correntes das pessoas de carne e osso. Talvez estejamos longe, e talvez estejamos mesmo a afastar-nos, afinal, da concretização do maior desejo de Marshall, manifestado em 1885 na lição inaugural da sua cátedra de Cambridge: o de enviar os seus estudantes para a vida "com cabeças frias mas com corações quentes (...), com capacidade para atenuarem os sofrimentos sociais que os rodeiam".

Em regra, os manuais limitam-se a dar a noção de ciência económica que o seu autor considera mais correcta. Não adoptaremos aqui esta solução, por considerarmos preferível - desde logo no plano pedagógico - *problematizar* a questão, enunciando e mostrando o significado das principais perspectivas analíticas em confronto, estimulando os alunos a participar num debate sempre aberto, sem fornecer receitas nem impor dogmas, embora sem esconder que *esta problematização* não pode deixar de reflectir as nossas próprias ideias.

Partilhamos, a este propósito, o ponto de vista dos autores (Paul Sweezy, Joan Robinson, entre outros¹) que defendem perfilarem-se actualmente duas grandes correntes (ou paradigmas) acerca da ciência económica:

1 Cf. Claudio NAPOLEONI, *Fisiocracia, Smith, Ricardo, Marx*, trad. esp., Oikos, Barcelona, 1974 (1ª ed. italiana, 1973), Capítulo I.

Por um lado, a *perspectiva clássica-marxista*, que se inicia com os fisiocratas, passa por Smith e Ricardo e vem desembocar em Marx, tendo sido modernamente renovada por Piero Sraffa.

Por outro lado, a *perspectiva subjetivista-marginalista*, que vem de Jean-Baptiste Say e de William Nassau Senior, que se afirmou com a chamada 'revolução marginalista', levada a cabo, à roda de 1870, por William Stanley Jevons, Carl Menger e Léon Walras, e que hoje se apresenta como a *perspectiva académica dominante*, a *mainstream economics*, que tem no já clássico ensaio de Lionel Robbins sobre *a natureza e o significado da ciência económica* - 1ª ed., 1932 - a sua síntese mais elaborada e representativa.

Vale a pena ler Paul Sweezy²:

"A economia política ortodoxa considera o sistema social existente como um facto estabelecido, como se ele fizesse parte da ordem natural das coisas. No interior deste quadro imutável, ela procura harmonizar os interesses dos indivíduos, dos grupos, das classes, das nações; ela estuda as tendências que conduzem ao equilíbrio, e ela supõe que a mudança se opera de modo progressivo e não através de transformações bruscas. Penso que, para ilustrar e apoiar estes propósitos, não será necessário mais do que lembrar que toda a economia ortodoxa se baseia no equilíbrio geral e/ou parcial (os dois tipos de equilíbrio, longe de serem incompatíveis, implicam-se, de facto, reciprocamente). E, no que se refere à concepção 'gradualista' da mudança, limitar-me-ei a lembrar esta divisa impressa na primeira página do *magnum opus* de Alfred Marshall (*Principles of Economics*): *natura non facit saltum* - a natureza não dá saltos.

(...) É praticamente no mesmo momento em que se desencadeava a revolução marginalista, em que a ciência económica (distinta então da economia política clássica) se tornava numa ideologia apologética, que Karl Marx propõe um modo de análise do sistema económico dominante radicalmente diferente e oposto ao precedente. Em vez de harmonia, ele encontrou o conflito. Em vez das forças tendentes ao equilíbrio, insistiu nas forças tendentes a romper e a destruir o *status quo*. Em vez das transformações progressivas, ele encontrou a descontinuidade qualitativa. *Natura facit saltum* poderia perfeitamente figurar na primeira página de *O Capital*".

E também Joan Robinson³:

"As diferenças fundamentais entre a economia marxista e a ortodoxa tradicional são as seguintes: primeira, a de que os economistas ortodoxos aceitam o sistema capitalista como parte da ordem eterna da Natureza, enquanto Marx o

2 Cfr. Paul SWEETZY, "Pour une critique de l'économie politique", em *L'Homme et la Société*, nº 15, Jan-Mar/1970, 139/140.

3 Cfr. Joan ROBINSON, *Economia Marxista*, trad. Brasil., E. Fundo de Cultura, Rio de Janeiro, 1960 (1ª ed. inglesa, 1942), 13/14.

encara como uma fase passageira na transição da economia feudal do passado para a economia socialista do futuro; segunda, a de que os economistas ortodoxos argumentam em termos de uma harmonia de interesses entre proprietários, que não trabalham, e trabalhadores, que nada possuem. Estes dois pontos de diferença não são desconexos, pois se o sistema é aceite e a participação das várias classes no produto social é determinada pela lei natural inexorável, todos os interesses se unem para pleitear um aumento no total a ser dividido. No entanto, uma vez admitida a possibilidade de alteração do sistema, aqueles que esperam ganhar e aqueles que temem perder com a mudança ficam imediatamente separados em campos opostos.

Os economistas ortodoxos, como um todo, identificaram-se com o sistema e assumiram o papel de seus apologistas, enquanto Marx se propôs entender o funcionamento do capitalismo a fim de apressar a sua derrocada. Marx estava consciente deste propósito. Os economistas ortodoxos, numa inconsciência total. Estes escreveram da única forma que lhes pareceu possível fazê-lo, e acreditaram-se dotados de imparcialidade científica. Os seus preconceitos aparecem mais nos problemas que escolheram para estudar e nas hipóteses sobre as quais trabalharam do que numa doutrina política aberta”.

À luz da primeira perspectiva, a ciência económica tem no conceito de *excedente social* o seu núcleo essencial e é construída a partir dele e à volta dele.

Desde os fisiocratas que a ciência económica se interroga acerca da origem da riqueza e da natureza do *excedente* e procura explicar como é que ele se distribui entre as várias *classes sociais*, em sociedades caracterizadas pelo *conflito social*. E cremos que, desde os fisiocratas, se foi construindo a ideia - que ficou clara com Adam Smith, Ricardo e Marx - segundo a qual as leis (ou os princípios) que regulam a distribuição do excedente estão intimamente ligadas às regras (ou princípios) que enquadram o *processo social de produção* (ou, na terminologia de Marx, estão intimamente ligadas à natureza das *relações sociais de produção*).

A segunda perspectiva pode distinguir-se pelo facto de assentar numa concepção atomística da sociedade, de não incluir as classes sociais na análise económica, de ignorar a conflitualidade social e, com ela, os problemas do *poder* (do poder económico e do poder político), de reduzir a vida económica ao mercado, a um mundo de vendedores e de compradores, de fazer das ideias de equilíbrio dos mercados e de harmonia social o pano de fundo da sua construção, de se afirmar como *ciência pura*, como *ciência positiva*, por contraposição à economia política ideológica e doutrinária.

5. - Apesar da equação comum que fazem da problemática central da ciência económica, a partir da concepção global e de certos conceitos lançados pelos fisi-

ocratas, vamos encontrar, nas correntes que integram a perspectiva clássica-marxista, a *economia política* dos clássicos ingleses e a *crítica da economia política* desenvolvida por Marx.

5.1. - Os trabalhos dos clássicos ingleses no domínio da economia política foram obras científicas mas também instrumentos conscientes da luta ideológica e da luta de classes em que a burguesia se encontrava empenhada contra as velhas classes feudais. Neste período inicial do capitalismo - enquanto não se revelou e não veio para o primeiro plano da luta de classes o conflito entre a burguesia industrial e a nova classe proletária surgida com a indústria capitalista -, a economia política burguesa empenhou-se em analisar criticamente os mecanismos que mantinham ainda de pé a velha sociedade feudal, mostrando como as instituições feudais, a organização corporativa e os regulamentos da política mercantilista entravavam o desenvolvimento económico e como as novas relações capitalistas arrastavam consigo o progresso económico e social.

Nestas condições, a economia política clássica foi, conscientemente, um instrumento ao serviço da transformação da realidade social, contribuindo poderosamente para acelerar a derrocada da velha sociedade.

A defesa dos princípios do *laissez-faire* e a demonstração da racionalidade e da eficiência da mão invisível e da concorrência perfeita, v.g., constituíram, verdadeiramente, uma crítica da ordem social anterior.

O liberalismo e o livre-cambismo, que são fontes inspiradoras dos trabalhos de Adam Smith e de David Ricardo, representam a crítica às rendas (monopolistas) dos grandes senhores da terra e aos ganhos de monopólio assentes em privilégios suportados pelo estado e em restrições impostas à circulação da riqueza e ao livre desenvolvimento do comércio interno e externo. Na sua essência, são a crítica de relações de propriedade já ultrapassadas, que sobreviviam graças à protecção do estado e que entravavam o desenvolvimento das forças produtivas, na medida em que favoreciam o consumo em detrimento da acumulação, ao mesmo tempo que restringiam a mobilidade do capital e a expansão dos mercados.

As noções de *trabalho produtivo* e *trabalho improdutivo* vieram para pôr em evidência a natureza parasitária das velhas classes feudais e das camadas sociais a elas ligadas, as quais consumiam de modo improdutivo uma parte significativa do produto social (obtido pelo trabalho das outras classes), em contraste com o papel dinâmico e progressivo da burguesia, que acumulava o capital e desenvolvia a indústria e o comércio em novos moldes, os únicos capazes de promover o desenvolvimento económico.

William Petty, v.g., referia-se aos senhores feudais e às camadas sociais a eles ligadas como pessoas que “não fazem nada mais do que comer, beber, cantar, tocar, bailar e cultivar a metafísica”. E Adam Smith escreveu:⁴

“O trabalho de muitas das mais respeitáveis classes sociais, tal como o dos criados, não produz qualquer valor, não se fixando nem corporizando em qualquer objecto durável ou mercadoria vendável que continue a existir uma vez terminado o trabalho, e que permita atingir, mais tarde, igual quantidade de trabalho. O soberano, por exemplo, bem como todos os funcionários tanto da justiça como da guerra que servem sob as suas ordens, todo o exército e toda a marinha, são trabalhadores improdutos. São servidores do público e é uma parte do produto anual da actividade dos outros indivíduos que os mantém. (...) Na mesma classe teremos de incluir tanto algumas das mais sérias e importantes profissões, como algumas das mais frívolas: os eclesiásticos, os advogados, os médicos e os homens de letras de todos os géneros, os actores, os bobos, os músicos, os cantores de ópera, os bailarinos, etc. O trabalho dos mais insignificantes membros destas profissões tem o seu valor, regulado pelos mesmos princípios que regulam o de todas as outras espécies de trabalho, e mesmo o dos mais nobres e mais úteis nada produz que permita mais tarde adquirir ou obter igual quantidade de trabalho. Tal como a declamação de um actor, a arenga de um orador ou a melodia de um músico, o trabalho de todos eles deixa de existir no próprio momento em que é produzido”.

A *teoria do valor-trabalho* (núcleo teórico das críticas à velha sociedade), considerando o trabalho como a única fonte criadora de valor, punha em relevo, no fim de contas, a oposição entre a igualdade e a justiça burguesas e a opressão e os privilégios feudais.

As concepções liberais, por sua vez, significaram uma crítica empenhada em acabar com as sobrevivências feudais e em transformar a sociedade e a economia no sentido que correspondia, então, não só aos interesses da burguesia, mas também às necessidades do desenvolvimento económico e social da Inglaterra.

No plano das relações internacionais, o livre-cambismo (isto é, a defesa da liberdade do comércio internacional, sem *restrições artificiais* impostas por qualquer estado) correspondia aos interesses da burguesia industrial inglesa cujo monopólio tecnológico dispensava o recurso à acção do estado, para proteger a sua posição de domínio.

Em síntese: assim como o desenvolvimento das ciências naturais assegurava à burguesia os instrumentos indispensáveis à permanente renovação das forças produtivas – na qual assentava a reprodução das relações de produção capitalistas e

dos correspondentes mecanismos de apropriação do excedente, e, portanto, a riqueza e a importância social crescentes da burguesia -, a *economia política burguesa* funcionava como arma no combate aos velhos vínculos que limitavam a iniciativa e a actividade económica, ao mesmo tempo que punha em relevo, perante a própria classe burguesa e perante as camadas populares (cujo apoio a burguesia então procurava e estava em condições de obter), a natureza economicamente produtiva e socialmente progressiva da nova burguesia industrial.

5.2.- No entanto, a partir do momento em que a burguesia se instalou como classe dominante e, sobretudo, a partir do momento em que a nova classe operária começou a ganhar consciência da sua própria posição no processo produtivo social e do antagonismo entre os seus interesses de classe e os interesses da burguesia, esta deixou de ter interesse no desenvolvimento da economia política enquanto ciência orientada para a descoberta das leis económicas do funcionamento e da evolução da sociedade capitalista.

Por esta altura, a economia política começava a pôr em causa o carácter de leis naturais das leis económicas específicas do modo de produção capitalista; começava a interrogar-se sobre os benefícios - para as massas populares e, sobretudo, para a classe operária emergente com o desenvolvimento do capitalismo na indústria -, da liberdade de actividade económica de que gozava a burguesia; começava, enfim, a pôr em dúvida que a burguesia continuasse a ser a classe economicamente produtiva e socialmente progressiva que tinha sido no período da viragem do feudalismo para o capitalismo.

Interrogações deste tipo ressaltam dos trabalhos de Sismonde de Sismondi (1773-1842), cuja obra principal (*Nouveaux principes d'économie politique*) foi publicada em 1819, e - ainda em vida de Ricardo - das obras dos chamados *socialistas ricardianos*, com destaque para Thomas Hodgkin (1787-1869), que publicou, em 1825, um trabalho significativamente intitulado *Defesa do trabalho contra as pretensões do Capital*, cujas conclusões poderão sintetizar-se nesta sua afirmação: "é necessário o capital, mas não os capitalistas".

A economia política *científica* deixava de ser útil à burguesia. A *economia política burguesa* perdia então o seu carácter de análise científica da evolução económica da sociedade e transformava-se em *ideologia*, no sentido de má consciência (ou de *falsa consciência*), i.é, de instrumento de defesa dos interesses da classe dominante na sociedade capitalista (a burguesia), contra a ideologia da classe operária.

No *Prefácio* à 1ª edição de *O Capital* (1867), advertia Marx:

"No campo da economia política, a investigação livre e científica encontra muitos mais inimigos do que nos outros campos. A natureza particular do assunto de que se trata ergue contra ela e leva para o campo de batalha as

paixões mais vivas, mais mesquinhas e mais odiosas do coração humano, todas as fúrias do interesse privado”.

Mas é no *Posfácio* à 2ª edição alemã de *O Capital* (1873) que Marx faz uma síntese de todo o processo que acabámos de referir:

“A economia política enquanto burguesa - isto é, enquanto vê na ordem capitalista não uma fase transitória do progresso histórico, mas antes a forma absoluta e definitiva da produção social -, pode permanecer uma ciência enquanto a luta de classes permanecer latente ou só se manifestar por fenómenos isolados.

(...) O período de 1820 a 1830 distingue-se, na Inglaterra, por uma vida exuberante no domínio da economia política. É a época da elaboração da teoria ricardiana, da sua vulgarização e da sua luta contra todas as outras escolas resultantes da doutrina de Adam Smith.

(...) A situação dessa época explica a ingenuidade desta polémica, embora alguns escritores sem partido tenham já feito da teoria ricardiana uma arma ofensiva contra o capitalismo. Por um lado, a grande indústria ainda estava a sair da sua infância, pois que o início do ciclo periódico, típico da sua vida moderna, só surge com a crise de 1825. Por outro lado, a luta de classes entre o capital e o trabalho era atirada para segundo plano: no plano político, pela luta dos governos e do feudalismo, agrupados à volta da Santa-Aliança, contra a massa popular, conduzida pela burguesia; no plano económico, pelas disputas do capital industrial com a propriedade aristocrática da terra que, na França, se ocultavam sob o antagonismo da pequena e da grande propriedade, e que, na Inglaterra, se manifestaram abertamente, após as “leis dos cereais”.

(...) Consideremos a Inglaterra - continua Marx. O período em que a luta de classes ainda aí não está desenvolvida, é também o período clássico da economia política. O seu último grande representante, Ricardo, é o primeiro economista que faz deliberadamente do antagonismo dos interesses de classe, da oposição entre salário, lucro e renda, o ponto de partida da sua investigação. Este antagonismo, que é efectivamente inseparável da própria existência das classes que compõem a sociedade burguesa, formula-o ele ingenuamente como a lei natural, imutável, da sociedade humana. Era atingir o limite, que a ciência burguesa não transporá. A crítica ergueu-se perante ela ainda em vida de Ricardo, na pessoa de Sismondi.

(...) É em 1830 que rebenta a crise decisiva.

Na França e na Inglaterra, a burguesia apodera-se do poder político. A partir daí, a luta de classes reveste, na teoria como na prática, formas cada vez mais declaradas, cada vez mais ameaçadoras. É ela que dá o toque de finados da economia burguesa científica. Doravante, já se não trata de saber se tal ou tal

teorema é verdadeiro, mas sim se é agradável ou desagradável, se é aprazível ou não à polícia, útil ou prejudicial para o capital.

A investigação desinteressada cede o lugar ao pugilato pago, a investigação conscienciosa à má consciência, aos miseráveis subterfúgios da apologética. No entanto, os pequenos tratados com que a *Anti-corn Law League*, sob os auspícios dos fabricantes Bright e Cobden, incomodou o público, ainda oferecem algum interesse, senão científico, pelo menos histórico, por causa dos seus ataques contra a aristocracia fundiária. Mas a legislação livre-cambista de Robert Peel arranca bem depressa à economia vulgar, juntamente com o seu último motivo de queixa, a sua última garra”.

Com base na ideia de que a Economia Política é uma *ciência de classe*, os autores marxistas costumam, aliás, distinguir várias fases na evolução da *economia política burguesa*, fases que coincidiriam, *grosso modo*, com os vários estádios de evolução do capitalismo:⁵

1) *Um período de análise científica da realidade económica.* É o período de ascensão da burguesia, em que a classe burguesa era inovadora e progressista, sendo, portanto, a classe em condições de detectar o fenómeno económico: é o período de elaboração da *teoria do valor*, de William Petty (1676) a David Ricardo (1817);

2) *Um período de controvérsia e de cisão.* Depois da ascensão da burguesia capitalista, com o aparecimento do proletariado, dá-se início a uma luta de classes que vem determinar uma nova orientação da economia política, na medida em que foram postas à prova as contradições da teoria burguesa do valor - trabalho, originando a cisão entre a ‘escola’ marxista e as várias escolas burguesas pós-ricardianas;

3) *Um período de carácter apologético.* À medida que a burguesia consolida definitivamente a sua posição de domínio (pela eliminação das antigas classes dominantes) e à medida que o proletariado vai intensificando a sua luta contra o capitalismo, a economia política burguesa perde o seu carácter científico e vai assumindo um carácter apologético, de instrumento de defesa dos interesses da burguesia contra os interesses da classe trabalhadora. É o período de declínio da economia política burguesa: a teoria do valor-trabalho é substituída pela *economia vulgar* (eclectica) e depois pela *escola marginalista*.

4) *Um período de pragmatismo*, que se iniciaria depois de *Grande Depressão* de 1929-33. Com efeito, essa foi uma crise que espalhou a confusão e a ruína nos meios financeiros e industriais dos EUA, reflectindo-se depois gravemente na Europa capitalista. Após uma crise dessa envergadura, em que foram postas em

5 Seguimos aqui a proposta de E. MANDEL (*Traité...*, cit., I, 9/10). O. LANGE (caps. VI e VII do 1º vol. de *Economia Política...*, cit.) faz uma análise mais profunda e menos esquemática da evolução da economia política burguesa.

causa as estruturas do sistema capitalista, a posição apologética anterior deixou de ter sentido, por já não ser eficaz. Por isso, a economia política burguesa passou a ter um *sentido pragmático*, capaz de assegurar a sobrevivência do sistema. Transformou-se numa técnica de consolidação prática do capitalismo.

Esta fase iniciar-se-ia com John Maynard Keynes. A *revolução keynesiana* e a utilização das novas técnicas econométricas na economia política correspondem a uma necessidade prática do sistema capitalista. Com efeito, morto o capitalismo de concorrência e adiantado já o processo de monopolização, a obra de Keynes significou a elaboração teórica correspondente às necessidades do capitalismo, num estágio da sua evolução em que a intervenção do estado no domínio da economia passou a ser entendida, nas palavras de Keynes, “como o único meio de evitar uma completa destruição das instituições económicas actuais”.

5.3.- Vimos já que a economia política marxista surgiu como crítica da economia política clássica, repudiando o seu carácter a-histórico, que correspondia à consideração do capitalismo como a forma acabada, definitiva, de organização económica e social, correspondente à *ordem natural* das coisas e cujo funcionamento era susceptível de ser apreendido através de leis imutáveis, de validade eterna e universal.

Ao assumir-se como classe dominante, a burguesia perdeu o interesse no desenvolvimento da economia política enquanto ciência que abarca o conjunto das relações económicas entre os homens, e, acima de todas, as relações de produção. O lugar da ciência – observa Oskar Lange – é ocupado pela apologética, que se limita a “exprimir de forma pseudo-científica um sistema de juízos *a priori* sobre o capitalismo, pretendendo que exista harmonia entre os interesses de todas as classes sociais, e identificando as categorias e as leis económicas do capitalismo com as categorias e os princípios universais da racionalidade económica”.

Este o resultado de um processo evolutivo da *economia política burguesa* no sentido de liquidar esta disciplina enquanto *ciência que estuda as relações sociais de produção e distribuição*. Esse processo iniciou-se com o que Marx chamou a “economia vulgar” e continuou depois com as *correntes subjectivistas* e a *escola histórica*. As primeiras, negando o carácter social das leis económicas e substituindo a economia política clássica pela psicologia ou pela lógica da escolha racional; a segunda, embora reconhecendo o carácter social do processo de produção e distribuição, nega a existência de leis que governam esse processo, o que significa a substituição da *teoria económica* pela *história económica*.

Aos olhos de Marx, foi então a vez de a classe operária e os intelectuais a ela ligados chamarem a si a tarefa do desenvolvimento científico da economia políti-

ca, a qual se converteu de *ciência da burguesia* em *ciência do proletariado*. Em 1873, no *Posfácio* à 2ª edição alemã de *O Capital*, Marx afirmava: "a compreensão que *O Capital* rapidamente encontrou em largos círculos da classe operária alemã é a melhor paga do meu trabalho". E em 1886, no *Prefácio* à 1ª edição inglesa de *O Capital*, Engels referia que ele era então correntemente designado como "a Bíblia da classe operária", de tal modo a condição social e as aspirações da classe operária se encontravam reflectidas na análise de Marx.

Enquanto *ciência do proletariado*, a economia política marxista afirma-se um instrumento científico apto a propiciar à classe operária a compreensão da sua posição de *classe explorada* na sociedade capitalista e do seu papel histórico de *classe transformadora* desta mesma sociedade, ao mesmo tempo que, através do conhecimento das leis de funcionamento e das perspectivas de desenvolvimento futuro do capitalismo, fornece ao movimento operário os elementos indispensáveis para a eficácia da acção prática orientada para acelerar a derrocada da sociedade capitalista e para abreviar o período de gestação e minorar os males do nascimento da sociedade futura.⁶

Neste sentido, a *economia política marxista* passa a constituir um elemento essencial do *socialismo científico*, corpo teórico que visa superar a espontaneidade do desenvolvimento social e dar vida a relações sociais em que a acção das leis económicas se desenvolva segundo a vontade humana.

5.4. - O que fica dito conduz-nos directamente ao problema das relações entre *ciência económica e ideologia*, que é apenas um dos campos em que se coloca a problemática da relação entre ciência e ideologia.

6 "A economia política, concebida como ciência das condições e das formas em que as diversas sociedades têm produzido, trocado e distribuído os produtos de forma correspondente, isto é, a economia política em toda a sua extensão está ainda por fazer - escrevia Engels em 1878. O que possuímos de ciência económica até ao presente - continua Engels - reduz-se, quase exclusivamente, à génese e evolução da forma de produção capitalista. Esta ciência começa com a crítica dos restos das formas feudais de produção e de troca; demonstra a necessidade da sua substituição pelas formas capitalistas; desenvolve, depois, as leis do modo de produção capitalista e da troca correspondente na sua fase positiva, i.é, no sentido em que as ditas leis favorecem os fins gerais da sociedade; e termina com a crítica socialista do modo de produção capitalista, ou seja, com a exposição de tais leis na sua fase negativa, mostrando como esse modo de produção tende, pela sua própria evolução, para um ponto em que também se torna impossível" (*AntiDühring*, trad. port., ed. cit., 187).

Mas a economia política marxista foi-se desenvolvendo à medida da evolução do próprio modo de produção capitalista, voltando a sua atenção para novos campos: análise mais particularizada do desenvolvimento do capitalismo nos vários países; estudo dos problemas da reprodução da acumulação e das crises económicas; estudo dos novos fenómenos e das leis económicas próprias da fase do capitalismo monopolista; elaboração da teoria do imperialismo, da teoria da crise geral do capitalismo e da teoria do desenvolvimento desigual na época imperialista; análise da problemática relacionada com a economia política das formações sociais pré-capitalistas, especialmente do modo de produção feudal; formulação da impossibilidade da revolução socialista em todos os países simultaneamente; enunciado dos princípios fundamentais da economia política do socialismo.

Na óptica do pensamento marxista, o primeiro ponto a referir é o de que Marx nunca considerou como ideologia o seu próprio sistema de ideias. E, nos seus primeiros trabalhos, quer Marx quer Engels referiam-se sempre à ideologia como *ideologia mistificadora* da realidade, como *falsa consciência*. Na *Ideologia Alemã* (1845) a ideologia é considerada como um sistema de ideias falsas que constituem, no espírito das pessoas, um reflexo deformado das condições materiais da vida social. Mas a ideologia constitui, ao mesmo tempo, um sistema de ideias criadas pela classe dominante: “as ideias da classe dominante - escreve Marx - são em cada época as ideias dominantes”, dado que “a classe que dispõe dos meios da produção material dispõe ao mesmo tempo, por isso mesmo, dos meios da produção intelectual, de tal modo que a esta ficam globalmente subordinadas as ideias daqueles aos quais faltam os meios da produção intelectual”.

Só mais tarde os clássicos do marxismo começam a conceber a ideologia como sistema de ideias sociais, aproximando-se da noção que Gramsci consagraria e que hoje é correntemente acolhida na literatura (marxista ou não), segundo a qual a ideologia é “uma concepção do mundo que se manifesta implicitamente na arte, no direito, na actividade económica, em todas as manifestações da vida individual e colectiva”.

Só com Lenine e Gramsci se consolidou, porém, entre os autores marxistas, o entendimento de que também as ideias sociais do movimento operário (i.é, o socialismo científico e, no seio deste, a economia política marxista) são ideologicamente enquadradas.

Nesta conformidade, poderemos dizer que, para os autores marxistas, as concepções científicas têm que ver, directa ou indirectamente, com as relações sociais e, por isso mesmo, constituem uma parte da ideologia, i.é, do conjunto das ideias sociais correntes em determinada formação social, ideias com base nas quais os homens valorizam, directa ou indirectamente, as relações sociais.

No que tange às ciências sociais, sendo o seu objecto, justamente, as relações sociais, isto significa que os seus enunciados científicos influem na valoração destas relações. As ciências sociais apresentam, por isso, claramente, um carácter ideológico, integram-se na ideologia existente em cada formação social. Independentemente dos propósitos dos homens de ciência individualmente considerados de buscar a verdade objectiva, as ciências sociais - e entre elas a economia política - inserem-se em cheio na luta ideológica, dado que o processo social do conhecimento científico se desenvolve em condições sociais determinadas, e no quadro do sistema de ideias que caracteriza cada formação social concreta.

Assente este primeiro ponto, importa agora distinguir os vários tipos de ideologias (i.é, as ideias sociais das diversas classes) que podem detectar-se nas sociedades caracterizadas pela existência de classes portadoras de interesses antagónicos, sociedades nas quais a luta de classes reflecte esse antagonismo de interesses e nas quais as ideias sociais de cada uma das classes assumem a natureza de ideologia que exprime os interesses das classes que polarizam o conflito social. Em síntese, poderá dizer-se que as *ideologias conservadoras* mistificam a realidade, enquanto as *ideologias progressistas* clarificam a realidade e constituem um estímulo indispensável ao conhecimento científico.⁷ Fica assim claro que a ideologia é sempre ideologia de classes e camadas sociais bem definidas.

No domínio das ciências sociais, e de modo particular no que se refere à economia política, o conhecimento científico da realidade depende da existência de uma ideologia que ponha a claro essa realidade. Pois bem. Como vimos, os marxistas sustentam que a ideologia da burguesia foi uma ideologia clarificadora da realidade no período de ascensão da burguesia à posição de classe dominante, contribuindo para esclarecer e desmascarar os entraves resultantes, para o desenvolvimento económico e social, da manutenção das relações feudais, da organização corporativa medieval e das regulamentações mercantilistas, e para pôr em relevo o carácter progressista das novas relações de produção capitalistas.

Mesmo então, o carácter de *ideologia clarificadora* só se revelava na sua capacidade de compreender a natureza progressista do modo de produção capitalista em confronto com os modos de produção anteriores. Porque a burguesia não tinha interesse em desvendar *toda a verdade* acerca do capitalismo: os limites da ideologia burguesa não lhe permitiam, nomeadamente, apurar o carácter histórico e transitório do modo de produção capitalista, analisar e esclarecer o aparecimento e o amadurecimento de contradições internas no seu seio, compreender a evolução no sentido do esgotamento do seu papel de classe progressista. Daí que os autores marxistas vejam, mesmo na economia política clássica, uma *ideologia parcialmente mistificadora*, patente no entendimento do capitalismo como sistema social definitivo e no entendimento das leis económicas do capitalismo como leis naturais, de validade eterna e universal.

7 Seguindo a lição de O. LANGE (*últ. ob. cit.*, I, 309/310), podem ainda referir-se as *ideologias reaccionárias* e as *ideologias de compromisso*. As primeiras são as ideologias de classes ou camadas sociais ligadas a uma formação social ainda mais antiga e que pretendem restabelecer, ainda que parcialmente, as relações sociais do passado. As segundas, as ideologias típicas da pequena burguesia e das chamadas classes médias, que assumem uma posição indecisa na luta de classes e que aspiram apenas a uma mudança parcial das relações sociais existentes.

A ideologia burguesa revelar-se-ia, porém, como *ideologia mistificadora* com o advento das escolas subjectivistas e da escola histórica. As primeiras, ao considerar as relações sociais como expressão das categorias universais da racionalidade económica, i.é, independentes das condições sociais próprias de cada período histórico. A segunda, ao considerar que é o *espírito da época* que determina a natureza das relações sociais. Compreende-se, por isso, que os autores marxistas sustentem que estas duas correntes de pensamento económico significam a liquidação da economia política burguesa enquanto ciência social que se ocupa das relações de produção.

Está agora aberto o caminho para o último passo tendente à caracterização da perspectiva marxista da economia política. O progresso dos conhecimentos científicos no domínio da economia política pressupõe a existência de uma classe social interessada em conhecer toda a verdade acerca das relações económicas e das leis económicas que as regem, classe cujos interesses e aspirações aparecem, por isso mesmo, reflectidos numa *ideologia clarificadora* da realidade. Ora, nas condições históricas do capitalismo, só a classe operária reúne estes requisitos, só a *ideologia proletária* pode assegurar o desenvolvimento da economia política em bases científicas. Só a classe operária não tem qualquer interesse na afirmação de ideologias mistificadoras. A mistificação serve às classes exploradoras (a burguesia e, antes dela, os senhores feudais e os donos de escravos) para preservar as relações de exploração. Quanto à classe operária, ela não tem qualquer interesse em dissimular as contradições do capitalismo; a mistificação da realidade só engana a si própria, impedindo ou prejudicando, por falta de esclarecimento ou por esclarecimento deficiente, os êxitos historicamente possíveis da sua luta pela abolição das relações de produção capitalistas e pela construção de uma sociedade sem classes.

Para os autores marxistas, o carácter de classe abertamente assumido pela economia política marxista não põe em causa a sua validade científica, a qual se mede apenas pela sua aptidão para explicar a realidade. Ora esta aptidão depende, em primeira linha, do reconhecimento e da compreensão do seu carácter de classe e não da sua negação, da sua ignorância ou da sua incompreensão. A história do pensamento económico mostraria, de resto, que os grandes progressos científicos nesta disciplina se devem a autores que assumiram mais ou menos abertamente uma posição de classe (desde Ricardo a Marx e a Keynes).

6. - Como já vimos, Marx esforça-se por mostrar que a ciência económica nasceu como *ciência da burguesia*. Reconhecendo o mérito científico de Smith e de Ricardo, não deixou de afirmar a sua própria obra teórica como *Crítica da Economia Política* (da Economia Política burguesa). E defendeu que a ciência económica atingira com Ricardo o limite que seria incapaz de ultrapassar ao formular *ingenu-*

amente (a qualificação é de Marx) o antagonismo dos interesses de classe presente na sociedade capitalista como “a lei natural, imutável, da sociedade humana”.

A crítica da Economia Política burguesa e a crítica da sociedade capitalista não se baseiam, na obra de Marx, em um *juízo moral* sobre as *injustiças* do capitalismo, não se fundam em *apelos à moral e ao direito*.⁸ Marx não parte da *indignação moral* para a construção da sua teoria económica. Como salientou Schumpeter, “Marx não vertia lágrimas sentimentais sobre a bondade da ideia socialista”, justificando plenamente a designação de *socialismo científico*.

A Economia Política marxista centra a sua atenção no processo de desenvolvimento das forças produtivas no quadro da sociedade capitalista, processo que significa, por um lado, a crescente concentração e centralização do capital e, por outro lado, a afirmação e o desenvolvimento numérico do proletariado, da sua homogeneidade, da consciência de classe, da organização e da disciplina da classe operária. Isto mesmo gerará, necessariamente, a agudização dos conflitos de classe, até que a classe operária tenha condições para remover a contradição entre o desenvolvimento das forças produtivas e a natureza das relações de produção, impondo a sua própria emancipação, mediante a *expropriação dos expropriadores* e o consequente desenvolvimento de novas relações de produção.

É uma visão optimista (e não miserabilista) esta, porque assenta a emergência do socialismo no progresso das forças produtivas (o homem, em primeiro lugar, graças ao desenvolvimento científico e tecnológico). Seguindo Engels (ao concluir o Capítulo I da 2ª Parte do *Anti-Dühring*, sobre o objecto e o método da economia política), “as colossais forças produtivas, engendradas pelo modo de produção capitalista e que este já não pode conter, esperam apenas a tomada de posse por uma sociedade organizada por cooperação sistemática, a fim de garantir a todos os membros da sociedade, de forma cada vez mais ampla, os meios de vida e de livre desenvolvimento das suas faculdades. (...) Neste facto tangível, material, que se impõe mais ou menos claramente, mas com invencível necessidade no espírito dos proletários explorados, neste facto – e não nas ideias sobre o justo e o injusto deste ou daquele sábio de gabinete – reside a certeza da vitória do socialismo moderno”.

8 Nas palavras de Engels, “esse apelo à moral e ao direito não nos faz dar um passo em frente na ciência. A ciência económica não pode ver na indignação moral, ainda que ela seja justificada, um argumento, mas apenas um sintoma. A sua tarefa consiste antes em mostrar que os abusos sociais que se notam são as consequências necessárias do modo de produção subsistente, ao mesmo tempo que os sinais da sua iminente dissolução, e descobrir, no meio do movimento económico que se desagra, os elementos de uma nova organização futura da produção e da troca, que porão fim a esses abusos”.

6.1. - Coerentemente, a Economia Política marxista assume-se como *ciência de classe*, recusando afirmar-se como *ciência neutra*, indiferente à *luta de classes* que se desenvolve no seio das sociedades de classes, porque a luta de classes constitui o motor da história e a chave para a compreensão da história (recordemos o *Manifesto Comunista*: “A história de todas as sociedades até aos nossos dias é a história da luta de classes”). Enquanto *ciência do proletariado*, propõe-se “dar à classe operária (...) a consciência das condições e da natureza da sua própria acção”. Esta é - como Engels sublinha - “a tarefa essencial do socialismo científico, expressão teórica do movimento operário”. À semelhança do que foi, a seu ver, o papel da Economia Política burguesa relativamente à ordem feudal, Marx propõe-se compreender os mecanismos e explicar as leis de funcionamento do modo de produção capitalista, para ajudar a classe operária a *transformá-lo* num sentido convergente com o da sua lógica evolutiva, procurando apressar a sua derrocada. Esta afirmação de Marx nas *Teses sobre Feuerbach* (1845) foi significativamente escolhida para figurar na sua pedra tumular: “Até ao presente, os filósofos só se têm preocupado com a interpretação do mundo. Todavia, o problema está em se ser capaz de o transformar”.

6.2. - A Economia Política marxista assume-se, por outro lado, como *ciência teórica* (voltada para o estudo das leis de movimento dos vários modos de produção), que é, simultaneamente, uma *ciência histórica* (“síntese dinâmica de história e de teoria económica”, nas palavras de Ernest Mandel), convertendo a teoria económica em análise histórica e a exposição histórica em *histoire raisonnée* (como salienta Schumpeter).

Marx parte da Economia Política clássica, mas reelabora-a criticamente, integrando-a na sua teoria do desenvolvimento social, baseada na *concepção materialista da história*, que configura o mundo não como “um conjunto de coisas acabadas” mas como “um conjunto de processos” em devir e que considera a dialéctica como a “ciência das leis gerais do movimento”.

As categorias económicas e as leis económicas são vistas no quadro do desenvolvimento histórico, transitório, do modo de produção capitalista. Por isso Marx chama a atenção para o carácter *histórico e transitório* das *categorias económicas* e das *leis económicas* elaboradas pela Economia Política clássica. Marx faz ironia a propósito da concepção fixista dos clássicos ingleses (“com todas estas eternidades imutáveis e imóveis, deixa de haver história (...). Houve história, mas deixou de haver”) e defende a tese de que os princípios, as ideias, as categorias não passam de “produtos históricos e transitórios”, “tão pouco eternos como as relações que exprimem”: “Há um movimento contínuo de aumento nas forças produtivas, de destruição nas relações sociais, de formação nas ideias; imutável é apenas a abstracção do movimento - *mors immortalis*”. (*Miséria da Filosofia*)

6.3. - A Economia Política marxista caracteriza-se também pela sua *orientação sociológica*.

Para Marx, a produção de bens materiais é a base da vida em sociedade, e toda a produção é *produção social*. Para produzirem, os homens contraem entre si determinados vínculos e estabelecem relações uns com os outros, e só através destes vínculos e relações sociais os homens se relacionam com a natureza e desenvolvem a actividade de produção. Ao defender que *a Economia não é uma tecnologia social*, Marx pretende sublinhar que o objecto da Economia Política não são as *relações do homem com a natureza*, mas sim as *relações entre os homens no processo da produção*, i.é, as *relações (sociais) de produção*, as relações que entre si estabelecem os homens que integram uma determinada sociedade ao produzirem os seus meios de subsistência e ao trocarem entre si os produtos (na medida em que existe divisão do trabalho).

Para o entendimento da natureza das relações de produção assume particular importância a consideração das *formas de propriedade sobre os meios de produção*, que, por sua vez, determinam a posição dos homens no sistema de produção social, a situação que na produção ocupam as *classes* e os grupos sociais (i.é, a *estrutura de classes da sociedade*).

E são as relações de produção que determinam as *formas de distribuição* do que se produz, embora se reconheça que as formas de distribuição, troca e consumo actuam, por sua vez, sobre a produção, estimulando ou entretendo o seu desenvolvimento. Produção, distribuição, troca e consumo formam uma unidade cujo factor determinante é a produção. A distribuição do produto do trabalho depende do modo como se encontram distribuídos os meios de produção, sendo certo que *toda a produção pressupõe uma qualquer forma de propriedade*, i.é, uma forma social e historicamente determinada de apropriação dos meios de produção.

A *Economia Política marxista* estuda as *relações de produção*, na sua interdependência com as *forças produtivas*, sendo que o conjunto das relações de produção e das forças produtivas constitui o *modo de produção*. Ela não se ocupa da 'produção', mas das relações sociais dos homens na produção, do regime social da produção. A ela caberá descobrir as leis que governam a produção e a distribuição dos bens materiais nas sociedades humanas, enunciar as leis económicas inerentes a cada um dos modos de produção e as leis que presidem à evolução das várias formas de produção social.

Sobre a base das relações de produção assenta a superestrutura jurídica, política e ideológica da sociedade. Ao estudar as *relações de produção*, a Economia Política marxista toma em conta as *formas jurídicas* da propriedade dos meios de produção, atende às relações entre as *classes sociais*, analisa o papel da instância política, releva

a influência recíproca entre a *estrutura económica da sociedade* e a *superestrutura* (jurídica, política, ideológica), aquela condicionando esta e a superestrutura reagindo depois sobre a base, acelerando ou entorpecendo o seu desenvolvimento.

Bem poderá dizer-se, por isso mesmo, que a Economia Política marxista é também, em certo sentido, uma *ciência sociológica*. Se é certo que a obra de Marx não pode reconduzir-se a uma ou a outra das várias disciplinas sociais, pois Marx abordou a realidade social sob uma perspectiva global (simultaneamente histórica, económica, política e sociológica), poderá no entanto dizer-se, com Henri Lefebvre, que “Marx n'est pas un sociologue, mais il y a une sociologie dans le marxisme”.⁹

7. – As bases da perspectiva subjectivista-marginalista começam a delinear-se com Jean-Baptiste Say, ao apresentar a *teoria dos três factores de produção*, a partir da qual, apoiado num certo entendimento do papel do *empresário*, vai chegar a uma *teoria da distribuição do rendimento* que rompe com o entendimento corrente desde os fisiocratas, ignorando as classes sociais e os ‘poderes sociais’ e que é reduzida a uma pura *teoria da formação dos preços* no mercado de cada um dos ‘serviços produtivos’ prestados pelos titulares de cada um dos factores de produção.

Mas a contestação radical das teorias de Ricardo e de Marx, em especial da teoria do valor-trabalho (e das consequências que Marx extraiu dela: teoria da mais-valia, teoria da exploração), foi obra da chamada revolução marginalista, de que foram precursores McCulloch e W. Nassau Senior, num primeiro momento, e, mais tarde, Augustin Cournot, Heinrich Von Thünen e Herman Gossen. Entre 1871 e 1874, Carl Menger (Áustria), William Stanley Yevons (Inglaterra) e Léon Walras (Lausana – Suíça) enunciaram, independentemente uns dos outros, o *princípio da utilidade marginal decrescente* e a *teoria subjectiva do valor*, que vem identificar o valor com o “grau final de utilidade” (Yevons) ou com a utilidade da última unidade simultaneamente disponível de um bem (a *utilidade marginal*, na expressão cunhada por Alfred Marshall).

9 Algo diferente parece ser a posição de Georges Gurvitch, para quem “Marx foi o maior e o menos dogmático de todos os fundadores da sociologia. (...) Foi em primeiro lugar e antes de tudo um sociólogo, fazendo a sociologia a unidade da sua obra. (...) *O Capital* só pode ser compreendido como obra científica se se considerar como uma *sociologia económica* revelando que os fenómenos económicos, as actividades económicas, as características económicas perdem o seu sentido e o seu carácter quando se encontram desligados do conjunto da sociedade, da sua estrutura, do tipo desta última, do ‘fenómeno social total’, do ‘homem total’. Deste ponto de vista – conclui G. GURVITCH, *La vocation actuelle de la sociologie*, vol. 2, cap. XII, 220-225 – afirmar que Marx reduziu toda a vida social à vida económica é fundamentalmente falso, pois ele fez exactamente o contrário: revelou que a vida económica é apenas uma parte integrante da vida social e que a nossa representação do que se passa na vida económica é falseada na medida em que não se tiver em conta que, sob o capital, a mercadoria, o valor, o preço, a distribuição dos bens, se escondem a sociedade e os homens que nela participam”.

8. – Nas últimas décadas, esta perspectiva subjectivista-marginalista da ciência económica corre nos manuais e nos centros produtores da *mainstream economics* dentro dos cânones da síntese apresentada por Lionel Robbins, há mais de oitenta anos, num ensaio famoso, *An Essay on the Nature and Significance of Economic Science*, cuja 1ª edição foi publicada em Londres em 1932.¹⁰

É clássica a definição de Robbins: “A economia é a ciência que estuda o comportamento humano enquanto relação entre fins e meios escassos susceptíveis de usos alternativos”. É uma noção que corre o mundo, veiculada por centenas (ou milhares) de manuais, que a adoptam como verdade indiscutível (por isso não se discute), com saliência para o *best-seller* que é o *Economics*, de Paul Samuelson, onde encontramos esta definição: “A economia é o estudo de como as pessoas e a sociedade decidem empregar recursos escassos que podem ter utilizações alternativas, para produzir bens variados e para os distribuir para consumo, agora ou no futuro, entre as várias pessoas e grupos da sociedade”.¹¹

Fala-se de *síntese neo-clássica*, para significar que, nesta óptica, a análise dos problemas da economia (capitalista) se baseia essencialmente no jogo da oferta e da procura, tendo como pontos de partida três pressupostos fundamentais: a Economia é a ciência da escolha; o indivíduo é identificado com o *homo oeconomicus*, um ser que procede sempre de acordo com os princípios do *cálculo económico*, independentemente das circunstâncias históricas e da sua inserção em qualquer classe social; os preços são considerados como indicadores da escassez relativa, e, portanto, como sinais orientadores das escolhas (racionais) de cada um dos agentes económicos.

9. – Actualmente, como dissemos atrás, a grande maioria dos autores que integram a *mainstream economics* adopta definições da ciência económica que andam à volta da síntese apresentada em 1932 por Lionel Robbins: “A Economia - recordemos - é a ciência que estuda o comportamento humano enquanto relação entre fins e meios escassos susceptíveis de usos alternativos”.

10 Logo em 1935 saiu a 2ª edição (Macmillan). O autor regressou ao tema em 1981, com o estudo intitulado “Economics and Political Economy”, publicado em *The American Economic Review - Papers and Proceedings*, vol. 71, nº 2, Maio/1981, 1-10.

A primeira abordagem da ciência económica como ciência que se ocupa do comportamento humano condicionado pela escassez (de tempo, de forças produtivas, de bens e serviços de qualquer tipo) parece dever-se, segundo a informação de Robbins, a David Hume, quando discute o problema da propriedade no volume 2º do seu *Treatise of Human Nature*, de 1882 (cfr. L. ROBBINS, “On Latsis’s Method and Appraisal in Economics: A Review Essay”, em *Journal of Economic Literature*, vol. VXII, Set/1979, 997).

11 Cfr. P. SAMUELSON/W. NORDHAUS, *Economia*, 12ª edição, McGraw-Hill, Lisboa, 1878, 6. Poderíamos recordar aqui vários outros manuais importantes e influentes em todo o mundo. Lembremos, v.g., o de Raymond BARRE (*Économie Politique*, 14ª ed., PUF, Paris, I, 20): “A economia política é a ciência da administração dos recursos escassos. Estuda as formas que assume o comportamento humano no aproveitamento desses recursos: analisa e explica as modalidades segundo as quais um indivíduo ou uma sociedade afecta meios limitados à satisfação de necessidades numerosas e ilimitadas”.

O *problema económico* - resultante da *escassez relativa* dos *bens económicos* perante as necessidades ou os fins a satisfazer ou a prosseguir - é, na sua essência, o problema da utilização dos bens escassos susceptíveis de usos alternativos na satisfação de *objectivos de importância desigual* e susceptíveis de ser escalonados segundo uma *escala de preferências*.

O *princípio económico* é o princípio de racionalidade económica que orienta o *homo oeconomicus* na luta contra a escassez, e que se traduz na *conduta económica*, i.é., "a conduta inteligente, preordenada a fins e logicamente adequada ao seu melhor consequimento". (Teixeira Ribeiro) Esta conduta traduz-se na observância de um *princípio do máximo resultado* (maximização do grau de realização do fim a alcançar mediante a utilização dos meios escassos disponíveis) e de um *princípio de economia de meios* (obtenção de um determinado grau de realização do fim proposto com o mínimo dispêndio dos meios disponíveis).

Neste sentido, o *homo oeconomicus* é um *agente racional maximizador da utilidade*, quer a utilidade seja entendida na acepção hedonística de prazer, satisfação, felicidade ou bem-estar psicológicos, quer se associe à utilidade o sentido praxeológico de grau de realização do objectivo da actividade económica, qualquer que seja a sua natureza e qualidade, desde que se trate de uma grandeza susceptível de diversos graus de realização (fala-se, em regra, de *preferência*).

O *juízo económico*, com base neste entendimento, consiste, segundo Robbins, em averiguar se a acção em causa realiza a melhor escolha, na perspectiva do fim próprio daquela acção, fim relativamente ao qual a ciência económica nada tem a dizer, porque a ciência económica é *neutra em relação aos fins*, que assume como *fins dados*.

"Não há fins económicos - esclarece Robbins. Há apenas vias económicas e não-económicas de alcançar fins dados. Não podemos dizer que a prossecução de fins dados é não-económica porque os fins são não-económicos; podemos apenas dizer que ela é não económica se os fins são prosseguidos com um dispêndio desnecessário de meios".

Considerando a *escassez* como um dado fundamental da vida dos homens e das sociedades humanas, aponta-se como objecto da ciência económica "o estudo das actividades e das instituições criadas pela escassez", o estudo do "comportamento humano condicionado pela escassez".

A definição de Robbins não assenta na classificação dos factos ou dos tipos de conduta humana em *económicos* e *não-económicos* para incluir apenas os primeiros no (e excluir os segundos do) objecto da ciência económica. É que uma tal concepção 'classificatória' sempre deixaria de pé "o problema económico de decidir entre o *económico* e o *não-económico*", i.é., o problema de saber como dividir o

tempo e os meios escassos disponíveis entre as actividades económicas e as actividades ditas não-económicas. E, na óptica de Robbins, este problema apresenta-se sempre sob um *aspecto económico* e é, sem dúvida, um *problema económico*, uma vez que os actos que implicam a afectação de *tempo e meios escassos* à prossecução de um determinado objectivo representam sempre um *custo de oportunidade* (o sacrifício da sua utilização para alcançar outro(s) objectivo(s) alternativo(s)).

Estamos, pois, perante uma *definição analítica*: a ciência económica “não procura escolher certos géneros de comportamentos - sublinha Robbins -, mas incide especialmente num *aspecto* particular do comportamento, a forma de que ele se reveste sob a influência da escassez”.

“Quando o tempo e os meios para conseguir os objectivos são limitados e susceptíveis de aplicação alternativa, e os objectivos podem ser diferenciados segundo uma ordem de importância, então a conduta assume necessariamente a forma de uma escolha. Todos os actos que envolvem tempo e meios escassos para alcançar um objectivo implicam o sacrifício da sua utilização para conseguir outro(s) objectivo(s). Eles têm um aspecto económico”.

Em conformidade com todas as teorias subjectivistas sobre a ciência económica, Robbins considera o sistema económico como “uma série de relações interdependentes, mas conceitualmente distintas, entre homens e bens económicos”, fazendo da ciência económica - ao contrário da perspectiva clássica-marxista - a ciência que estuda as *relações entre homens e bens económicos*.

A ciência económica transformou-se, deste modo, numa *ciência formal*, num ramo da *praxeologia*: a *ciência da escolha*, a *teoria geral da escolha racional*, que se aplica tanto ao homem isolado como ao homem em sociedade, qualquer que seja o tipo de sociedade (ou mesmo a uma colmeia, como pretende Samuelson).

Ligando-se as proposições da Economia a *princípios universais do comportamento humano* (representados no *homo oeconomicus* enquanto *homo calculator*), assume-se a ciência económica como uma *ciência a-histórica*: a *conduta económica* - que constitui o objecto da análise científica - obedece sempre ao mesmo princípio de racionalidade, seja qual for o contexto histórico e institucional em que se desenvolva.

Esta ciência económica, entendida como “ciência pura” ou “ciência positiva”, afirma-se como “ciência dedutiva”, consistindo a natureza da análise económica “em deduções de uma série de postulados, dos quais os mais relevantes são factos quase universais da experiência presente sempre que a actividade humana assume um aspecto económico”. A análise económica reduz-se ao “esclarecimento das implicações de escolher em circunstâncias várias assumidas inicialmente”. Assim como “na Mecânica pura exploramos a implicação da existência de certas propri-

idades dos corpos”, assim também - escreve Robbins - “na Economia pura examinamos a implicação da existência de meios escassos com usos alternativos”.

10. - Antes de concluir esta tentativa de explicar o que é a ciência económica, ainda arriscamos uma pergunta provocatória (ou talvez não): *é a Economia uma ciência?*

A verdade é que esta pergunta não é uma simples figura de retórica. De um modo ou de outro, ela tem sido formulada por muitos e importantes economistas. E o facto de ela ser formulada já indicia que há aqui um problema que é necessário encarar. Basta dizer que John Hicks utilizou a pergunta enunciada como título de uma comunicação que apresentou em 1983, num encontro de laureados com o Prémio Nobel.

10.1. - Alguns autores levam tão longe a afirmação da Economia como ciência sem epítetos (uma ciência como as outras, i.é, como as ciências ditas exactas) que acabam por negar a atitude de humildade intelectual que deve caracterizar o espírito científico, desrespeitando mesmo as restantes ciências sociais. É elucidativo, a este respeito, o seguinte episódio passado com o Prémio Nobel Georges Stigler e relatado pelo próprio numa sessão pública da *American Economic Association*.

Um colega de Stigler, professor de Ciência Política, questionava-se, em conversa com ele, acerca da razão de haver um Prémio Nobel da Economia e não haver um Prémio Nobel para nenhuma das outras ciências sociais. “Disse-lhe - comenta Stigler - que eles já tinham um Prémio Nobel da Literatura”.

Esta ‘história’ fala por si. Fica sem comentários.

10.2. - Mas nem todos os economistas se apresentam tão seguros de si e da sua disciplina.

A resposta de Hicks à pergunta há pouco enunciada é a de que “a Economia está na fronteira da ciência e na fronteira da história”. Está *na fronteira da ciência* porque pode utilizar métodos científicos ou quase científicos. Mas, segundo Hicks, *a Economia não passa da fronteira da ciência*, porque as experiências que analisa são constituídas por informação respeitante ao passado - “os registos do passado são os fenómenos” - e têm, por isso, muito de não repetitivo (“os aspectos da vida económica que precisamos de seleccionar a fim de produzir teorias úteis podem ser diferentes em épocas diferentes”).

Daí a conclusão de Hicks no sentido de que “a economia não está no tempo, e, portanto, na história, da mesma forma que a ciência”: as predições económicas “colocam-se no tempo, no tempo histórico, de uma forma diferente da que corresponde à maior parte das predições científicas”. Embora aceite que a análise económica tem um certo paralelismo com o trabalho do cientista, Hicks defende que “há talvez um paralelismo mais estreito com o trabalho do historiador. Não do

historiador estritamente narrativo, que não procura explicações, mas do género de historiador mais elevado ou mais ambicioso, que procura explicar”.

Na 5ª edição (1991) do seu notável manual, Baumol e Blinder escrevem que “a Economia apresenta algo de desdobramento da personalidade”. E explicam: “Embora ela seja claramente a mais rigorosa das ciências sociais, apresenta-se decididamente mais como ‘social’ do que como ‘científica’, quando comparada, digamos, com a física”.

Esta ‘dupla personalidade’ da ciência económica aparece reflectida em vários autores, que a consideram “simultaneamente a mais artística das ciências e a mais científica das artes”.

Walter Weisskopf coloca a questão desta forma: “A ciência económica pertence às disciplinas sociais que lidam com seres humanos e com a condição humana. Como tal, a ciência económica é um misto de ciência e de ética, e pouco importa se entendemos que ela é uma ciência com implicações normativas ou um *ethos* com fundamentos científicos”. Já Keynes defendera, aliás, que “a Economia é essencialmente uma *ciência moral* e não uma ciência natural”.

Defendem outros (Alessandro Vercelli, v.g.) que a Economia Política deve ser entendida como uma “disciplina não-euclidiana, i.é., não demonstrativa”. E isto porque “as suas conclusões são de natureza probabilística e não podem ser apresentadas com certeza”. A ciência económica surge, assim, como uma espécie de *disciplina argumentativa*, na medida em que “a sua finalidade - observa Vercelli - pode ser apenas a de persuadir e não a de demonstrar seja o que for de modo conclusivo”.

Paul Samuelson exprime com clareza esta mesma ideia. “A Economia - escreve ele - não é uma ciência exacta. Assim, eu não posso provar a correcção deste resultado pelo processo através do qual se prova o Teorema de Pitágoras ou se confirma a constância da velocidade da luz”. E na 14ª edição do seu manual (com a colaboração de William Nordhaus) podemos ler esta afirmação: “O objecto da Economia é bem antigo e honrado, continuando a crescer e tendo ainda um longo caminho a percorrer antes de se aproximar do estatuto de ciência com uma precisão aceitável”.

Christian Stoffaës defende que a Economia se apresenta como “a disciplina (...) mais próxima do sagrado”. Porquê? Porque ela pretende “dar a caução da ciência e fornecer conclusões indiscutíveis e absolutas a uma matéria que, mais do que qualquer outra, deveria submeter-se ao debate contraditório e ao juízo relativo”. Um livro editado em 1994 por Geoffrey Brennan e A. Waterman intitula-se precisamente *Economics and Religion: Are They Distinct?* Em 2003, Paul Oslington editou um outro livro intitulado *Economics and Religion* (Ed. Elgas, 2 vols.).

10.3. - Sem dúvida que o facto de a Economia ser uma *ciência humana* (uma *ciência social*) traz alguns problemas específicos, porque as ciências humanas pressupõem um projecto acerca do homem.

Assim sendo, toda a teoria económica pressupõe uma dada *concepção do homem*. Por isso pensamos que Stoffaës tem razão quando defende que “há sempre uma profissão de fé escondida quando uma doutrina se proclama ideologicamente neutra” e quando alerta para que, “tanto como da tentação ideológica, os economistas devem desconfiar da sua tentação de quererem construir uma ciência ‘cientista’, autónoma e objectiva, desligada de toda a ingerência política e doutrinal”.

Na nossa disciplina, o investigador está ele próprio implicado no objecto da sua investigação. Os temas que os economistas escolhem para objecto das suas investigações “dependem, no mais alto grau, da sua própria situação na sociedade, da sua psicologia, da sua história pessoal, das suas aspirações políticas. O seu ângulo de visão da sociedade não pode ser neutro e reflecte a sua própria ética, a sua esperança de *transformar a sociedade* ou, pelo contrário, de *conservar* tal como é”. (Ch. Stoffaës. Sublinhado nosso. AN)

No mesmo sentido, Robert Heilbroner observa que os cientistas sociais “fazem parte de uma determinada ordem, têm um lugar dentro dela, beneficiam dela ou perdem com ela, e vêem o seu futuro ligado ao seu sucesso ou à sua falência. Perante este inevitável facto social, uma atitude de total ‘imparcialidade’ relativamente ao universo dos eventos sociais é psicologicamente não-natural (contranatura) e, muito provavelmente, conduz a uma posição de hipocrisia moral”.

Heilbroner arrisca mesmo a afirmação (que se aproxima de uma confissão) de que “todos os cientistas sociais abordam os seus trabalhos de investigação com o desejo, consciente ou inconsciente, de demonstrar a praticabilidade ou a impraticabilidade da ordem social que estão a investigar”. E defende que “não é indiferente, para o neoclássico ou para o marxista, que os dados que obtém se ajustem às hipóteses que está a testar, e cada um luta fortemente para ‘justificar’, para minimizar ou para rejeitar os resultados que vão contra os seus pontos de vista iniciais”.

Perante o que fica dito, parece avisado admitir, com Stoffaës, que a Economia, “sendo uma ciência social e política, que trata do governo dos homens, corre também o risco de se transformar em ideologia, o risco de servir de instrumento de propaganda às ambições dos homens, dos grupos sociais e das nações”.

10.4. - Com base na natureza do objecto da ciência económica, sustentam alguns autores não ter fundamento a distinção entre *economia positiva* e *economia normativa*. “A economia positiva não existe - escreve Homa Katouzian. (...) A Economia é uma ciência normativa, prescritiva”.

“Desde os fisiocratas, de resto, a ciência económica esteve sempre no centro do debate sobre a escolha do modelo de sociedade” (Henri Denis). Porque a ciência económica é, por natureza, uma *ciência prescritiva* ou *normativa*: as suas propostas teóricas têm em vista conseguir os *melhores* métodos para atingir objectivos públicos ou privados, assumidos como *objectivos desejáveis*.

Poderemos talvez concordar em que a presença dos *valores* na análise científica não é uma característica específica das ciências sociais. Passa-se o mesmo com as ciências naturais.

Se se considera correcto o ponto de vista segundo o qual *o processo científico começa com a observação*, não se vêem argumentos capazes de defender que as teorias científicas podem ser inteiramente isentas de valores. Em primeiro lugar, os dados da realidade têm que ser *seleccionados*, o que implica um critério (produto do espírito humano) para definir o que é relevante e o que o não é; em segundo lugar, os dados seleccionados para observação têm que ser *tratados* ou *processados* de acordo com métodos empíricos e analíticos que são outro produto do espírito humano e que são *escolhidos* pelo investigador; em terceiro lugar, a *observação* dos factos não pode ser isenta de valores, porque não há *observadores puros*: a observação passa sempre pelo *espírito do observador*, i.é, a observação é mediatizada pela experiência da vida, pelos gostos, pelos conhecimentos, pelas concepções do observador. Por isso é que ninguém espera que dois repórteres que observam os mesmos factos, com espírito aberto e inteira honestidade intelectual, dêem deles a mesma imagem (i.é, façam deles a mesma ‘leitura’).

Para quem defenda que o processo de análise científica se inicia com a *formulação de hipóteses a priori*, não há maneira de fugir à conclusão de que toda a ciência está impregnada de *subjectividade*, porque todas as *hipóteses a priori* são, por definição, produto do espírito do investigador. Elas podem revelar-se correctas ou incorrectas, mas tal não tem que ver com a honestidade ou a desonestidade intelectual do investigador. E poderemos dizer que sem este elemento subjectivo (a *visão* de que fala Schumpeter) não é possível desenvolver qualquer processo de elaboração científica^{11-A}.

Edgar Morin tem, pois, inteira razão quando defende que “seria um erro grosseiro sonhar com uma ciência purgada de toda a ideologia, na qual reinasse apenas uma única visão do mundo teoricamente verdadeira. De facto - defende o filósofo

11-A “É pertinente recordar outro aspecto da relação entre ideologia e visão - escreve Schumpeter no artigo clássico sobre *Science and Ideology*, cit. Este ato cognitivo pré-científico que é a origem das nossas ideologias é também o pré-requisito do nosso trabalho científico. Sem ele nenhum avanço é possível em qualquer ciência. Através dele, adquirimos novo material para os nossos ensaios científicos e algo para reformular, para defender, para atacar. O nosso estoque de factos e instrumentos cresce e rejuvenesce. E assim, embora avancemos devagar por causa das nossas ideologias, sem elas poderíamos não avançar de todo.”

- o conflito das ideologias, dos pressupostos metafísicos (conscientes ou não) é uma condição *sine qua non* da vitalidade da ciência". Isto é válido para todas as ciências, e, por maioria de razão, para a ciência económica.

No que respeita a esta última, seja-nos permitido invocar aqui a autoridade da Prof^a Joan Robinson para defender, com ela, a ideia de que "a ciência económica não pode escapar nunca à ideologia" e de que, como em toda a actividade humana e em toda a actividade de investigação, "há sempre uma *direita* e uma *esquerda*, perspectivas ortodoxas e radicais, defesa do *status quo* e exigência de mudança".

Mas o facto de se aceitar que a ciência económica não está isenta de valores e é influenciada por determinadas *concepções filosóficas* acerca do homem e por determinadas *concepções políticas* acerca da organização da economia e da sociedade, não significa que se ponha em causa o seu estatuto científico. Tal não impede a nossa disciplina de adoptar os *cânones do procedimento científico*. Ela pode e deve fazê-lo.

A "ética da investigação" (Kurt Rothschild) obriga os investigadores no domínio da ciência económica a não se dispensarem de procurar a verdade e de o fazerem seguindo procedimentos que respeitem a honestidade intelectual e as 'regras do jogo'. A ninguém é lícito esconder factos ou argumentos e muito menos falsificar ou manipular os dados de que dispõe, que devem ser analisados de acordo com as *leges artis* reconhecidas pela comunidade científica, tendo talvez como meta o ideal da *objectividade* (que, por certo, dificilmente poderá ser alcançado).

O que se diz atrás significa que os economistas, enquanto cientistas sociais, não podem (não devem) ignorar que o seu trabalho de investigação sofre sempre a influência dos seus próprios valores e também dos valores dominantes, e devem, tanto quanto possível, tornar claros os pressupostos filosóficos de que partem.

E significa também que o reconhecimento destas influências não tem que pôr em causa a validade científica dos resultados da investigação levada a cabo. Adam Smith, Ricardo, Marx e Keynes assumiram expressamente as *concepções filosóficas* e até os *objectivos políticos* que procuravam atingir com os seus trabalhos e as suas propostas teóricas. E ninguém lhes recusará um lugar cimeiro na história da ciência económica. Para falarmos apenas do exemplo de Keynes, é sabido que ele não se coibiu de afirmar abertamente que as suas propostas visavam "evitar a destruição completa das instituições económicas actuais" (i.é, do capitalismo) e permitir "um feliz exercício da iniciativa individual". Este *economista comprometido* não deixou de ser um dos mais importantes teóricos do século XX. Em suma: o facto de as teorias económicas serem elaboradas tendo em vista determinados fins e serem utilizadas ao serviço de determinados objectivos de natureza político-ideológica não lhes retira, só por si, o seu carácter científico.

É difícil, no entanto, não partilhar com Don Patinkin a 'angústia' com que nos dá conta da consciência que foi adquirindo de que o próprio trabalho de investigação empírica está fortemente condicionado (na prática, parece que determinado...) pelos pressupostos de que partem os investigadores e até pelas suas concepções em matéria de política económica. "O que provoca em mim uma grande dose de cepticismo acerca do estado da nossa disciplina - escreve Patinkin - é a muito elevada correlação positiva entre os pontos de vista sobre política económica de um investigador (ou, o que é pior, do seu orientador de tese) e os resultados empíricos a que chega. Começarei a acreditar na Economia como ciência quando sair de Yale uma tese de doutoramento de natureza empírica a demonstrar a supremacia da política monetária em qualquer episódio histórico, e quando sair de Chicago uma tese que demonstre a supremacia da política financeira".

10.5. - Muitos autores têm associado à Economia matemática a ideia de uma 'cientificidade' indiscutível. Para muitos deles, há uma *Economia científica*, e essa é a *Economia matemática*. Entre eles contam-se os que sustentam que "science is measurement" e defendem que a economia é susceptível de medida e é, portanto, 'cientificável' ou 'objectivável'.

Foi Karl Popper quem escreveu que "o êxito da Economia matemática mostra que pelo menos uma ciência social já passou pela revolução newtoniana".

Muitos defendem, porém, um ponto de vista diferente do de Popper. John Hicks, por exemplo, considera a *economia matemática* um "ramo da matemática aplicada", mas sustenta que "a matemática não é uma ciência", porque "tem que ver com conceitos e relações entre conceitos, não com fenómenos", porque "as suas proposições são logicamente verdadeiras: não precisam de observações que as confirmem". Daí que, segundo Hicks, o facto de a economia matemática ser um ramo da matemática aplicada "não significa que ela deva ser considerada ciência".

Outros autores consideram que a Economia matemática se tem traduzido em alterações (quase) meramente formais ou notacionais, negando que a utilização da matemática na análise económica tenha gerado qualquer mudança que "possa genuinamente considerar-se como uma 'revolução newtoniana' e sustentando que "não é razoável sugerir que algo deste tipo vá ocorrer no futuro previsível". (T.W. Hutchison)

As reservas à Economia matemática surgiram, de resto, desde muito cedo. Logo na recensão da *Mathematical Physics*, de Edgeworth, Alfred Marshall deixava o alerta: "será interessante ver até que ponto o autor conseguirá impedir que a matemática corra com ele, fazendo-o perder de vista os factos económicos reais". Esta preocupação de Marshall será, aliás, partilhada por todos os que, com Bertrand Russel, entendem que a matemática é a disciplina em que "deixamos de

saber do que estamos a falar e deixamos de saber se aquilo de que estamos a falar é verdadeiro”.

É conhecido também o desdém que Keynes manifesta na *General Theory* relativamente aos “métodos pseudo-matemáticos” que, a coberto de refinada modelística, se revelam “tão inferiores como as suas hipóteses iniciais” e “permitem aos autores esquecer, no labirinto de símbolos vãos e pretensiosos, as complexidades e as interdependências do mundo real”, conduzindo a uma teoria económica construída dedutivamente a partir de pressupostos assumidos muitas vezes por razões de *simplicidade e elegância* e não por se adaptarem à realidade da vida.

À ideia de que a Economia (nomeadamente a Economia matemática) é uma disciplina científica porque o seu objecto é susceptível de medida respondem, com razão, os que pensam que, “no homem, o que não se mede é mais importante do que aquilo que se mede”. É o caso de Jean Marchal: “a teoria pura de hoje, filha da ciência do século XIX e neta do racionalismo do Renascimento, esquece-o talvez demasiado”.

E de muitos lados vem a crítica de que as complexas técnicas analíticas apoiadas na matemática e os modelos altamente formalizados deixam de fora factores não-económicos que são estratégicos para a abordagem adequada de muitos problemas dos nossos dias, em cuja análise a *quantificação* deve dar lugar à *compreensão*, valorizando menos as *relações de causalidade* do que as *relações de interdependência*, inseridas numa realidade em permanente devir e enraizadas no ambiente histórico-cultural que caracteriza cada comunidade.

Não falta mesmo quem defenda que, “quanto mais avançada e mais rigorosa é a análise económica, menos é capaz de ter em conta elementos não-económicos”. É o ponto de vista de Gerald Meier, que deixa esta avisada recomendação: “apesar dos - ou antes, por causa dos - esforços dos economistas matemáticos, precisamos de lembrar que a Economia é, não obstante, uma ciência social, e que pode valer a pena perder algum rigor e precisão na análise para introduzir políticas mais praticáveis”.

É a crítica a um certo ‘diletantismo’, que muitas vezes se deixa encandear pelo brilho da técnica matemática, correndo o risco de transformar o seu refinamento num fim em si mesmo (uma espécie de *matemática pela matemática*) ou numa actividade de puro deleite intelectual. E estes não são riscos hipotéticos ou imaginários. John Hicks confessa que “muita da teoria económica é prosseguida por uma razão não melhor do que a sua atracção intelectual; ela é um bom jogo”.

A crítica ao ‘abuso’ da utilização da ‘tecnologia’ matemática na análise económica leva alguns autores (Alan Abouchar, v.g.) a denunciar o vício de muitos economistas, cuja preocupação deixou de ser a de escrever os seus estudos em inglês, em francês ou em português, mas a de os *escrever em matemática*. Homa

Katouzian observa que o deslumbramento com as possibilidades das técnicas matemáticas vem substituindo a literatura económica por aquilo que ele chama *mathature* (em vez de *economic literature*).¹²

E tudo isto se passa ao arrepio da sábia lição de Popper, para quem “procurar a simplicidade e a clareza de raciocínio é um dever moral de todos os intelectuais” e para quem “a falta de clareza é um pecado”. Muitas são as vozes, com efeito, que acusam os economistas matemáticos de praticar “o culto da ininteligibilidade, o culto da linguagem difícil (*hugh-sounding language*)”, a tal ponto que o “jogo tradicional consiste em exprimir as maiores trivialidades em linguagem difícil (*high-sounding language*)” (as palavras são de Popper). Jogar este ‘jogo’ de mistificação e de obscurantismo (encobrendo ideias simples e claras por detrás da roupagem vistosa de artificios matemáticos complexos e cada vez mais inacessíveis) transformou-se no caminho mais seguro para se conseguir a publicação dos trabalhos de investigação em revistas consagradas e para se alcançar ‘sucesso’ nas carreiras académicas, até porque o “invisible college” da profissão foi ficando cada vez mais dominado pelos ‘economistas matemáticos’.

A este propósito conta Hutchison uma história de espantar, a que chama *Fox Phenomenon*. Que fenómeno é este? Segundo *The Times* de 9.6.1980, um tal Dr. Fox proferiu, em três ocasiões diferentes, conferências destinadas a psicólogos e a outros especialistas em ciências sociais, conferências para as quais elaborou textos *deliberadamente non sense*. No final, todos os ouvintes declararam que as conferências tinham sido muito claras e estimulantes. E o articulista conclui que os investigadores que quiserem causar impressão junto dos seus colegas deverão escrever textos pouco inteligíveis.

Esta história passada com psicólogos poderia muito bem ter-se passado com economistas. Numa “carta a um jovem economista” (*Economic Affairs*, Janeiro/1983), Alan Prest comenta: “Você descobrirá rapidamente que a sua situação e o seu estatuto progredirão em proporção geométrica da não-pertinência e da obscuridade dos seus ditos e dos seus escritos”.

12 Um economista português com vivência académica e com inserção na vida prática expõe assim a receita em voga “para se escrever um apreciável artigo sobre tema de economia”: “1º Ensaia-se o texto sob forma literária; 2º Hermetiza-se, em primeira instância, passando para linguagem matemática: explicita-se o corpo de premissas; adopta-se o código da simbologia, de preferência com letras gregas e muitos índices e subíndices nas variáveis; especificam-se algumas funções submetidas a derivadas parciais e integrais múltiplos; 3º Hermetiza-se, em segunda instância, implicando passagens do raciocínio, sincopando explicações de teor pedagógico, condensando demonstrações, reduzindo, enfim, a extensão do texto a um quinto ou um décimo do normal; 4º Hermetiza-se, em terceira instância, adensando o texto matemático com hipóteses adicionais de complexidade teórica crescente, ainda que de menor adequação à realidade; 5º Apura-se a elegância do escrito matemático, retirando toda a ganga literária que ainda reste e remetendo para notas de rodapé as citações que mergulhem em revistas da especialidade”. (Miguel Cadilhe)

Mas o mais grave é que a pretensa 'revolução matemática' na Economia acabou em inversão ou 'subversão' de papéis: em vez de ser o objecto da ciência económica a condicionar as técnicas utilizadas, foi a técnica matemática que acabou por condicionar a substância e o conteúdo da análise económica e do conhecimento económico, percorrendo caminhos que têm semeado a desilusão, às vezes de forma dramática, em muitos economistas que utilizam a matemática, incluindo alguns dos mais ilustres.

Maurice Dobb lamenta que muitos economistas, procurando salvar a ciência económica do 'partidarismo', a reduzam a uma *técnica matemática, puramente formal*. "Por este caminho poderão, sem dúvida, levar a sua ciência a uma pureza de claustro; mas fá-lo-ão evadindo-se às questões que eram a razão de ser da Economia Política, pelo menos na sua forma clássica, sem as resolverem".

F. Hahn, Presidente da *Econometric Society*, não hesita em escrever, a este propósito, que a situação actual da ciência económica "é um estado de coisas insatisfatório e algo desonesto".

Outro dos mais importantes economistas matemáticos, Wassily Leontief (o primeiro economista a trabalhar com computadores, o inventor da análise matemática *input-output*, Prémio Nobel da Economia em 1973), manifestava, na *Presidential Address* de 1970 à *American Economic Association*, a sua crescente preocupação com o facto de os economistas trabalharem com uma 'realidade' imaginária, hipotética, em vez de se aterem à realidade observável. E denunciava o 'processo darwiniano' que, através da selecção do pessoal académico, contribui grandemente para a perpetuação deste estado de coisas, promovendo os economistas 'puros' e afastando os 'impuros', aqueles que não se conformam com os cânones dominantes.

Leontief critica o processo de selecção académica que leva a que "os economistas mais jovens, particularmente os que estão empenhados no ensino e na investigação académicos, pareçam satisfeitos com uma situação em que podem demonstrar o seu valor (e, incidentalmente, avançar nas suas carreiras) construindo modelos matemáticos cada vez mais complicados e inventando métodos de inferência estatística cada vez mais sofisticados sem nunca se terem comprometido com a investigação empírica".

Numa carta à revista *Science* (Julho/1982), publicada sob o título *Academic Economics*, Leontief denuncia o apertado controlo exercido pelos membros titulares dos mais importantes departamentos de Economia dos EUA sobre "a preparação, a promoção e as actividades de investigação dos membros das Faculdades". Quanto aos "métodos utilizados para manter a disciplina intelectual nos mais influentes departamentos de Economia deste país", Leontief não esconde que eles

“podem ocasionalmente recordar os utilizados pelos Marines para manter a disciplina em Parris Island”.

Na mesma carta à revista *Science*, Leontief critica amargamente o “esplêndido isolamento” da *economia académica*: “Ano após ano, os economistas teóricos continuam a produzir grandes quantidades de modelos matemáticos e a explorar com grande pormenor as suas propriedades formais; e os econométristas fornecem funções algébricas de todos os modelos possíveis para, essencialmente, os mesmos conjuntos de dados sem serem capazes de avançar, em nenhum sentido perceptível, uma compreensão sistemática da estrutura e das operações de um sistema económico real”. O desencanto de Leontief é de tal ordem que este Prémio Nobel da Economia decidiu deixar de publicar os seus estudos em revistas especializadas em Economia.

Alguns são mais radicais, ao menos na linguagem. Robert Kuttner sustenta que as escolas de Economia “estão em vias de produzir uma geração de sábios idiotas, brilhantes em matéria de matemáticas esotéricas, mas desprovidos de qualquer ideia sobre a vida económica real”. E Alan Abouchar, Professor da Universidade de Toronto, não resiste a este comentário: “A matemática é muitas vezes chamada a ‘rainha e a serva das ciências sociais’. O modo como dela abusaram os economistas poderia levar alguns a acrescentar que a essas duas funções a matemática junta a prática do que nós designamos correntemente ‘a mais velha profissão do mundo’”. Outros são mais reflexivos e talvez mais certos. Christian Stoffaës defende que “a economia contemporânea tem mais necessidade de filósofos do que de econométristas”. Por nós, acreditamos que ele tem razão.

10.6. - Em jeito de síntese, diremos que a *tentação cientista* (o *desvio cientista*), ao procurar afastar a ‘ciência económica’ da Economia Política clássica enquanto “ramo da filosofia social”, acabou por transformar-se numa armadilha, enredando a disciplina nas malhas de uma “concepção absolutista” de efeitos por vezes perversos, na óptica do seu próprio desenvolvimento enquanto ciência. Para remediar a dificuldade (ou impossibilidade) de experimentação ao natural, foram concebidos modelos de simulação matemática, que se considera representarem o funcionamento real da economia. A elegância e a virtuosidade dos modelos matemáticos levaram os economistas a sucumbir ao fascínio por eles exercido, acabando por ficar prisioneiros de técnicas que se vão refinando cada vez mais, porque “this is a good game” (Hicks), a um ponto tal que o desencanto acerca dos resultados atinge, como acabamos de ver, alguns dos seus mais qualificados cultores.

A ciência económica - como as demais ciências - recorre à *abstracção*, utiliza *modelos* que *simplificam* a realidade para afastar pormenores sem importância e pôr em relevo os aspectos significativos da questão em análise. E é certo que simplificar

é sempre falsificar. No entanto, como bem observou Paul Valéry, se é verdade que “tudo o que é simples é falso”, também é verdade que “tudo o que não é simples é inutilizável”.

É importante compreender, por outro lado, que esta propensão da Economia para abstrair da realidade não resulta de um qualquer gosto especial dos economistas em parecerem absurdos ou em procurarem o absurdo. Esta propensão resulta da enorme complexidade da vida económica, das relações económicas e de todo o tecido institucional que as envolve, sempre em processo de mudança.

Mas é igualmente importante ter sempre presente as limitações que daqui decorrem. A falta de consciência disto mesmo pode levar a um divórcio entre o *mundo da Economia* e o *mundo dos homens*, com risco de o homem deixar de ser o princípio e o fim da Economia enquanto ciência social. Vale a pena, por isso, seguir o conselho de Maurice Dobb: “Não parece ser uma regra má, em matéria tão cheia de problemas práticos e complexos como a Economia Política, a de manter os pés firmemente plantados na terra, ainda que à custa de certa elegância lógica de definição e de precisão na formulação algébrica, tão impressionante, apesar de frequentemente responsável por erros”.

Só esta atitude ‘descontraída’ em relação ao rigor de um *cientismo infalível* pode ter em conta as limitações que caracterizam a análise económica, decorrentes do facto - salientado pela generalidade dos autores - de ter de recorrer com frequência ao *as if approach* e de as suas proposições estarem sempre sujeitas à *condição coeteris paribus*. Não ter isto presente pode colocar os economistas perante situações que, de forma inconsequente, escondem muita incapacidade por detrás de alguma ‘fanfarronice’.¹³

Por nossa parte, cremos que releva de um certo *infantilismo* (ou *doença infantil*) a pretensão das ciências sociais e humanas e, nomeadamente, da Economia Política em se assumirem como ‘científicas’ tal como o são as ciências ditas exactas ou ciências da natureza.

A Economia Política corre graves riscos se ‘esquecer’ que é uma ciência social, se fizer de contas que, por detrás dos fenómenos e dos processos que nela se estudam, não estão sempre os homens, os homens de carne e osso, os grupos e as

13 Ocorre lembrar, a este propósito, uma ‘história’ contada por Baumol/Blinder e por M. Blaug. A ‘história’ é esta. Três pessoas (um químico, um físico e um economista) encontraram-se numa ilha deserta. Tinham abundância de latas com alimentos de conserva, mas não tinham instrumentos para abrir as latas. Perante a situação, o químico sugeriu que acendessem uma fogueira e pusessem as latas ao lume, esperando que a dilatação do seu conteúdo as fizesse rebentar. O físico preferiu outra solução e propôs que construíssem uma catapulta com a qual pudessem atirar as latas contra umas pedras próximas, esperando que elas abrissem com o embate. Chegada a vez de o economista se pronunciar, ‘resolveu’ o problema desta maneira: “Suponhamos que temos um abre-latas...”

classes sociais, as várias formas de organizações criadas pelos homens, as nações e os estados, e se 'esquecer' que o homem deve estar no centro das suas preocupações enquanto ciência, mas está também, necessariamente, no início e no fim do processo de investigação e de conhecimento científico.

J. Stuart Mill já tinha advertido para que "não pode ser bom economista quem for apenas economista". E Keynes partilhava sem dúvida deste ponto de vista. Basta recordar o retrato que ele faz do *economista perfeito*, quando fala de Alfred Marshall: "o economista perfeito deve possuir uma rara *combinação* de predicados. Deve atingir um elevado padrão em várias direcções diferentes e deve combinar talentos que não se encontram juntos muitas vezes. Ele tem que ser, de algum modo, matemático, historiador, homem de estado, filósofo. Deve contemplar o particular em termos do geral, e tocar o abstracto e o concreto na mesma linha de raciocínio. Deve estudar o presente à luz do passado, tendo em vista o futuro. Nenhum aspecto da natureza humana ou das suas instituições deve ficar inteiramente fora da sua observação. Deve ser simultaneamente comprometido e desinteressado; tão distante e incorruptível como um artista, embora por vezes tão próximo da terra como um político".

Seguindo a lição de Jean Marchal, a ciência económica tem de abandonar o 'mundo' a que a conduziu a *teoria pura*. Porque "esse mundo não é o dos homens". É preciso uma ciência económica que se ocupe do "homem total", uma ciência que aspire a ser, como todas as ciências sociais, "uma visão global do homem". (Fernand Braudel)

A ciência económica, enquanto ciência social, não pode reduzir-se, como sublinha Aníbal Almeida, a um "modelo 'analítico' evacuado de personagens, instituições e história". A Economia Política deve recusar a assepsia da *teoria pura*, "impressionante pela sua lógica sem falhas", mas que "descarta importantes factores humanos, factores que só se apreendem de perto e que não se deixam comodamente pôr em equação" e que dá por vezes "a sensação de um deserto de pedras e de gelo, de um mundo sem homens". Como Jean Marchal - a quem pertencem as palavras acabadas de citar -, pensamos que é de rejeitar uma perspectiva que "substitui o homem verdadeiro pelo *homo oeconomicus* simplificado e o estudo sociológico e histórico por uma investigação de pura lógica aplicada às coisas económicas", perseguindo o ideal de "uma ciência económica que aspira, como a economia marxista, a abarcar o homem total, mas que, em conformidade com a tradição saída do Renascimento, queira encarar os fenómenos sem preconceitos".

A ciência económica pressupõe sempre, a nosso ver, uma determinada *concepção do homem*. O que acontece é que a nossa disciplina nunca elaborou o enquadramento filosófico deste seu pressuposto implícito. Antes da revolução científica e da revolu-

ção industrial - antes, portanto, do desenvolvimento da Economia Política como ciência autónoma -, a filosofia e a teologia ocupavam-se do homem na sua totalidade. Mas aquelas 'revoluções' e o desenvolvimento da Economia Política relegaram para um plano secundário a importância da reflexão teológico-filosófica, a única capaz de abranger em toda a dimensão a problemática da *natureza humana*.

Mais uma razão, se bem vemos, para que a ciência económica, enquanto ciência social, se assumia como "um ramo da filosofia social", tomando o homem na sua verdadeira e única dimensão, a de "pessoa confrontada com escolhas morais". Na síntese de Walter Weisskopf, "os economistas podem tornar-se de novo mais interessados na *sabedoria* do que na *análise quantitativa*. A sua imagem de homem pode então mudar de uma estrutura matemática para uma pessoa humana real com liberdade limitada, guiada pelo sentimento moral e pela constelação dos padrões morais".

A Economia Política não deve confundir-se com uma 'técnica' e muito menos com uma técnica esotérica: os problemas da economia não são, na sua base, problemas técnicos que possam ser resolvidos por uma qualquer 'Economia técnica'; são problemas políticos, que têm de ser equacionados e resolvidos na esfera da política. As realidades económicas, o processo económico em toda a sua complexidade, devem ser analisados no contexto social, político e jurídico em que se inserem. Como se escreve num livro sobre *A Ciência Económica* editado pela UNESCO em 1970, "temos a convicção de que, para enfrentar as realidades futuras, os economistas deverão fazer entrar elementos sócio-económicos, no sentido mais lato do termo, na corrente principal da investigação teórica. A ciência económica deve tornar-se uma ciência mais social, que não é mais do que a economia política no sentido próprio desta expressão".

Com Gunnar Myrdal, pensamos que "a ciência económica tem sido ao longo de dois séculos a ciência 'política', no sentido próprio desta palavra". E, porque entendemos que a *Economics* se afastou desta perspectiva, defendemos que a nossa disciplina deve assumir-se de novo como Economia Política, "com os seus aspectos normativos concretamente especificados e as suas estratégias claramente definidas". (Shigeto Tsuru)

Terminamos recorrendo à síntese de Joan Robinson e de John Eatwell: "a ciência económica tem três aspectos ou funções: tentar compreender como funciona a economia; fazer propostas para a melhorar; justificar o critério pelo qual a melhoria é julgada".

Com estes autores, acreditamos que "o critério definidor daquilo que é desejável envolve necessariamente juízos morais ou políticos" e que "a ciência económica nunca pode ser uma ciência perfeitamente 'pura', não penetrada de valores humanos". E

pensamos que “os pontos de vista morais ou políticos através dos quais são vistos os problemas económicos se tornaram, frequentemente, tão inextricavelmente entrelaçados com as questões postas, e mesmo com os métodos de análise utilizados, que nem sempre é fácil distinguir aqueles três elementos da Economia Política”.

11. – Uma nota final: na Parte II deste nosso livro analisaremos com mais vagar as contribuições dos fisiocratas, de Adam Smith, de David Ricardo e de Marx, por um lado; e aprofundaremos algo mais as teses defendidas por Say e pelos marginalistas. Ficarão então mais claras as diferenças entre as duas perspectivas da ciência económica que temos vindo a referir, e será então formulada a crítica à perspectiva marginalista e à sua incapacidade para entender o capitalismo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABOUCAR, Alan – “Through the (Economics) Glass Darkly”, em *Problèmes Économiques*, nº 2 194, 10.10.90, 1-6.
- AGUIAR, Joaquim – “Para uma análise sistémica da produção de teorias nas ciências sociais: o caso da economia política”, em *Análise Social*, nº 35/36, Vol. IX, 1972, 689-789.
- ALBELDA, Randy, Christopher GUNN and William WALLER (eds.) - *Alternatives to Economic Orthodoxy*, M. E. Sharpe, N. York, 1987.
- ALMEIDA, Aníbal – *Prelúdio a uma Reconstrução da Economia Política*, Separata do *Boletim de Ciências Económicas*, FDUC, Coimbra, 1989;
- ATKINSON, Lloyd C. – *Economics - The Science of Choice*, Richard D. Irwin Inc., Homewood, 1982.
- AVELÁS NUNES, A. J. – *Noção e Objecto da Economia Política*, Almedina, Coimbra, 1996.
- BAUMOL, William and Alan BLINDER - *Economics: Principles and Policy*, 5ª ed., Harcourt Brace Jovanovich, N. York, 1991.
- BLAUG, Mark - *História do Pensamento Económico* (2 vols.), trad. port. da 5ª ed. inglesa (1985) de *Economic Theory in Retrospect* (1ª ed., 1961), Dom Quixote, Lisboa, 1989/1990;
- *A Metodologia da Economia*, trad. port. da 2ª ed. inglesa (1992), Gradiva, Lisboa, 1994 (1ª ed. ing., 1980);
- *Economic Theories, True or False? — Essays in the History and Methodology of Economics*, Edward Elgar, Aldershot, 1990.
- BOULDING, Kenneth - *Towards a New Economics — Critical Essays on Ecology, Distribution and Other Themes*, Edward Elgar, Aldershot, 1992.
- BOWLES, Samuel – “Economists as servants of Power”, em *The American Economic Review - Papers and Proceedings*, Vol. LXIV, nº 2, Maio/1974, 129 - 132.
- BRENNAN, H. G. and A. M. C. WATERMAN (eds.) - *Economics and Religion: Are They Distinct?*, Kluwer Academic Publishers, Boston, 1994.
- BROCHIER, Hubert – “Les besoins humains”, em *Esprit*, Dez/1969, 870ss.
- BROCKWAY, George P. - *The End of Economic Man (Revised)*, W.W. Norton & Co., N. York, 1993.
- BÜRGENMEIER, B. - *Socio-Economics: An Interdisciplinary Approach (Ethics, Institutions, and Markets)*, Kluwer Academic Publishers, Boston, 1992.
- CADILHE, Miguel – “Matematismos (Reflexões sobre Matemática, Economia e Gestão)”, em *Anuário de Economia Portuguesa - 1991*, Associação Portuguesa de Economistas.
- CALDWELL, Bruce - *Appraisal and criticism in economics: a book of readings*, Allen & Unwin, Londres, 1984;

- *Beyond Positivism: Economic Methodology in the Twentieth Century*, Allen & Unwin, Londres, 1984;

- *The Philosophy and Methodology of Economics* (3 vols.), Edward Elgar, Aldershot, 1993.

CAPORASO, James A. and David P. LEVINE - *Theories of Political Economy*, Cambridge University Press, Cambridge (Mass.), 1992.

CARPI, J. A. Tomas - *Poder, Mercado y Estado en el capitalismo maduro*, tirant lo blanch, València, 1992.

CERRONI, Umberto - *Introduzione alla Scienza Sociale*, Editori Riuniti, Roma, 1976.

CROUCH, Colin and David MARQUAND (eds.) - *Ethics and Markets: Co-operation and Competition within Capitalist Economies*, Blackwell Publishers, Oxford, 1993.

DAHRENDORF, Ralf - *Ensaio sobre o liberalismo*, trad. port., Ed. Fragmentos, Lisboa, 1993.

DASGUPTA, Amiya K. - *La teoria económica de Smith a Keynes*, trad. it., Il Mulino, Bolonha, 1987 (a 1ª ed. inglesa, *Epochs of Economic Theory*, é de 1985).

DEANE, Phyllis - *Scope and Method of Economic Science*, em R. ALBELDA *et alii*, cit., 35 - 47.

DENIS, Henri - *A formação da ciência económica*, trad. port., Livros Horizonte, Lisboa, s/d (1976?);

- *Logique hégélienne et systèmes économiques*, PUF, Paris, 1984.

DESAI, Meghnad - "Men and Things", em *Economica*, vol. 53º, nº 209, Fev/1986, 1 - 10.

DOBB, Maurice - *Economía Política y Capitalismo*, trad. cast., FCE, México, 1966 (1ª ed. ing., 1937);

- *Introdução à Economia*, trad. port., 2ª ed., Editorial Inquérito, Lisboa, s/d;

- *Economia do bem-estar e economia socialista*, trad. port., Europa - América, Lisboa, 1976;

- *Teorias do valor e da distribuição desde Adam Smith*, trad. port., Ed. Presença, Lisboa, 1977 (1ª ed. ing., 1973).

DOPFER, Kurt (coord.) - *La economía del futuro — Hacia un nuevo paradigma*, trad. cast., FCE, México, 1978 (1ª ed. inglesa, 1976).

ENGELS, Frederico - *Anti-Dübring*, trad. port., Edições Afródite, Lisboa, 1971.

ETZIONI, Amitai - *The Moral Dimension: Toward a New Economics*, The Free Press, N. York, 1990 (1ª ed., 1988).

FREY, Bruno S. - *Economics as a Science of Human Behaviour (Towards a New Social Science Paradigm)*, Kluwer Academic Publishers, Boston, 1992.

FRIEDMAN, Milton - *Essays in Positive Economics*, University of Chicago Press, 1953.

FURTADO, Celso - *O Mito do Desenvolvimento Económico*, Ed. Paz e Terra, 3ª ed., Rio de Janeiro, 1974 (1ª ed., 1974);

- *Prefácio a Nova Economia Política*, Dinalivro, Lisboa, s/d (1977?);

GALBRAITH, J. K. - *The Affluent Society*, The New American Library, 1958 (há trad. port., *A sociedade da abundância*, Sá da Costa, Lisboa, 1967);

- *The New Industrial State*, Hamish Hamilton, Londres, 1967;
- "Economics in the Industrial State: Science and Sedative. Economics as a System of Belief", em *The American Economic Review - Papers and Proceedings*, Vol. LX, nº 2, Maio/1970, 469 - 478;
- "Power and the useful economist", em *The American Economic Review*, Vol. LXIII, Março/1973, 1 - 11;
- *A Economia Política - Uma História Crítica*, trad. port., Europa - América, Lisboa, 1989 (1ª ed. am., 1987).
- GILL, Stephen and David LAW - *The Global Political Economy - Perspectives, Problems and Policies*, Harvester Wheatsheaf, Londres, 1988.
- GODELIER, Maurice - *Rationalité et irrationalité en économie*, Maspero, Paris, 1968.
- GORDON, Wendel and John ADAMS - *Economics as Social Science - An Evolutionary Approach*, The Riverdale Company, Riverdale, 1989.
- GRAY, John - *The Moral Foundations of Market Institutions*, IEA Health and Welfare Unit, Londres, 1992.
- GREEN, David G. - *The New Conservatism - The Counter Revolution in Political, Economic and Social Thought*, St. Martin's Press, N. York, 1987.
- GURLEY, John G. - "The State of Political Economics", em *The American Economic Review - Papers and Proceedings*, Vol. LXI, nº 2, Maio/1971, 53 - 61.
- HAUSMAN, Daniel M. - *The inexact and separate science of economics*, Cambridge University Press, 1994 (1ª ed., 1992).
- HAYEK, F. A. - "The Use of Knowledge in Society", em *The American Economic Review*, Vol. XXXV, nº 4, Set/1945, 519 - 530;
- *Studies in Philosophy, Politics and Economics*, Routledge & Kegan Paul, Londres, 1978 (1ª ed., 1967);
- *The Trend of Economic Thinking (Essays on Political Economists and Economic History)*, The Collected Works of F. A. Hayek, W. W. BARTLEY III and Stephen KRESGE (eds.), Vol. III, Routledge, Londres, 1991.
- HEILBRONER, Robert L. - "Economics as a 'value-free' Science", em *Social Research*, Vol. 40, nº 1, 1973, 129 - 143;
- *Naturaleza y lógica del capitalismo*, trad. cast., Ediciones Península, Barcelona, 1990 (1ª ed. americ., 1985).
- HEY, John D. (ed.) - *The Future of Economics*, Blackwell Publishers, Cambridge (Mass.), 1992.
- HICKS, John - "Revolutions' in Economics", em S. LATSIS (ed.), *ob. cit.*, 207 - 218;
- "É a Economia uma ciência?", em *Estudos de Economia*, Vol. V, nº 2, Jan - Março/1985, 131 - 142.
- HOGDSON, Geoff - *The Democratic Economy - A New Look at Planning, Markets and Power*, Penguin Books, Londres, 1984.

- HUNT, E. K. and J. G. SCHWARTZ (eds.) - *A Critique of Economic Theory*, Penguin Books, Londres, 1972.
- HUTCHISON, T.W. - "On the History and Philosophy of Science and Economics", em S. LATSIS. (ed.), *ob. cit.*, 181 - 205;
- *The Politics and Philosophy of Economics*, Basil Blackwell, Oxford, 1981.
- KATOUIZIAN, Homa - *Ideology and Method in Economics*, MacMillan, Londres, 1980.
- KLEIN, Philip A. (ed.) - *The Role of Economic Theory*, Kluwer Academic Publishers, Boston, 1994.
- KUTTNER, Robert - "The Poverty of Economics", em R. ALBELDA *et alii*, *ob. cit.*, 18 - 34.
- LAFAY, Jean - "Les économistes en auto-analyse", em *Problèmes Économiques*, nº 2109, 25.1.89, 29 - 32.
- LANGE, Oskar - *Economia Política* (2 vols), trad. it., Editori Riuniti, Roma, 1970 (1ª ed. polaca, 1958). Os primeiros quatro dos sete capítulos do vol. 1º deste livro do economista polaco encontram-se traduzidos em português : Oskar LANGE, *Economia Política*, 1º vol., Ed. Prelo, Lisboa, 1979.
- LARRÈRE, Catherine - *L'invention de l'économie au XVIII^e siècle*, PUF, Léviathan, Paris, 1992.
- LATSIS, Spiro (ed.) - *Method and Appraisal in Economics*, Cambridge University Press, 1980 (1ª ed., 1976).
- LEFEBVRE, Henri - *Sociologie de Marx*, PUF, Paris, 1966.
- LEONTIEF, Wassily - "Theoretical Assumptions and Nonobserved Facts", *Presidential Address à 83ª Reunião Anual da A.E.A.* (29.12.1970), em *The American Economic Review*, Vol. LXI, 1971, 1 - 7;
- "Academic Economics", em *Science*, Vol. 217, de 9.7.1982, 104 - 107.
- LOMBARDINI, Siro - *Il Metodo della Scienza Economica: Passato e Futuro*, UTET, Turim, 1983.
- MANDEL, Ernest - *Traité d'Économie Marxiste* (4 vols.), Union Générale d'Éditions, Paris, 1976.
- MARCHAL, Jean - *Cours d'Économie Politique*, t. 1º, 4ª ed., Éd. Médicis, Paris, 1957.
- MARX, Karl - Prefácio a *Para a Crítica da Economia Política*, em MARX/ENGELS, *Obras Escolhidas*, ed. cit., vol. I, 529ss;
- *Misère de la Philosophie*, trad. fr., Éditions Sociales, Paris, 1972.
- MARX/ENGELS - *Obras Escolhidas* (3 vols.), Edições Avante, Coimbra, 1982-1985.
- MEEK, Ronald - *Economía e Ideología*, trad. cast., Ariel, Barcelona, 1972 (1ª ed. inglesa, 1967).
- MEIER, Gerald - *Emerging from Poverty — The Economics that Really Matters*, Oxford University Press, N.York, 1984.

- MILIBAND, David - "The New Politics of Economics", em CROUCH/MARQUAND, *ob cit.*, 21 - 30.
- MINI, Piero V. - "John Maynard Keynes e il 'metodo' in economia", em *Rivista di Politica Economica*, Ano LXXVIII, Nov/1988, 1 221 - 1 238.
- MYRDAL, Gunnar - *Aspectos políticos da teoria econômica*, trad. bras., Zahar editores, Rio de Janeiro, 2ª ed., 1985 (trad. da ed. inglesa, *The Political Element in the Development of Economic Theory*, Routledge & Kegan Paul, Londres, 1961. A 1ª ed., em língua sueca, é de 1930);
- *Teoria Económica y Regiones Subdesarrolladas*, trad. cast., FCE, México, 1959;
 - *Asian Drama: An Inquiry into the Poverty of Nations* (3 vols.), A Twentieth Century Fund Study, Random House, N. York, 1968;
 - *Against the Stream*, MacMillan, Londres, 1974 (1ª ed., 1973);
 - *A objectividade nas ciências sociais*, trad. port., Assírio & Alvim, Lisboa, 1976.
- NAPOLEONI, Claudio - *Dizionario di Economia Politica*, Edizioni di Comunità, Milão, 1956, artigo "Economia (Scienza)";
- *A Teoria Económica no Século XX*, trad. port., Ed. Presença, Lisboa, 1973;
 - *Fisiocracia, Smith, Ricardo, Marx*, trad. cast., Oikos - Tau, Barcelona, 1974 (a 1ª ed. it. é de 1973);
 - *Curso de Economía Política*, 3ª ed., Oikos - Tau, Barcelona, 1977 (trad. cast. de *Elementi di Economia Politica*, La Nuova Italia Editrice, Florença, 1973);
 - *O valor na ciência económica*, trad. port., Ed. Presença, Lisboa, 1980 (1ª ed. it., 1977).
- NELL, Edward - "Economics: The Revival of Political Economy", em R. ALBELDA *et alii*, *ob. cit.*, 89 - 103.
- NORTH, Douglass C. - "Structure and Performance: The Task of Economic History", em *Journal of Economic Literature*, Vol. XVI, Set/1978, 963 - 978.
- NUNES, Manuel Jacinto - "Hayek e o novo liberalismo", em *Diário de Notícias*, 18.2.1988.
- PATINKIN, Don - "Keynesian Monetary Theory and the Cambridge School", em *Banca Nazionale del Lavoro Quarterly Review*, Junho/1972, depois reimpresso em H. G. JOHNSON and A.R. NOBAY (eds.), *Issues in Monetary Economics*, Oxford University Press, 1974.
- PERROUX, François - *Pouvoir et Économie*, Bordas, Paris, 1973.
- PLOSSARD, Jacques - "L'emploi des mathématiques dans l'étude économique", em *Problèmes Économiques*, nº 2.194, 10.10.90, 6 - 10.
- QUESNAY, François - *Quadro Económico*, trad. port., F. Calouste Gulbenkian, Lisboa, 1969.
- RIBEIRO, J. J. Teixeira - *Economia Política* (lições copiogr. ao 2º ano da FDUC), Coimbra, 1959;
- "Objecto da economia política", Separata do *Boletim de Ciências Económicas*, Coimbra, 1980;

- *Sobre o Socialismo*, Coimbra Editora, Coimbra, 1991.
- RICARDO, David - *Princípios de Economia Política e de Tributação*, trad. port., F.C. Gulbenkian, Lisboa, 1975.
- ROBBINS, Lionel - *An Essay on the Nature and Significance of Economic Science* (1ª ed., 1932), 2ª ed., MacMillan, Londres, 1935;
- *Politics and Economics (Papers in Political Economy)*, MacMillan, Londres, 1963;
- "On Latsis's Method and Appraisal in Economics: A Review Essay", em *Journal of Economic Literature*, Vol. XVII, Set/1979, 996-1 004;
- "Economics and Political Economy", em *The American Economic Review - Papers and Proceedings*, Vol. 71, nº 2, Maio/1981, 1 - 10.
- ROBINSON, Joan - *Economia Marxista*, trad. bras., Ed. Fundo de Cultura, Rio de Janeiro, 1960 (1ª ed. inglesa, 1942);
- *Economic Philosophy*, C. A. Watts & Co., Londres, 1962;
- *What are the Questions? and Other Essays (Further Contributions to Modern Economics)*, M. E. Sharpe, N. York, 1980;
- "Time in Economic Theory", em *Kyklos*, Vol. 33, nº 2/1980, 219 - 229.
- ROBINSON, Joan and John EATWELL - *An Introduction to Modern Economics*, McGraw - Hill, Londres, 1972.
- ROTHSCHILD, Kurt W. - "Political Economy or Economics? - Some Terminological and Normative Considerations", em *European Journal of Political Economy*, nº 5 (1989), 1 - 12;
- *Ethics and Economic Theory - Ideas, Models, Dilemmas*, Edward Elgar, Aldershot, 1993.
- SAMPEDRO, José Luis - "De la tecnocracia a la economía estructural", em *Estudios de Economía*, Vol. IV, nº 2, 1984, 185 - 198.
- SAMUELSON, Paul e William NORDHAUS - *Economia*, 12ª e 14ª edições, McGraw - Hill, Lisboa, 1988 e 1993.
- SAWYER, Malcolm C. - *The Challenge of Radical Political Economy - An Introduction to the Alternatives to Neo - Classical Economics*, Harvester Wheatsheaf, Londres, 1989.
- SCHUMPETER, Joseph - *Capitalism, Socialism and Democracy*, Allen & Unwin, Londres, 1943;
- "Science and Ideology", em *The American Economic Review*, Vol. 39, nº 2, Março/1949, 345 - 359;
- *História del Análisis Económico*, trad. cast., Ariel, Barcelona, 1971 (1ª ed. americana, 1954).
- SEN, Amartya K. - "Rational Fools: A Critique of the Behavioral Foundations of Economic Theory", em *Philosophy and Public Affairs*, 6 (1977), 317 - 344.
- SHERMAN, Howard - *Foundations of Radical Political Economy*, M. E. Sharpe, N. York - Londres, 1987.
- SMITH, Adam - *Riqueza das Nações*, trad. port. (2 vols.), F. Calouste Gulbenkian, Lisboa, 1981/1983.

- STANILAND, Martin - *What is Political Economy? A Study of Social Theory and Underdevelopment*, Yale University Press, New Haven, 1985.
- STIGLER, Georges - "The Politics of Political Economists", em *The Quarterly Journal of Economics*, Vol.LXXIII, nº 4, Nov/1959, 522 - 532.
- STOFFAËS, Christian - *A crise da economia mundial*, trad. port., Dom Quixote, Lisboa, 1991 (1ª ed. fr., 1987).
- SWEEZY, Paul - *Teoria do Desenvolvimento Capitalista*, trad. bras., Zahar Editores, Rio de Janeiro, 1956 (é trad. da 4ª ed. americana; a 1ª ed. é de 1942);
 - "Toward a Critique of Economics" (1ª versão, 1969), em *Modern Capitalism and Other Essays*, Modern Reader/Monthly Review Press, N. York, 1972, 53 - 63.
- TSURU, Shigeto - "Hacia una nueva economía política", em K. DOPFER, *ob. cit.*, 147 - 159.
- UNESCO - *A Ciência Económica*, texto elaborado por I. Sachs, trad. port. da 1ª ed. fr. de 1970, Livraria Bertrand, s/d (1972?).
- VACHET, André - *L'idéologie libérale - L'individu et sa propriété*, Anthropos, Paris, 1970.
- VERCELLI, Alessandro - *Keynes dopo Lucas. I fondamenti della macroeconomia*, NIS, Roma, 1987.
- WEEKS, John - *A Critique of Neoclassical Macroeconomics*, St. Martin's Press, N. York, 1989.
- WEISSKOPF, Walter A. - "The Image of Man in Economics", em *Social Research*, Vol. 40, nº 3/1973, 547 - 563.

GÊNESE E EVOLUÇÃO DO
 CAPITALISMO

INTRODUÇÃO
A teoria dos sistemas económicos

PARTE I

Os SISTEMAS ECONÓMICOS

GÉNESE E EVOLUÇÃO DO

CAPITALISMO

Particularmente importante é o modo de produção. É precisamente em função dele que costumam distinguir-se as várias formas históricas de organização económica. O conceito de forma económica não pode independentemente do conceito de sistema económico, porque a forma económica é sempre a forma de um determinado sistema. O conceito de forma económica é, pois, uma duplicação do conceito de sistema económico, sendo certo também que nenhum sistema económico existe em si mesmo, quer seja económico socialmente sempre, quer não. Como escreve Vilfredo Pareto: «O sistema económico é a forma económica das coisas. O que existe são as economias reais, e não os sistemas económicos».

INTRODUÇÃO

I. A TEORIA DOS SISTEMAS ECONÓMICOS

A vida dos homens em sociedade e a sua organização com vista à satisfação das necessidades materiais tem apresentado características diversas ao longo da sua evolução histórica, correspondendo a cada período e a cada lugar um certo sistema de organização económica e social.

Na verdade, toda a economia é um *sistema*, no sentido em que toda a economia é um conjunto de elementos (pessoais e materiais), de processos e relações (de produção, de distribuição, v.g.) interligados de acordo com um princípio orientador, um princípio de unidade, que assegura uma certa coerência e estabilidade à *estrutura* constituída por aqueles elementos, processos e relações económicas.

Mas a expressão *sistema económico* ganhou originariamente estatuto científico na acepção de *tipo de economia*, capaz de integrar uma multiplicidade de economias concretas, distintas de outros conjuntos históricos por determinadas características fundamentais. Na verdade, a ideia de sistema económico liga-se à distinta realidade das economias historicamente concretizadas.

Do conceito de *sistema económico* costuma distinguir-se o conceito de *forma económica*, referindo-se este último aos vários modos (tipificados) de manifestação de um determinado sistema, modos que se distinguem em função de critérios como o grau de desenvolvimento das forças produtivas, a forma e a dimensão das unidades de produção, a organização dos sujeitos económicos, o modo de coordenação da economia, etc.

Particularmente importante é o *modo de coordenação*. É precisamente em função dele que costumam distinguir-se as várias formas históricas do capitalismo: capitalismo de concorrência, capitalismo monopolista, capitalismo monopolista de estado.

O conceito de forma económica não existe independentemente do conceito de sistema económico, porque a forma económica é sempre a forma de um determinado sistema. O conceito de forma económica é, pois, uma qualificação do conceito de sistema económico, sendo certo também que nenhum sistema económico existe em si mesmo: qualquer sistema económico apresenta-se sempre, historicamente, sob determinada(s) forma(s). Como escreve Vital Moreira, “os sistemas económicos e as formas económicas *não existem*. O que existe são as economias concretas que os ‘efectivam’ (‘revelam’)”.

Na prática, nenhuma economia concreta se apresenta como a realização de um único sistema económico ou de uma única forma económica. Cada economia cor-

responde, ao invés, a uma determinada combinação de vários sistemas, um dos quais emerge como *sistema dominante*, imprimindo carácter àquela economia, moldando a sua estrutura ordenadora, definindo-a como *ordem económica*.

Pois bem. A questão que se põe à teoria dos sistemas económicos reside exactamente em identificar o tecido estrutural de cada economia em concreto, o princípio de ordem que há-de permitir dar uma resposta adequada a três interrogações fundamentais:

1) como se processa, em cada situação histórica concreta, a direcção e o funcionamento da economia?

2) qual o critério que preside à distribuição do produto social?

3) qual o elemento dinamizador do desenvolvimento, i.é, qual o princípio que explica a (e dá sentido à) sucessão dos sistemas que a história regista?

Esta problemática foi ignorada pela chamada *Escola Clássica Inglesa*, cujos autores concebiam a ordem económica como um mecanismo comandado por *leis naturais* de validade absoluta e universal (em tudo idênticas às leis da Física) e viam na ordem capitalista não uma fase transitória na marcha da humanidade, mas a forma absoluta e definitiva da actividade económica e da organização social (o *fim da história*).

Contra esta concepção reagiu a Escola Histórica Alemã (*teoria dos estádios de desenvolvimento*) e Karl Marx (*materialismo histórico e teoria dos modos de produção*). A teoria dos sistemas económicos surge, pois, como reacção contra a postura universalista a-histórica da Escola Clássica, à qual se contrapôs uma visão evolucionista e historicista.

II. AS SOLUÇÕES

1. A TEORIA DOS "ESTÁDIOS ECONÓMICOS"^{14, 15}

A análise dos estádios de evolução constituiu, efectivamente, preocupação fundamental para os autores que integram a Escola Histórica Alemã, operando com base

14 Ver TEIXEIRA RIBEIRO, *Economia Política*, cit., e V. MOREIRA, *Economia e Constituição*, cit.

15 As teses evolucionistas dos primeiros históricos parecem ter renascido com a obra de Colin CLARK (*The Conditions of Economic Progress*, 1ª ed. 1940). Segundo este autor, o progresso económico, nos países capitalistas como nos socialistas, caracterizar-se-ia por uma deslocação progressiva da população activa do sector da agricultura para o sector da indústria e deste para o dos serviços. Esta tese tem servido para justificar a conclusão de que o que distingue as economias dos vários países é o facto de se encontrarem em uma ou outra fase deste processo evolutivo que, a partir de um primeiro estágio de predomínio da agricultura, encaminhará os países para a situação de *economias terciárias*.

A concepção evolucionista é patente também no livro de Walter Whitman ROSTOW, *The Stages of Economic Growth - A Non Communist Manifesto*, Cambridge, Mass., 1960 (editado no Brasil pela Zahar Editores, Rio de

em *critérios históricos*, pressupondo uma sucessão regular dos vários sistemas ao longo dos séculos. Resumiremos a seguir as mais importantes dessas tentativas de distinção e classificação das várias fases pelas quais passariam, mais ou menos obrigatoriamente, segundo os autores da "Escola Histórica", todas as sociedades humanas.

a) Friedrich List propôs o critério da *actividade dominante*. A vida económica desenvolver-se-ia, historicamente, ao longo de quatro fases: pastorícia; agricultura; agricultura e indústria; agricultura, indústria e comércio. Para esta última, correspondente à *nação normal*, tenderiam as economias de todos os povos.

b) Bruno Hildebrandt atende aos sucessivos *instrumentos de troca* como critério distintivo das três etapas que distingue com base nele: a da *economia natural* (caracterizada por um sistema de *troca directa* - produtos por produtos); a da *economia monetária* (caracterizada pela prática da *troca monetária*, funcionando a moeda como intermediário geral nas trocas); a da *economia creditícia* (caracterizada pela importância do recurso às vendas a crédito e ao empréstimo de dinheiro).

c) Para Karl Bücher, por sua vez, o critério distintivo das várias fases da evolução histórica seria o *âmbito territorial* dentro do qual se circunscreve a actividade económica. Nas palavras de Bücher, o critério essencial é "a relação existente entre produção e consumo dos bens ou, para ser mais exacto, a extensão do caminho que os bens percorrem, na passagem do produtor ao consumidor"¹⁶.

De acordo com este critério, a humanidade passaria por três fases na sua evolução: a *economia doméstica* (reduzida, sucessivamente, à *família*, à *tribo*, ao *domínio senhorial e feudal* - confinada a um âmbito territorial bastante restrito); a *economia urbana* (centrada na actividade artesanal das cidades, que entravam em relações de troca com as populações agrícolas vizinhas); a *economia nacional* (resultante do desenvolvimento das relações de troca entre os vários núcleos urbanos).

Gustav Schmöller acrescentaria às anteriores a fase da *economia mundial*, que corresponderia a um novo período de relações económicas estabelecidas entre as várias comunidades nacionais.

Janeiro, 1966 - *Etapas do Desenvolvimento Económico (Um manifesto não-comunista)*. Defende o autor que é possível distinguir no processo de evolução económica e social, por que teriam de passar todas as sociedades, cinco etapas distintas: a sociedade tradicional, as condições prévias para arranque, o arranque (*take off*), o progresso para a maturidade, a era do consumo de massa. Em tais termos se concebe este processo, que a situação dos chamados países subdesenvolvidos, entendida como mero atraso no percurso das várias etapas assinaladas, só seria susceptível de vencer-se fazendo percorrer aos 'países atrasados' as etapas que lhes falta percorrer, daquelas por que passaram os países capitalistas desenvolvidos.

2. A TEORIA DOS MODOS DE PRODUÇÃO

A teoria dos sistemas económicos enquanto *teoria dos modos de produção* foi enunciada em primeiro lugar por Karl Marx, influenciando depois, em alguma medida, os trabalhos de Werner Sombart. Segundo esta concepção, a estrutura fundamental de cada sistema económico assenta nas relações sociais de produção, i.é, nas relações que entre si desenvolvem as várias categorias de agentes económicos, podendo definir-se estas relações, no plano jurídico, pela relação (de apropriação ou de separação) que se estabelece entre os trabalhadores e os meios de produção.

Em termos muito genéricos, poderemos ilustrar a afirmação anterior distinguindo estas três situações:

1) se os produtores directos são eles próprios, simultaneamente, proprietários dos meios de produção, estamos perante *um sistema de produção de mercadorias simples* ou *sistema de produção independente*: o produto do trabalho produtivo pertence por inteiro ao *produtor autónomo*;

2) se os meios de produção pertencem a pessoa diferente do produtor directo, esta circunstância vai permitir ao proprietário dos meios de produção, em certas condições históricas, assumir a direcção do processo produtivo, contratar trabalhadores assalariados e apropriar-se do sobreproduto social (é esta a essência do sistema capitalista);

3) se não existir propriedade privada dos meios de produção e estes pertencerem a toda a comunidade, a esta caberá a direcção do processo produtivo, revertendo o produto social para a colectividade dos produtores (é esta a essência do sistema socialista).

a) A concepção de Marx

Marx faz assentar o desenvolvimento histórico no desenvolvimento das forças produtivas, ele mesmo fruto da acção consciente dos homens no sentido de dominar a natureza, em ordem à consecução dos seus objetivos. E a evolução dos *modos de produção* explica-se pelo facto de o desenvolvimento das forças produtivas levar, a certa altura, a uma contradição entre estas e as relações sociais de produção, por tal forma que estas passam a constituir obstáculos ao pleno desenvolvimento daquelas.

Para que um determinado sistema de organização económica e social seja um todo coerente, para que um dado *modo de produção*, enquanto conjunto das relações de produção e das forças produtivas, seja capaz de assegurar o livre desenvolvimento e o pleno aproveitamento da técnica e dos meios de produção¹⁷, é

17 Por *meios de produção* entende-se, na teoria marxista, o conjunto dos *objectos de trabalho* e dos *meios de trabalho*.

necessário que as relações sociais de produção estejam em correspondência com as forças produtivas. Se esta correspondência deixar de se verificar, isso significa, nos quadros da teoria de Marx, que o sistema económico, essencialmente caracterizado pelo modo de produção, está prestes a desagregar-se, para dar lugar a um outro sistema económico. É esta uma das leis fundamentais da teoria económica marxista: a *lei da necessária correspondência entre a natureza das relações de produção e o carácter das forças produtivas*.

O significado intrínseco desta lei é o de que o factor económico é que está na base das revoluções sociais: quando, perante o desenvolvimento das forças produtivas, as relações de produção se mantêm estacionárias ou não evoluem em conformidade, elas passam a constituir um entrave ao desejável desenvolvimento das forças produtivas. Daí resulta a sua necessária substituição por novas relações de produção, correspondentes a um estágio mais avançado de desenvolvimento das forças produtivas. Marx fala de *revolução social*, para traduzir a ideia de que essa substituição não se faz sem a oposição da classe dominante e sem a participação consciente da classe dominada (é a ideia da *luta de classes* como motor da história, posta em destaque no *Manifesto Comunista*).

Por *forças produtivas* entende-se o conjunto dos *instrumentos de produção* (elemento mais importante na dinâmica do processo histórico), dos *objectos de trabalho* (cuja importância se compreende quando se atenta no relevo que, ao longo dos tempos, foi assumindo a descoberta de novas matérias-primas e de novas fontes de energia) e ainda o próprio *homem*, com a sua *força de trabalho*, os seus *conhecimentos* (*informação*) e a sua *técnica* (elementos estes que permitem a utilização dos instrumentos de produção e o seu contínuo aperfeiçoamento, o qual vai, por sua vez, aumentar a produtividade do trabalho, num processo ininterrupto de desenvolvimento das forças produtivas).

Para o marxismo, as forças produtivas são o elemento mais dinâmico e revolucionário da produção, embora reconhecendo que as relações de produção entre os homens, desenvolvendo-se em resultado do progresso das forças produtivas, exercem, por sua vez, influência activa sobre estas.

Objecto de trabalho é tudo aquilo sobre que vai incidir a *força de trabalho* do homem (actividade inteligente do homem em sociedade, orientada para transformar e adaptar as forças da natureza, com o fim de alcançar o objectivo em vista).

Meios de trabalho são todos os objectos de que os homens se servem para transformar a realidade física sobre a qual actuam (a terra, os edifícios, as estradas, etc.). Os mais importantes de entre eles são os *instrumentos de produção* (desde a pedra e o cajado do homem primitivo até às máquinas complexas de hoje), dos quais depende, fundamentalmente, o domínio do homem sobre a natureza.

Relações de produção são as relações que os homens mantêm entre si no quadro do processo produtivo, as quais se manifestam na relação entre os 'sujeitos' ou 'agentes' económicos e os meios de produção, e que têm a sua expressão jurídica nas formas de propriedade sobre os meios de produção.

Segundo o entendimento de Marx, é a natureza da propriedade sobre os meios de produção que determina a posição relativa dos homens no sistema de produção social, que marca a divisão da sociedade em classes e define a natureza da relação entre elas (relação de antagonismo ou relação de cooperação, conforme a estrutura de classes da sociedade).

A natureza das relações sociais de produção - elemento que distingue, na sua essência, os modos de produção - é que determina a titularidade do *poder de direcção* do processo produtivo e explica o critério que preside a essa direcção, o móbil que orienta a actividade social de produção e o critério segundo o qual se opera a distribuição do produto social, entendendo-se que produção, distribuição, troca e consumo formam uma unidade cujo factor determinante é a produção.

Toda a produção pressupõe uma qualquer forma de propriedade, i.é, uma forma social e historicamente determinada de apropriação dos meios de produção, e a distribuição do produto social depende exactamente da forma por que se apresenta essa apropriação dos meios de produção, embora se reconheça que as formas de distribuição, troca e consumo actuam, por sua vez, sobre a produção, estimulando ou entretendo o seu desenvolvimento.

Assim se explica que Marx caracterize os sistemas económicos pelo modo de produção e distinga os modos de produção (comunismo primitivo, escravagismo, feudalismo, capitalismo e socialismo) pela natureza das relações de produção.

Compreender-se-á agora a diferença entre a perspectiva de Marx e a dos autores da Escola Histórica. Ao contrário destes, que renunciaram a explicar o desenvolvimento histórico, Marx faz da história uma *histoire raisonnée* e traz a história para o seio da teoria económica, convertendo a teoria económica em análise histórica, como salientou Schumpeter:¹⁸

"Marx atingiu efectivamente um objectivo de importância fundamental do ponto de vista da metodologia económica. Sempre os economistas actuaram como historiadores económicos ou utilizaram a contribuição dos trabalhos históricos de outrem, mas os dados da história económica eram classificados num compartimento distinto. Só tinham assento (eventualmente) na teoria a título de ilustração, se não de confirmação das conclusões elaboradas em

18 Cfr. *Capitalism...*, cit., 44.

abstracto. Só eram abrangidas por um processo de mistura mecânica. Ora a mistura de Marx é química; por outras palavras, ele inseriu os dados históricos na própria argumentação de que faz derivar as suas conclusões. Foi ele o primeiro economista de grande classe a reconhecer e a ensinar sistematicamente como a teoria económica pode ser convertida em análise histórica e como a exposição histórica pode ser convertida em *histoire raisonnée*".

A construção teórica de Marx pretende, exactamente, *explicar* o processo global da evolução social, evolução que, a seu ver, resulta de uma interacção dialéctica de factores de vária ordem (naturais, técnicos, sociais), e que se traduz num movimento dialéctico (não linear), em que cada estágio do processo evolutivo é *superior* ao estágio que o antecede, e em que cada novo *modo de produção* encontra o seu fundamento e a sua 'explicação' no desenvolvimento histórico das contradições imanentes ao anterior.

É conhecido o célebre trecho de Marx:¹⁹

"O resultado geral que se me ofereceu e que, uma vez ganho, serviu de fio condutor aos meus estudos, pode ser formulado assim, sucintamente: na produção social da sua vida, os homens entram em determinadas relações, necessárias, independentes da sua vontade, relações de produção que correspondem a uma determinada etapa de desenvolvimento das suas forças produtivas materiais. A totalidade destas relações de produção forma a estrutura económica da sociedade, a base concreta sobre a qual se ergue uma superestrutura jurídica e política e à qual correspondem determinadas formas de consciência social. O modo de produção da vida material é que condiciona o processo da vida social, política e espiritual. Não é a consciência dos homens que determina o seu ser, mas, inversamente, o seu ser social que determina a sua consciência. Numa certa etapa do seu desenvolvimento, as forças produtivas materiais da sociedade entram em contradição com as relações de produção existentes, ou, o que é apenas uma expressão jurídica delas, com as relações de propriedade no seio das quais se tinham movido até então. De formas de desenvolvimento das forças produtivas que eram, estas relações transformam-se em grilhões das mesmas. Ocorre então uma época de revolução social. Com a transformação do fundamento económico revoluciona-se, mais devagar ou mais depressa, toda a imensa superestrutura. Na consideração de tais revolucionamentos tem de se distinguir sempre entre o revolucionamento material nas condições económicas da produção, o qual é verificável rigorosamente como nas ciências naturais, e as formas jurídicas, políticas, religiosas, artísticas ou filosóficas, em suma, ideológicas, em que os homens ganham consciência deste conflito e o resolvem. Do

mesmo modo que não se julga o que um indivíduo é pelo que ele imagina de si próprio, tão-pouco se pode julgar uma tal época de revolucionamento a partir da sua consciência, mas se tem, isso sim, de explicar esta consciência a partir das contradições da vida material, do conflito existente entre forças produtivas e relações de produção sociais. Uma formação social nunca decai antes de estarem desenvolvidas todas as forças produtivas para as quais é suficientemente ampla, e nunca surgem relações de produção novas e superiores antes de as condições materiais de existência das mesmas terem sido chocadas no seio da própria sociedade velha. Por isso a humanidade coloca sempre a si mesma apenas as tarefas que pode resolver, pois que, a uma consideração mais rigorosa, se achará sempre que a própria tarefa só aparece onde já existem, ou pelo menos estão no processo de se formar, as condições materiais da sua resolução. Nas suas grandes linhas, os modos de produção asiático, antigo, feudal e, modernamente, o burguês podem ser designados como épocas progressivas da formação económica e social. As relações de produção burguesas são a última forma antagónica do processo social de produção, antagónica não no sentido de antagonismo individual, mas de um antagonismo que decorre das condições sociais da vida dos indivíduos; mas as forças produtivas que se desenvolvem no seio da sociedade burguesa criam, ao mesmo tempo, as condições materiais para a resolução deste antagonismo. Com esta formação social encerra-se, por isso, a pré-história da sociedade humana."

À luz da teoria marxista, a estrutura política (o poder político, o estado) faz parte da *superestrutura*, sendo esta *determinada* pela base económica, a *infraestrutura*.

O que constitui problema é a questão de saber *em que consiste* essa determinação e *em que medida* a superestrutura é determinada pela base económica ou dela depende. Marx não abordou expressamente a questão. Embora não faltem trechos em que parece repassar uma *concepção economicista* (determinação *absoluta* da superestrutura - especialmente da estrutura política, do estado - pela infraestrutura), está implícita nas suas obras de análise histórica da Revolução Francesa a ideia de que a estrutura política (e mesmo a estrutura ideológica) goza de uma *autonomia relativa*.

À *visão economicista* estreita (a que se associam os nomes de Edouard Bernstein e de Karl Kautsky) opõe-se a *concepção voluntarista*, que atribui autonomia e eficácia absolutas à acção política e à luta de classes. Estes são os dois pólos extremos dentro dos quais se tem desenvolvido a discussão no quadro do pensamento marxista.

O ponto de partida desta discussão continua a ser uma carta de Engels a Joseph Bloch, escrita em Setembro de 1890²⁰:

"Segundo a concepção materialista da história, o momento em última instância determinante, na história, é a produção e reprodução da vida real. Nem Marx nem eu alguma vez afirmámos mais. Se alguém agora torce isso [afirmando] que o momento económico é o *único* determinante, transforma aquela proposição numa frase que não diz nada, abstracta, absurda. A situação económica é a base, mas os diferentes momentos da superestrutura - formas políticas da luta de classes e seus resultados: constituições estabelecidas pela classe vitoriosa uma vez ganha a batalha, etc., formas jurídicas, e mesmo os reflexos de todas estas lutas reais nos cérebros dos participantes, teorias políticas, jurídicas, filosóficas, visões religiosas e o seu ulterior desenvolvimento em sistemas de dogmas - exercem também a sua influência sobre o curso das lutas históricas e determinam em muitos casos preponderantemente a *forma* delas. Há uma acção recíproca de todos estes momentos, em que, finalmente, através de um conjunto infinito de casualidades (isto é, de coisas e eventos cuja conexão interna é entre eles tão remota ou é tão indemonstrável que nós a podemos considerar como não existente, a podemos negligenciar), o movimento económico vem ao de cima como necessário. Senão, a aplicação da teoria a um qualquer período da história seria mais fácil do que a resolução de uma simples equação do primeiro grau.

Nós fazemos a nossa história nós próprios, mas, em primeiro lugar, com pressupostos e condições muito determinados. Entre eles, os económicos são finalmente os decisivos. Mas também os políticos, etc., mesmo a tradição que assombra as cabeças dos homens, desempenham um papel, se bem que não o decisivo.

(...) a história faz-se de tal modo que o resultado final provém sempre de conflitos de muitas vontades individuais, em que cada uma delas, por sua vez, é feita aquilo que é por um conjunto de condições de vida particulares; há, portanto, inúmeras forças que se entrecruzam, um número infinito de paralelogramas de forças, de que provém uma resultante - o resultado histórico -, que pode ele próprio, por sua vez, ser encarado como o produto de um poder que, como todo, actua *sem consciência e sem vontade*.(...)

Marx e eu temos, nós próprios, que ser culpados, em parte, de que, por vezes, seja pelos mais jovens dado mais peso ao lado económico do que o que lhe cabe. Nós tínhamos de acentuar, perante os adversários, que o negavam, este princípio principal e nem sempre havia tempo, lugar e oportunidade para dar a devida importância aos restantes momentos participantes na acção recíproca. Mas, assim que se tratava da exposição de uma secção histórica, portanto, da aplicação prática, as coisas alteravam-se, e aí nenhum erro era possível. Infelizmente, é, porém, demasiado frequente alguém acreditar que entendeu completamente uma teoria nova e que a pode manejar sem mais logo que se apoderou dos seus principais princípios, e deles também nem sempre correctamente. E eu não posso poupar a esta censura muitos dos novos 'marxistas', e também aqui se cometeram coisas espantosas..."

O debate continua acerca destes pontos suscitados e não resolvidos pelo texto de Engels: 1) em que consiste a "determinação em última instância"?; 2) em que consiste a *eficácia específica* dos elementos superestruturais?; 3) em que condições pode ser *preponderante* a acção da superestrutura?

b) *A concepção de Sombart*

Mais tarde, Werner Sombart (1863-1941), reconhecendo embora a influência que sobre ele exerceu a obra de Marx²¹, elaborou a sua própria construção teórica assente em bases claramente diferentes das do marxismo. Superando certas dificuldades dos autores da Primeira Escola Histórica, Sombart propõe outro critério histórico, fazendo apelo a três elementos que, a seu ver, distinguiriam os vários sistemas económicos:

1) o *espírito* (o móbil, o objectivo fundamental da produção);

2) a *forma* (ou seja, o conjunto dos elementos sociais, jurídicos e institucionais, que constituem o *quadro* dentro do qual se desenvolve a actividade económica, as relações entre sujeitos económicos - regime da propriedade, estatuto dos trabalhadores, papel do estado);

3) a *substância* (que fundamentalmente se refere à técnica utilizada).

Com base neste critério, distingue Sombart três sistemas económicos: o sistema de *economia fechada*, o sistema de *economia artesana* e o sistema de *economia capitalista*.

No caso concreto do capitalismo (mas o seu raciocínio é o mesmo para qualquer dos outros sistemas que considera), Sombart não procurou o elemento caracterizador fundamental em qualquer dos aspectos da estrutura económica ou do funcionamento, nem considerou que a essência do capitalismo reside na natureza das relações de produção que lhe são próprias. Na óptica de Sombart, o capitalismo distingue-se essencialmente pelo seu *espírito de busca do lucro*, espírito que tem as suas raízes na totalidade dos aspectos representados no *espírito* que inspirou a vida de toda uma época, o espírito da Europa moderna, aquele "espírito que nos deu o Renascimento nas letras, o protestantismo na religião, o novo estado na política e o método experimental na ciência".²²

Pois esse mesmo espírito da Europa moderna ter-se-ia concretizado, na esfera económica, no *espírito de lucro* do capitalismo, como síntese do 'espírito burguês'

21 "Marx sabia pôr as questões magistralmente, e nisso residia a sua mais alta qualidade - escreveu Sombart. Dos seus problemas vivemos nós ainda hoje. Com o seu génio em colocar as questões, indicou à ciência económica o caminho de uma fecunda investigação para todo o século. Todos os economistas que não procuraram fazer seus os problemas por ele postos foram condenados à esterilidade científica, como já hoje podemos afirmar com certeza" (*Apud O. LANGE, Economia Política*, I, cit., 260).

22 TEIXEIRA RIBEIRO, *Economia Política*, cit., 164.

(de ponderação, de laboriosidade, de cálculo e racionalidade) do artesano medieval e do espírito de aventura e de empreendimento (*espírito de Fausto*, já se lhe chamou) do homem moderno.

O homem pré-capitalista era um "homem natural", que via na actividade económica o meio de satisfazer as suas necessidades naturais. Segundo a perspectiva de Sombart, no período pré-capitalista, "no centro de todo o esforço e preocupação estava o homem, medida de todas as coisas". Ao contrário, o 'homem capitalista' veio alterar todos os valores do "homem natural", orientando-se por um novo espírito, uma nova atitude ("aquela atitude que busca o lucro, racional e sistematicamente", como diria Max Weber), à qual passou a subordinar-se tudo o mais, desumanizando a economia, deixando de ver no homem a *mensura omnium rerum*²³.

3. A TEORIA DOS "TIPOS DE COORDENAÇÃO"

Atitude diversa é a de autores como Walter Eucken, que, abstraindo da sucessão histórica, e negando mesmo a existência de uma sucessão regular, pretendeu construir, na esteira dos "tipos ideais" de Max Weber, os tipos abstractos de organização económica, as 'ordens económicas' puras, às quais seriam susceptíveis de reconduzir-se todos os sistemas ou organizações concretas, passados ou presentes.

Eucken parte do princípio de que a actividade do homem enquanto produtor se desenvolve de acordo com um *plano orientador* daquela actividade²⁴ e defende que o importante é saber *quem dita o plano*: se é o mercado, onde se encontram a oferta e a procura dos vários sujeitos económicos, ou se é alguma entidade exterior ao mercado e à economia. Assim chega à distinção entre *economia de mercado* e *economia de direcção central*.

Nas economias de mercado, os individuos traçam autonomamente os seus planos, cuja coordenação se opera pelo *mercado*, através da concorrência entre os vários operadores económicos. No mercado formam-se os preços e é o *sistema de*

23 Como escreve TEIXEIRA RIBEIRO, *últ. ob. cit.*, 165/166, "o capitalismo [também] desumanizou a economia. Ele arrancou do mundo das relações económicas um sentimento e a palavra que o exprimia: a piedade. Só interessa o lucro. 'Se tens fome e tens dinheiro, vendo-te; mas se tens fome e não tens dinheiro, não te vendo nem te dou'. Não foi apenas sob este aspecto – continua Teixeira Ribeiro – que o capitalismo desumanizou a economia. Também procurou criar um homem condizente com os seus fins e distante, por isso, da natureza que o modelara. O que interessa é o lucro. O que interessa, pois, é que os consumidores sintam necessidades, para que, sentindo-as, comprem produtos e os capitalistas lucrem, vendendo-os. As necessidades deixam de ser, portanto, o fim da actividade económica; transformam-se em simples meio de obter lucros. Não há necessidades? Se as não há, criam-se, isto é, convencem-se os consumidores a comprar os produtos. Daí a publicidade, o reclamo, que são fruto do capitalismo".

24 Isto mesmo quer significar Friedrich HAYEK quando escreve (*The American Economic Review*, 1945, 520): "Na linguagem corrente, designamos pela palavra *plano* o complexo de decisões interrelacionadas acerca da alocação dos nossos recursos disponíveis. Neste sentido, toda a actividade económica obedece a um *plano*".

preços relativos que vai servir de critério orientador das opções e das decisões de cada um dos agentes económicos (compradores e vendedores). É no mercado, portanto, que se define a lógica segundo a qual funciona a economia. O mercado é o mecanismo que *dita o plano* segundo o qual funciona a economia.

Nas economias de direcção central, a economia é dirigida a partir do centro, com base num plano único imposto pelo estado (ou por uma unidade central) às unidades técnicas de produção e aos consumidores, cabendo ao estado (ou à unidade central) determinar os objectivos a prosseguir, os meios a utilizar, os preços a fixar.

Estes seriam os dois tipos de coordenação que, embora não se encontrassem na sua forma pura, permitiriam explicar o funcionamento de qualquer economia, pois as economias concretas seriam sempre uma composição (em proporções e modalidades diversas) daqueles dois tipos puros.

III. APRECIACÃO CRÍTICA

1. - Começemos pela Escola Histórica. Perante a afirmação, pela Escola Clássica Inglesa, da existência de leis absolutas, eternas, universais, o seu mérito foi, sem dúvida, o de ter chamado a atenção para o facto de os estudos económicos deverem ser encarados numa perspectiva histórica. Todas as instituições económicas e sociais são consideradas categorias históricas, inscritas num certo tempo e num certo espaço, em permanente devir, que só podem compreender-se se analisadas enquanto produtos históricos da evolução das sociedades humanas.

Os autores da Primeira Escola Histórica atrás referidos, embora diverjam - nos termos apontados - quanto à determinação do elemento definidor dos vários estádios de evolução, partilham a ideia de que todas as economias passam por um processo evolutivo de algum modo idêntico ao processo de crescimento de um corpo orgânico, podendo distinguir-se várias fases (estádios) nesse processo evolutivo, apresentando-se cada um desses estádios como um novo marco (idade) do *crescimento orgânico*, linear, da economia (que evoluiria por acrescentamentos sucessivos, à semelhança do que acontece com o tronco das árvores).

Tais critérios admitem (postulam) uma evolução histórica, mas cortam essa evolução em fases, em secções, esperando os autores que propõem esses critérios descobrir, para cada uma das fases (ou estádios), uniformidades ou 'leis' que não seriam válidas para as fases anteriores ou posteriores. Não podem servir, portanto, como método de abordagem da evolução das sociedades humanas, uma vez que não fornecem qualquer *explicação* para a própria evolução histórica. São critérios meramente descritivos, exteriores ao próprio processo evolutivo, incapazes de compreender os factores que explicam a passagem de um sistema a outro e o sentido da

linha evolutiva que a história regista. Concebendo os vários estádios como outras tantas *idades* no processo de *crescimento* das economias, aos adeptos da Escola Histórica nem sequer se põe a necessidade de *explicar* essa evolução, esse crescimento, que se verificaria por si, tal como um corpo orgânico cresce em virtude do seu próprio princípio vital.

Os critérios de List, Hildebrandt e Bücher - que referimos atrás -, atendo-se apenas a elementos da estrutura económica da sociedade, somente dão conta da evolução (*linear*) das forças produtivas, mas não podem apreender o processo (*dialéctico*) de evolução da economia nem explicar a sua dinâmica.

Esta só resulta inteligível quando se tem em conta a relação dialéctica entre o desenvolvimento das forças produtivas e a natureza das relações sociais de produção no seio das quais aquelas se desenvolvem e com as quais entram em contradição. É esta contradição que, acentuando-se, abre uma "época de revolução social", no termo da qual surgirá, a partir do anterior (do seu desenvolvimento), um novo estádio superior de desenvolvimento.

As próprias limitações do seu método impediram os autores da Primeira Escola Histórica de ir além da mera acumulação de dados relativos à actividade económica. Afirmando a existência de uma oposição absoluta entre a ciência da História e as ciências exactas, a Escola Histórica acabou por negar a possibilidade de qualquer teoria da história.

Com efeito, o *método histórico-genético* praticado pela Escola Histórica renuncia à elaboração teórica, limitando-se os seus autores à reunião, descrição e sistematização dos factos da vida económica e sua sequência histórica, sem capacidade para apreender as mudanças qualitativas das formas de organização económico-social ao longo do processo histórico. Cada autor propõe um esquema das várias fases pelas quais passariam mais ou menos obrigatoriamente todas as sociedades. E cada uma dessas fases é considerada independente das outras, na medida em que cada fase *substitui inteiramente* a fase anterior, sem consideração por aquilo que, em cada 'sistema', permanece do 'sistema' anterior e por aquilo que, em cada 'sistema', prenuncia elementos do 'sistema' futuro. Neste quadro, resulta impossível a explicação do processo de passagem de um estádio a outro e a compreensão das causas da evolução histórica.

Renunciando à teoria, os adeptos da Escola Histórica limitam-se a uma *história dos factos económicos*. Negando a possibilidade de uma teoria da história, tornaram inconsistente a sua posição metodológica, dada a impossibilidade de desenvolvimento da ciência sem teoria. Por isso se falou já, a seu respeito, de "nihilismo teórico", de "ciência morta".

2. - O critério de Sombart, ao incluir na *forma* - como acima se refere - certos elementos institucionais que não se confinam à simples estrutura económica, ultrapassa algumas das dificuldades que se apontaram aos autores da Primeira Escola Histórica.

O problema da transição dos sistemas é por ele encarado numa *perspectiva culturalista* e explicado, portanto, não a partir de factores económicos, mas de factores de ordem *cultural* ou *espiritual*: o que, essencialmente, mudaria era o *espírito* dos sistemas, dentro de um processo de evolução cultural global. A ideia fundamental da sua obra é, nas palavras do próprio Sombart, a de que, “em épocas diferentes vigoraram sempre atitudes económicas diferentes, e que esse espírito é que tem criado a forma adequada para si próprio e com ela uma organização económica”²⁵.

Só que esta concepção culturalista, ‘espiritualista’, idealista (comum a Sombart e a Max Weber), de que o capitalismo, como forma económica, é uma criação do *espírito capitalista*, implica que se explique a génese deste último. Desta exigência surgiu o debate (que se afigura de todo inconcludente) quanto à questão de saber se foi a Reforma e o protestantismo que geraram o espírito capitalista (como quer Max Weber) ou se, diversamente, o espírito do capitalismo foi em grande parte criação dos judeus (como pretende Sombart).

A esterilidade de tal debate é um pouco a imagem da esterilidade do critério de Sombart. Na verdade, ele revela-se, ao fim e ao cabo, incapaz de detectar os aspectos essenciais que verdadeiramente distinguem os sistemas económicos uns dos outros, exactamente porque sobrestima certos elementos ‘espirituais’ ao mesmo tempo que subestima os elementos materiais, os elementos económicos, que verdadeiramente imprimem carácter aos vários sistemas.

Talvez assim se compreenda a dificuldade de Sombart em distinguir a essência do capitalismo e do socialismo, o que explica a sua conclusão de que “entre um capitalismo estabilizado e regularizado e um socialismo racionalizado que utilize todos os recursos da técnica a diferença não é muito grande”.

Em 1934, viria a defender uma noção de socialismo na qual caberia inclusivamente o regime nazi.²⁶ O socialismo seria para Sombart, “um estado de vida social em que o comportamento dos indivíduos é determinado em princípio por normas obrigatórias que radicam numa razão universal, intimamente ligada à comunidade política, e que encontram a sua expressão na lei (*nomos*)”.

Como o próprio Sombart reconhece, trata-se de definir o socialismo como um puro “normativismo social”, de “libertá-lo de qualquer determinação de conteúdo

25 *Der Moderne Kapitalismus* (ed. 1928) (apud M. DOBB, *A Evolução...*, cit., 16).

26 *Em Deutscher Sozialismus* (Há uma trad. it. de 1941: *Il Socialismo Tedesco*, Vallecchi Editore, Firenze).

e de concebê-lo de modo puramente formal”, em termos tais que, identificando o *nomos* com o socialismo, considera socialismo as simples prescrições de “não fumar”, “circular pela direita”, “é proibido colher flores”, etc.

Por nós, acompanhamos Teixeira Ribeiro quando defende que, mesmo que o socialismo aspirasse à normalização de toda a vida social, não podem “confundir-se sob o mesmo nome doutrinas, movimentos e sistemas que têm um sentido histórico muito diverso e cujas finalidades são muito diferentes.”²⁷ A normalização de toda a vida social foi sem dúvida uma aspiração do nazismo. Mas a verificação disto mesmo não pode autorizar a conclusão (a que Sombart pretendia chegar) de que, afirmando-se essa normalização como a característica essencial do socialismo, o nazismo podia considerar-se também como socialismo (*nacional-socialismo*).

3. - A teoria dos *tipos de coordenação* (ou *tipos de organização*) tem a indiscutível vantagem de permitir o enquadramento de qualquer economia concreta em um dos seus tipos, fornecendo assim indicações acerca da teoria do seu funcionamento. O que a noção de sistema económico não faculta (o conhecimento sobre o funcionamento global concreto da economia) oferece-o a teoria de Eucken.

Mas não parece correcto fazer do diferente *modo de funcionamento* (*forma de organização*) de cada economia em concreto o elemento distintivo dos sistemas económicos. A nosso ver, não é possível dizer-se, sem mais, que, se a economia for uma economia de direcção central, estaremos perante um sistema socialista, do mesmo modo que, se a economia for uma economia de mercado, estaremos perante um sistema capitalista. Noutra perspectiva, não parece aceitável a conclusão de que, conforme se opte por um modelo de economia de direcção central ou por um modelo de economia de mercado, assim se optará pela propriedade colectiva ou pela propriedade privada dos meios de produção, ou seja, respectivamente, pelo socialismo ou pelo capitalismo.

É que o mesmo tipo de coordenação é compatível com sistemas económicos diversos. Economia centralizada, v.g., foi a economia dos senhorios feudais. Mas foi-o também a economia da Alemanha nacional-socialista, como o foi, em larga medida, a economia dos restantes países capitalistas durante a Segunda Grande Guerra (o período do chamado “comunismo de guerra”). Em certo sentido, foi-o também, nas décadas imediatamente posteriores a 1945 - através da planificação pública -, o capitalismo dos países mais industrializados, que progressivamente se foi afastando da forma clássica das economias de mercado). E foi economia centralizada a dos países que, na Europa e em outras paragens, integraram, até à sua derrocada, a chamada comunidade socialista.

27 Cfr. *A Nova Estrutura...*, cit., 36.

À luz destes exemplos, parece claro que a teoria dos tipos de organização não é capaz de fornecer um critério de distinção entre sistemas tão diversos (feudalismo, capitalismo, socialismo) que podem incluir-se num dos dois tipos considerados. Nem parece que ela seja capaz de explicar por que é que, em épocas tão diferentes e em circunstâncias tão diversas, foi idêntico o tipo de organização. Se bem vemos, estas são questões que só poderão compreender-se através de uma análise feita numa perspectiva histórica, à luz da história económica, através da história dos sistemas económicos, caracterizados pelos respectivos modos de produção.

O critério de Eucken afasta, em suma, qualquer perspectiva histórica do desenvolvimento dos povos, negando que da história possa colher-se qualquer sentido de desenvolvimento ou de progresso. E, ao sustentar que a história é constituída por um conjunto de avanços e recuos insusceptíveis de explicação teórica, acaba por fazer da história algo de contrário à *histoire raisonnée* de que fala Schumpeter a respeito da teoria de Marx.

Por isso, enquanto a teoria dos modos de produção (nomeadamente a teoria marxista) é capaz de fornecer uma explicação para o desenvolvimento histórico, o critério dos tipos de coordenação, como concepção anti-histórica, é incapaz de esclarecer acerca das causas e do sentido da evolução de um sistema económico para outro, encarando o problema numa *perspectiva funcional*, como se se tratasse de alternativas abertas à livre escolha, em qualquer tempo e lugar, comparando-se soluções técnicas possíveis, na sua eficiência, nas suas dificuldades e facilidades, nos seus prós e contras, como que na mira de esclarecer uma opção entre eles.

A teoria dos tipos de coordenação permite relevar, na análise das formas concretas em que os sistemas se manifestam (já que, como se diz acima, os sistemas puros não existem, ou não esgotam a realidade), certos elementos importantes para a compreensão da dinâmica interna do sistema (nomeadamente o papel do estado perante o económico) e que poderiam não ser devidamente ponderadas numa análise que apenas se ativesse às relações de produção. Mas não pode substituir a teoria (histórica) dos sistemas económicos, pela simples razão de que "as formas económicas são sempre formas de um determinado sistema"²⁸.

4. - Por nossa parte, utilizando a formulação de Teixeira Ribeiro²⁹, consideramos que "o que imprime carácter a qualquer economia e a individualiza como tipo é o modo de produção e repartição dos bens." Quer dizer, o que distingue os sistemas é o *modo de produção*, i.é, a natureza das relações de produção (propriedade privada ou propriedade colectiva dos meios de produção?) e a *forma de repartição do produto*

28 V. MOREIRA, *Economia e Constituição*, cit..., 114.

29 *Lições de Direito Corporativo*, cit., 114. Ver também *A Nova Estrutura...*, cit., 5-6.

(há rendimentos da propriedade? ou só rendimentos do trabalho? ou rendimentos de ambas as origens?). Só depois virá o *móvil* da actividade económica (produz-se com vista à satisfação das necessidades do produtor ou dos titulares dos meios de produção? para obter lucros? para satisfazer as necessidades colectivas?). Poderá mesmo dizer-se que é a *natureza das relações sociais de produção* (a posição relativa dos homens no que toca aos meios de produção) que, em último termo, distingue os sistemas.

Nesta lógica é que se fala do socialismo como sistema caracterizado pela propriedade colectiva dos meios de produção e do capitalismo como sistema que assenta na propriedade privada dos meios de produção. Esta é uma *propriedade perfeita*, absoluta, que *exclui* os não-proprietários do respectivo poder de disposição, vendo-se estes obrigados a vender aos donos dos meios de produção a própria força de trabalho transformada em mercadoria, assim se configurando as relações capitalistas de produção entre os produtores não-proprietários e os donos do capital.

Conforme a natureza das relações de produção, assim varia a forma que assume o *excedente social* da produção sobre o consumo e a titularidade do controlo desse excedente. No capitalismo, o sobreproduto social assume a forma de lucro (rendimento sem trabalho) que cabe aos proprietários dos meios de produção, aos quais pertence também decidir do destino a dar-lhe, não só para consumo pessoal dos próprios capitalistas mas também para investimento em novos meios de produção. No socialismo, o excedente assume a forma de fundo social que será distribuído por consumo e investimento por decisão da própria colectividade³⁰.

Já se vê como a distinção dos sistemas económicos com base nos modos de produção, i.é, a partir da natureza das relações sociais de produção, permite caracterizar também, para cada um deles, o modo como se processa a direcção da economia e o critério que preside à distribuição do produto social, ao mesmo tempo que permite explicar a evolução histórica dos modos de produção. Esta teoria dos modos de produção afigura-se-nos, por isso, a mais adequada para a análise dos sistemas económicos e da sua evolução.

Os sistemas distinguem-se uns dos outros pela afirmação de determinadas forças produtivas e determinadas formas de organização material da produção, a *base económica* (*estrutura económica* ou *infraestrutura*) no seio da qual se desenvolvem determinadas *relações sociais de produção* e a partir da qual se erguem e instalam determinadas estruturas políticas, jurídicas, culturais, ideológicas (*superestrutura*).

O que nos vai interessar aqui é a questão de saber quais os elementos estruturais que permitem distinguir entre si os vários sistemas económicos, como se processou a evolução que a história regista e que factores a podem explicar.

Depois das breves considerações introdutórias que ficam nas páginas anteriores, vamos acompanhar a evolução das sociedades humanas, desde as comunidades primitivas até aos nossos dias, numa tentativa de esclarecer o sentido dessas evoluções, do comunismo primitivo ao escravismo, do escravismo ao feudalismo e deste ao capitalismo, de modo a tornar claro:

1) que a transição de um sistema para o outro é fruto de "um processo contínuo e não de uma ruptura brusca";

2) que cada sistema económico que a história regista é produto de condições históricas do sistema que o precedeu;

3) que há uma racionalidade na ordem cronológica da sucessão de sistemas económicos, de modo a ser possível o estudo do mecanismo de cada um deles, não podendo ser considerado o feudalismo, o capitalismo ou o comunismo primitivo como sistemas isolados e independentes de qualquer sistema anterior. Assim, a evolução de um sistema para o outro é o resultado de um processo contínuo e não de uma ruptura brusca.

CAPÍTULO I

DO COMUNISMO PRIMITIVO AO CAPITALISMO

Nestas sociedades de tipo comunista ou de tipo feudal, o trabalho realizava-se em comum, sob o poder do chefe, de um chefe de família ou de um chefe de clã, que não havia, por isso, necessidade de qualquer aparelho de exploração e garantia a "exploração do homem pelo homem", o domínio de uma classe sobre outra.

Em cada época histórica e em cada país há um modo de produção dominante e outros modos de produção característicos e secundários. O modo de produção dominante é o que determina a estrutura social, económica e política de uma sociedade. O modo de produção secundário é o que se desenvolve a partir do modo de produção dominante.

Em cada época histórica e em cada país há um modo de produção dominante e outros modos de produção característicos e secundários. O modo de produção dominante é o que determina a estrutura social, económica e política de uma sociedade. O modo de produção secundário é o que se desenvolve a partir do modo de produção dominante.

Depois das breves considerações introdutórias que ficam nas páginas antecedentes, vamos acompanhar a evolução das sociedades humanas, desde as comunidades primitivas até aos nossos dias, numa tentativa de esclarecer o sentido dessa evolução, do comunismo primitivo ao escravagismo, do escravagismo ao feudalismo e deste ao capitalismo, de modo a tornar claro:

1) que a transição de um sistema para o outro é fruto de “um processo contínuo de transformação” (Teixeira Ribeiro);

2) que cada sistema económico que a história regista é produto da evolução dialéctica do sistema que o precedeu;

3) que há uma racionalidade na ordem cronológica da sucessão: o capitalismo não poderia ter precedido o feudalismo, do mesmo modo que o feudalismo não poderia preceder o escravagismo, já que foi a evolução do escravagismo que, evidenciando as suas contradições, abriu o caminho à ordem feudal e ao modo de produção feudal, e foi a evolução do feudalismo que, perante a impossibilidade de manter a servidão pessoal, criou as condições para o desenvolvimento das relações de produção capitalistas;

4) que a evolução se tem verificado de tal modo que - na lição de Teixeira Ribeiro³¹ - “nenhum sistema conseguiu substituir integralmente o anterior”, em termos tais que, em cada época histórica, o dizer-se que em determinado país ou região se nos depara o sistema capitalista ou o sistema feudal, por exemplo, só pode significar que aí são *dominantes* os elementos definidores essenciais do capitalismo ou do feudalismo, sendo certo que a predominância dos elementos que informam um dado sistema não afasta a *sobrevivência* de elementos de sistemas anteriores e a emergência de factores que *preenchem* já um estágio superior de evolução.

Em cada época histórica e em cada país ou região, modo de produção dominante é aquele cujas relações de produção caracterizam e enquadram o desenvolvimento económico e social. Seguindo o critério de François Perroux, poderá dizer-se que um determinado país será capitalista ou viverá sob o sistema feudal, v.g., quando “a maior parte dos valores económicos que nele se obtêm ou a maior parte desses valores nos sectores estratégicos” resultar de produção desenvolvida mediante relações de produção de tipo capitalista ou de tipo feudal.³²

31 Cfr. *Economia Política*, cit., 185-189.

32 Cfr. F. PERROUX, *Le Capitalisme*, cit., 17.

A

O COMUNISMO PRIMITIVO ³³

A qualidade de *produtor* distingue o homem dos outros animais, na medida em que só o homem é capaz de fabricar instrumentos (de trabalho) que utiliza na actividade de produção, actividade inteligente que visa colocar a natureza ao serviço das suas necessidades e dos seus objectivos.

Durante muitos séculos, as forças produtivas foram muito rudimentares e as condições materiais de vida muito precárias, pois os frutos do trabalho do homem mal bastavam para garantir a sobrevivência diária. O homem começou por utilizar as pedras e os paus para procurar os seus meios de subsistência; só mais tarde passou a confeccionar instrumentos muito simples, com a ajuda dos quais caçava e colhia os alimentos de origem vegetal, a tanto se resumindo a actividade económica, neste período em que o homem era simples *colector*.

Nesses primeiros tempos do processo de domínio e adaptação da natureza, os homens viviam e trabalhavam juntos, em comunidades que caçavam em grupo e partilhavam em conjunto os resultados da caça. Esta forma comunitária de vida explica-se, aliás, facilmente, se tivermos presente que os homens primitivos precisavam de se unir e de actuar em grupo, quer para se defenderem dos animais selvagens quer para poderem prover à sua alimentação, tarefas que tinham de levar a cabo com instrumentos mais que rudimentares. Como Marx salienta numa carta para Vera Zassoulitch, é a necessidade do trabalho colectivo inerente às condições de vida próprias das comunidades primitivas que explica a propriedade comum da terra, e não o contrário.

Não fazia sentido, então, falar-se de propriedade (privada) dos meios de produção, que eram utilizados (tal como a terra) por toda a colectividade para satisfazer as necessidades de todos. Não havia, portanto, diferenciação social nem divisão da sociedade em classes, nem exploração de uma classe de homens por outra. Nestas sociedades primitivas, em que a organização colectiva e a disciplina do trabalho resultavam da força do costume, do prestígio e do poder de que gozavam certos elementos da comunidade (os chefes de clãs), que não raras vezes eram mulheres. Não havia, por isso, necessidade de qualquer aparelho de coerção destinado a garantir a "exploração do homem pelo homem", o domínio de uma classe

social sobre outra(s) classe(s) social(sociais). Não havia lugar para o estado enquanto aparelho de poder (político, militar e judiciário) ao serviço da manutenção de determinado *status quo*.

No período colector, a única divisão do trabalho conhecida era a que se fazia em função do sexo: os homens, mais virados para o fabrico de armas e para a caça; as mulheres, encarregadas da defesa das habitações e da colheita e confecção de alimentos vegetais.

Entretanto, a lenta acumulação de invenções foi aumentando a produtividade do trabalho. A invenção do arco e da flecha como instrumentos de caça e do arpão como instrumento de pesca vieram permitir maior regularidade e maior abundância no abastecimento de géneros, reduzindo-se a importância da simples colheita de frutos, que passou a ser uma actividade meramente suplementar das demais.

O homem começou a trabalhar a pele, os ossos, os chifres dos animais caçados regularmente. A descoberta de zonas de caça ou de pesca particularmente abundantes veio permitir que nelas se fossem fixando as primeiras tribos, pois a abundância da caça e da pesca, aliada ao uso de instrumentos mais perfeitos, permitiu o abandono progressivo do nomadismo, enquanto prática imposta pela necessidade de procurar novas regiões onde pudessem encontrar alimentos. O próprio regime sedentário, por seu turno, proporciona o aumento da produtividade do trabalho, permitindo que se produzam mais e melhores instrumentos de trabalho.

Assim se foram criando condições para que as comunidades primitivas produzissem, além do necessário à sobrevivência, um *excedente (sobreproudo social)*. Assim se puderam constituir reservas de alimentos, reduzindo o risco da ocorrência de períodos de fome. Assim foi possível uma divisão do trabalho mais avançada e o conseqüente aumento da população (fenómeno que é, ele próprio, revelador da existência de um excedente social). Este aumento da população abre, por sua vez, novas possibilidades de especialização e de divisão do trabalho, ampliando a quantidade e a eficiência das forças produtivas à disposição da humanidade.

A existência de um excedente regular e permanente de alimentos foi a base material necessária para que pudesse acontecer a grande revolução económica e social do período neolítico - a *revolução neolítica*, como justamente lhe chamam os autores. Foi o início da *agricultura*, da *domesticação* e da *criação de animais*, actividades que pressupõem necessariamente a existência de uma certa reserva de alimentos.

Em primeiro lugar, porque é preciso dispor de alimentos para se lançarem à terra e de animais para criar com vista à reprodução, ou seja, é preciso dispor de alimentos que possam não ser consumidos no presente com vista à obtenção de maiores quantidades de alimentos no futuro.

Em segundo lugar, porque são necessários alimentos para a comunidade subsistir no intervalo de tempo que medeia entre as sementeiras e as colheitas. Daí que estas formas de actividade produtiva só progressivamente fossem sendo adoptadas pelos povos, primeiro como actividades secundárias, em relação à caça e à colheita de frutos, mais tarde como actividades principais, durante muito tempo complementadas por aquelas.

O que fica dito permite compreender a importância do *excedente social*, surgido pela primeira vez na história da humanidade como resultado do aumento da produtividade do trabalho agrícola. E permite compreender a razão de Ernest Mandel quando defende que "o sobreproduto agrícola é a base de todo o sobreproduto e, portanto, de toda a civilização. Se a sociedade tivesse de consagrar todo o seu tempo de trabalho a produzir meios de subsistência, nenhuma outra actividade profissional seria possível, quer se tratasse de actividade artesanal, industrial, científica ou artística."³⁴

O desenvolvimento implica, com efeito, a criação de um excedente social, i.é, exige que a sociedade produza mais do que aquilo de que necessita para estar em condições de renovar a produção em períodos seguintes. Quando esse excedente atinge proporções consideráveis, há *saltos* no desenvolvimento. Foi o que aconteceu com a passagem do comunismo primitivo para o escravagismo; foi o que significou, mais tarde, a *revolução industrial* - um grande salto no desenvolvimento dos povos.

Em certas condições históricas, o crescimento do excedente pode não resultar directamente do aumento da produtividade. Ele pode verificar-se porque se sujeitam as populações a esquemas de acentuada poupança forçada, recorrendo a formas de trabalho escravo ou de trabalho forçado, a políticas deliberadas de inflação, de salários baixos e de congelamento de salários, ao pedido de sacrifícios por razões patrióticas (situação frequente em períodos de imediato após-guerra) ou por razões revolucionárias (no período de acumulação na URSS).

Mas regressemos à *revolução neolítica*. Ela trouxe pela primeira vez ao homem a possibilidade de controlar a produção dos seus meios de subsistência, ao mesmo tempo que veio abrir novas perspectivas de desenvolvimento do artesanato profissional, com o conseqüente aperfeiçoamento dos instrumentos de produção, acarretando profundas modificações no modo de vida e nas relações entre os homens.

34 Cfr. E. MANDEL, *Traité...*, cit., I, 112. Sobre a noção de *excedente (sobreproduto social)* e sua importância, ver, além de E. MANDEL, *últ. ob.cit.*, cap. I, P. BARAN, *A Economia...*, cit., 22-34; C. BETTELHEIM, *Planification...*, cit., 51ss; C. FURTADO, *Prefácio...*, cit., 13-70; R. LÓPEZ-SUEVOS, *Excedente Económico...*, cit.

Surgiu então uma grande diferenciação entre as tribos que continuaram uma vida nómada, vivendo essencialmente da caça, e aquelas que adoptaram uma actividade económica que permitiu (e exigiu) a sedentarização, ao mesmo tempo que surgiu a primeira importante divisão social do trabalho entre as tribos que se dedicaram à *pastorícia* e as que se dedicaram à *cultura da terra*.

O nomadismo foi sendo progressivamente abandonado, transformando-se as tribos em comunidades mais ou menos estáveis. A produtividade do trabalho aumentou nestas comunidades, que passaram a poder produzir regularmente uma quantidade de bens superior à necessária para satisfazer as suas necessidades, ampliando assim o *excedente social*.³⁵

Com a sedentarização, começaram as famílias a reservar normalmente as mesmas terras para a sua agricultura, assim se generalizando a utilização particular das terras na posse de cada família, embora, durante muito tempo, esta posse continuasse a ter como pressuposto a existência da comunidade e a propriedade colectiva da terra.

A *agricultura* desenvolveu-se, passando a adequar-se as sementeiras e as colheitas às estações do ano, uma vez compreendida a importância da energia do sol. Por outro lado, nos vales do Nilo, do Tigre e do Eufrates reconheceu-se o valor das águas como reconstituente da fertilidade das terras e iniciou-se a prática da irrigação. A produção de alimentos aumentou de tal forma que, entretanto, com a descoberta dos metais (cobre e estanho - o ferro só bastante mais tarde), da arte de trabalhá-los e de fazer ligas (bronze), foi possível operar-se uma nova divisão do trabalho entre a *agricultura* e o *artesanato* (a *indústria*). A sociedade estava agora em condições de alimentar milhares de homens que não tinham de produzir alimentos, podendo dedicar-se exclusivamente a actividades 'industriais' ou a outro tipo de actividades (a guerra, as artes, a filosofia, a 'ciência'). Foi o período em que se descobriram a roda de cerâmica, os carros de rodas, o arado com ponta de metal, os barcos à vela, a técnica do fabrico de tijolos (com importantes consequências ao nível da construção, tanto para fins civis como para fins religiosos). Com a técnica da irrigação, surgiu, verdadeiramente, a civilização.

A utilização de novos e mais aperfeiçoados instrumentos de trabalho e de novas técnicas agrícolas aumenta enormemente a produtividade do trabalho. Nos tempos primitivos, o homem não era capaz de produzir mais que a sua subsistência; agora produz-se um *excedente*, que se transforma em objecto de trocas

35 O gado constitui o primeiro meio de acumulação de riqueza. A função de acumulação de riqueza é uma das funções da moeda. E a verdade é que o gado foi um dos primeiros bens que funcionaram como moeda. A palavra latina *pecus* (gado) é a raiz de palavras como *pecúlio*, *pecuniário*, etc.

entre os homens, assim se iniciando a *troca de produtos* como acto corrente da vida em sociedade.

Mas, se cada homem pode produzir, com o seu trabalho, mais que o necessário para a sua subsistência, ganha sentido a *exploração do homem pelo homem*. Nos tempos primitivos era corrente a prática do infanticídio, bem como o abandono ou a morte dos deficientes e dos velhos (aqueles que não eram capazes de assegurar a sua própria subsistência), com o fim de evitar a população excessiva, a fome e o possível extermínio de toda a comunidade. Por isso mesmo as tribos vencedoras matavam (e comiam) os seus prisioneiros de guerra. Agora, torna-se vantajoso fazê-los escravos e obrigá-los a trabalhar para que os senhores possam apropriar-se do *excedente* criado pelo trabalho escravo. A primitiva comunidade de vida e de trabalho foi assim destruída pelo progresso das técnicas, pela divisão do trabalho e pelas consequências desta: a divisão da sociedade em classes e o aparecimento do estado como instrumento de domínio de um grupo social sobre outro. Assim escreveu Engels:

"O aumento da produção em todos os ramos - criação de gado, agricultura, ofícios domésticos - deu à força de trabalho humana a capacidade de conseguir um produto maior do que o necessário para a sua subsistência. (...) A introdução de novas forças de trabalho tornou-se desejável. A guerra forneceu-as: os prisioneiros de guerra foram transformados em escravos. A primeira grande divisão social do trabalho, com o seu aumento da produtividade do trabalho, e portanto da riqueza, e o alargamento do campo da produção, trouxe consigo, necessariamente, naquelas condições históricas, a escravatura. Da primeira grande divisão social do trabalho resultou a primeira grande divisão da sociedade em duas classes: senhores e escravos, exploradores e explorados".³⁶

O modo de produção e a organização social próprios do *comunismo primitivo* deram lugar a um novo modo de produção e a uma diferente organização social: o *esclavagismo*.

B

O ESCLAVAGISMO ³⁷

O escravagismo, enquanto modo de produção, assenta na exploração do trabalho forçado da mão-de-obra escrava: os *senhores* alimentam os seus *escravos* e apropriam-se do (restante) produto do trabalho destes. Surgiu nos vales do Nilo e do Eufrates, na Índia e na China, conformando mais tarde as civilizações grega e romana.

A exploração do trabalho escravo tornou possível a produção de grandes excedentes e uma enorme acumulação de riquezas, estando, assim, na base do desenvolvimento económico e cultural que a humanidade então conheceu: construíram-se diques e canais de irrigação, exploraram-se minas, abriram-se estradas, construíram-se pontes e fortificações, desenvolveram-se as artes e as letras.

Mas a civilização escravagista da Grécia e de Roma não tardaria a entrar em declínio, primeiro a Grécia, subjugada por Roma, e depois o próprio Império Romano, e, com ele, a civilização do mundo antigo.

Nas civilizações escravagistas, não era pela via do aperfeiçoamento dos métodos de produção que os senhores de escravos procuravam aumentar a sua riqueza; e os escravos, sem qualquer interesse nos resultados do seu trabalho, não se empenhavam na descoberta de técnicas mais produtivas³⁸.

O aumento de riqueza realizava-se mediante a conquista de novos territórios, capazes de fornecer escravos em maior número e mais impostos ao fisco. Daí a expansão colonial da Grécia e de Roma.

As conquistas militares de Roma enriqueciam os poderosos donos de escravos e grandes proprietários de terras. Mas arruinavam os pequenos proprietários livres que o serviço obrigatório no exército levava a abandonar as suas terras, das quais

37 Cfr. J. EATON, *ob.cit.*, 9-10; H. DENIS, *História...*, cit., 83-84; HINDESS/HIRST, *ob.cit.*, 127ss.

38 Recorde-se, aliás, que a escravatura - renascida mais tarde como consequência das viagens atlânticas de portugueses e espanhóis e do desenvolvimento do comércio capitalista - viria a ser abolida no séc. XIX por pressão das potências capitalistas, principalmente a Inglaterra e os estados industriais do norte dos EUA, em oposição aos estados rurais e escravagistas do sul (a Guerra da Secessão pode, aliás, considerar-se "uma forma especial de revolução burguesa contra a aristocracia latifundiária e plantadora do Sul", como salienta A. SEDAS NUNES, em *Análise Social*, nºs. 27/28, p. 371, nota 52). É que ao capitalismo interessava o *trabalho livre*: 1.º) porque a produtividade dos trabalhadores livres é maior que a dos escravos; 2.º) porque o capitalismo precisa de consumidores e os escravos não o eram, pois não recebiam rendimentos monetários e os donos gastavam com eles apenas o indispensável; 3.º) porque a própria subsistência dos trabalhadores deixava de ser um encargo para o capital.

acabavam por ser expulsos, por dívidas, indo elas engrossar as grandes propriedades cultivadas por mão-de-obra escrava; e arruinavam também os pequenos artesãos das cidades, em virtude do recurso a artífices escravos. Assim se criaram enormes massas empobrecidas e sem meios de ganhar a vida, que os senhores de Roma iam entreterendo distribuindo pão e circo (*panem et circensis*).

As novas conquistas e os novos escravos que elas propiciavam (trabalhando de má vontade, com produtividade reduzida em comparação com as necessidades) começaram a ser insuficientes para manter de pé o pesado corpo da administração romana. Os conflitos no seio das classes de *homens livres* começam a abalar as estruturas da sociedade romana, com as lutas entre os patrícios e a plebe, entre latifundiários e comerciantes, entre colectores de impostos e agricultores arruinados, aliados aos *proletarii* das cidades.

Ao mesmo tempo, começa a manifestar-se o movimento de revolta dos escravos contra os seus senhores e contra o sistema escravagista, movimento que atingiu o ponto mais alto com a revolta de Espártaco (73-71 A. C.). Os escravos foram vencidos, mas a República romana cairia pouco depois. Em 27 A. C. Augusto inicia o período do Império.

A partir do séc. II P. C., a necessidade de obter receitas leva o estado romano a organizar grandes explorações nas suas terras e a encorajar a concentração das propriedades agrícolas, desenvolvendo o tipo de exploração escravagista. As classes médias, arruinadas, integravam as grandes massas inactivas das cidades, onde o recurso ao trabalho escravo impedia - como nos campos - qualquer melhoria de produtividade.

Esmagada por Caracala, no início do séc. III, uma revolta da aristocracia, a classe dominante em todo o Império passará a ser a dos *curiales* (colectores de impostos), responsáveis directamente perante o imperador, e cuja autoridade se transmite hereditariamente. Os imperadores organizam as artes em corporações obrigatórias e passam a intervir cada vez mais na economia.

Com Diocleciano, generaliza-se o pagamento em espécie aos funcionários, utilizando o estado directamente os produtos da terra, sem os deixar passar pelo mercado, cuja importância diminui, justificando a tendência dos grandes proprietários para se constituírem em *economias fechadas*, de dimensões cada vez maiores, colocando-se os pequenos proprietários - desarmados perante o fisco - sob a protecção dos grandes.

Por outro lado, com vista a facilitar a cobrança dos impostos (frequentemente pagos em géneros), o estado procurou fixar à terra que cultivavam os pequenos agricultores livres das aldeias, instituindo o regime de *colonos*. Estes não podiam deixar a terra, nem casar fora do domínio, nem vender os seus bens sem autorização do proprietário da terra. Assim se institui um regime de grande propriedade,

mas sem bases técnicas capazes de proporcionar índices razoáveis de produtividade do trabalho agrícola.

Minado por dificuldades internas, o império romano sucumbirá à invasão dos bárbaros do norte (em 476). Não conhecendo a propriedade privada das terras, os povos invasores, à medida que vão penetrando nos territórios do império romano, constituem-se em *comunidades de aldeia*, sendo as terras periodicamente repartidas entre os habitantes.

Paralelamente, a apropriação pelos chefes bárbaros dos grandes domínios dos romanos vencidos dá origem a uma nova *aristocracia fundiária*, sob cuja protecção se viriam colocar os camponeses livres das aldeias, ameaçados permanentemente pelo clima de insegurança que marcou o período entre o séc. V e o séc. IX.

Em troca do compromisso de *fidelidade pessoal* e (em regra) da entrega dos seus bens, os camponeses pobres passavam a integrar a 'família', a 'casa' dos grandes donos de terras, que, por sua vez, se obrigavam a protegê-los e a garantir-lhes o sustento. Por este processo, os camponeses livres transformam-se em *servos*, começando a delinear-se assim os domínios senhoriais característicos da Idade Média.³⁹

Nas regiões menos afectadas pelas invasões bárbaras, os servos tomaram também o lugar dos escravos, dada a impossibilidade de manter a exploração agrícola com um tipo de relações de produção cuja ineficácia se vinha progressivamente acentuando.

Entretanto, as cidades espalhadas pelo império romano eram assaltadas, saqueadas e abandonadas, arruinando-se por completo a actividade 'industrial' que nelas se localizava, desaparecendo com a indústria antiga a escravatura em que ela se apoiava. Regressava-se a uma actividade económica quase exclusivamente rural.

Com as invasões normandas, no séc. IX, os delegados das administrações reais constroem fortificações a cuja protecção se acolhem as populações indefesas e tornam-se praticamente independentes da autoridade dos reis, considerando-se apenas vassallos a quem os reis concedem poderes sobre uma parte dos seus domínios, concedendo eles, por sua vez, direitos idênticos aos seus subordinados. Assim se constitui a *hierarquia da sociedade feudal* e se *desmembra o estado*.

As invasões dos povos germânicos vieram acentuar e acelerar tendências já em marcha no sentido da perda de importância da actividade industrial e comercial e da economia monetária, reforçando a base rural da economia e da sociedade e provocando a rotura das estruturas económicas, sociais e políticas, com a consequente fragmentação do espaço económico e do espaço político.⁴⁰

39 Sobre a génese das relações de dependência pessoal, cfr. M. BLOCH, *A Sociedade Feudal*, cit., 171 ss.

40 Cfr. A. HESPAÑA, *História das Instituições*, cit., 81/82. Em geral sobre a transição da 'sociedade antiga' para o feudalismo, ver: F. LOT, *O fim do mundo antigo*, cit.; P. ANDERSON, *Passagens...*, cit.

C

O FEUDALISMO ⁴¹

1. CARACTERIZAÇÃO GERAL

Na sociedade feudal toda a vida social era marcada por um elemento comum, a subordinação de indivíduo a indivíduo, a relação de dependência pessoal, a circunstância de cada um “ser o homem de outro homem”, na expressão de Marc Bloch.⁴² Esta relação de *dependência pessoal* caracterizava todo o tecido da sociedade feudal, independentemente da natureza jurídica exacta do vínculo e sem distinção de classes: o conde era o ‘homem’ do rei, do mesmo modo que o servo era o ‘homem’ do senhor da terra onde vivia e trabalhava.

As formas deste laço humano apresentavam, porém, algumas singularidades, conforme os níveis sociais em que se verificavam. No grau inferior, as relações de dependência encontraram o seu enquadramento natural no senhorio rural, que é, fundamentalmente, uma terra habitada e os seus súbditos. No âmbito do senhorio, o vínculo de dependência pessoal tinha no aspecto económico o seu campo de iniciativa primordial: o objectivo do senhor era, preponderantemente, o de obter rendimentos, através da apropriação dos frutos do trabalho gratuito dos servos.

Tradicionalmente, a designação *feudalismo* vem associada a determinadas estruturas jurídicas e políticas (a “vassalagem”), que apontam para um entendimento do feudalismo como regime jurídico-político. Por nós, utilizá-la-emos aqui no sentido de modo de produção feudal ou sistema económico-social feudal.⁴³

41 Sobre o feudalismo, ver: TEIXEIRA RIBEIRO, *Economia Política*, cit., 147ss.; M. DOBB, *A Evolução...*, cit.; P. SWEEZY, M. DOBB e outros, *ob. cit.*; PARAINVILAR e outros, *ob. cit.*; HINDESS-HIRST, *Modos de Produção*, cit., 260ss.; A. HESPAHIA, *História...*, cit., 88ss.; G. CONTE, *Da Crise...*, cit., 12-40.

42 Cfr. Marc BLOCH, *A Sociedade Feudal*, cit., 169.

43 Durante muito tempo, os historiadores da Idade Média distinguiram entre *feudalismo* e *senhorio*. Mas esta distinção foi sendo abandonada pela historiografia mais recente, graças, sobretudo, aos trabalhos de inspiração marxista. Reconhece-se, por um lado, que não é fácil isolar, no contexto económico, social e político das sociedades medievais, aquelas duas realidades (feudalismo e senhorio), e salienta-se, por outro lado, que ambas relevam na conformação de um mesmo sistema económico-social (o sistema feudal, o feudalismo, na aceção em que aqui se utiliza esta palavra).

Alguns historiadores (sobretudo franceses) ensaiaram a distinção entre *feudalismo* e *feudalidade*. A expressão *feudalismo* traduziria o entendimento tradicional de regime jurídico-político caracterizado pelas relações de vassalagem entre o rei e os grandes vassalos, que disporiam de poderes majestáticos bastante amplos. A expressão *feudalidade* traduziria a concepção alargada de regime senhorial, caracterizado este pela

No início da Idade Média as terras, na Europa Ocidental, encontravam-se divididas em três partes:

1) as terras que o senhor reservava para si (o *domínio*, a *reserva*) e que explorava utilizando o *trabalho não pago* dos servos e colonos obrigados à *corveia* (prestação, não paga, de certos dias de trabalho ou de certos serviços);

2) as terras que os senhores colocavam à disposição dos camponeses para eles cultivarem com vista à satisfação das suas próprias necessidades (*tenures*, *concessões*);

3) as terras comunais, utilizáveis livremente pelos camponeses e pelo senhor, que forneciam essencialmente lenha e madeira para as construções e pastos para os gados.

Enquanto os *colonos* podem abandonar as terras para ir servir outros senhores, os *servos* encontram-se hereditariamente ligados às terras do seu senhor, não podendo abandoná-las. Mas estes *deveres de servidão* têm como contrapartida o direito dos servos de permanecer nas terras do senhor e de cultivar uma parcela delas, para aí proverem à satisfação das suas necessidades. Na expressiva síntese que Fustel de Coulanges faz do estatuto do servo, "la terre le tient et il tient la terre".⁴⁴

Este 'direito' hereditário das famílias servas constitui um limite ao direito de propriedade do senhor. Por isso se diz que a propriedade feudal é uma *propriedade imperfeita*: os proprietários da raiz não podem expulsar os servos das terras que eles habitam e que lhes garantem o sustento.

Servos e colonos estão sujeitos ao estatuto de *servidão pessoal*: sobre eles recaem idênticas obrigações pessoais de prestar ao senhor certos serviços ou dias de trabalho gratuitos, de entregar uma parte das colheitas, ou, mais tarde, de pagar uma dada renda em dinheiro. Esta *relação de servidão pessoal* é, sem dúvida, a característica fundamental do modo de produção feudal. Seguindo Maurice Dobb, podemos defini-la como "a obrigação imposta ao produtor pela força e independentemente da sua própria vontade, para que satisfaça certas exigências económicas de um senhor, quer tais exigências tomem a forma de serviços a prestar, ou de tributos a satisfazer em dinheiro ou em espécies - em trabalho ou no que o Dr. Nielson chamou 'presentes para a despesa do senhor'. Essa força coerciva pode ser a força militar, detida pelo senhor feudal, a do costume apoiado por uma espécie de processo judicial, ou a força da lei."⁴⁵

existência de laços de dependência económica, política e social fundados na posse da terra e extensivos a toda a sociedade e não apenas ao topo da escala social. Este entendimento da feudalidade enquanto estrutura social complexa marcada por laços de dependência em que o proprietário da terra era também *senhor* e em que os produtores directos eram também *servos* não é substancialmente diferente do entendimento que fazemos do feudalismo como modo de produção feudal ou sistema económico-social feudal. Cfr. A. HESPAÑHA, *História...*, cit., 84ss.

44 Apud E. MANDEL, *Traité...*, cit., III, 116.

45 Cfr. M. DOBB, *A Evolução...*, cit., 35-36.

Nas condições do feudalismo, a força de trabalho não é uma mercadoria autónoma, porque os servos, não sendo homens livres, não são livres de vender a sua própria força de trabalho: têm de a exercer nas terras do senhor, em parte para garantir a sua própria sobrevivência e reprodução, em parte, obrigatória e gratuitamente, em benefício do senhor. Como contrapartida, os servos têm direito a trabalhar as terras indispensáveis para obter os meios de subsistência para si e para as suas famílias.

Quer isto dizer que os servos não estão separados dos meios de produção, uma vez que têm garantida a posse dos meios materiais da sua existência, uma posse que lhes permite viver do seu próprio trabalho utilizando os instrumentos de produção que lhes são necessários e com os quais estabelecem uma relação directa. O que significa que eles não são *economicamente* obrigados a trabalhar nas terras do senhor. Eles são obrigados a trabalhar gratuitamente para o seu senhor em virtude do *estatuto jurídico-político da servidão* a que estão sujeitos.⁴⁶

E este estatuto é respeitado porque os senhores têm o direito e o poder (político, militar e judicial) de os compelir a isso, e porque os próprios servos se sentem obrigados a respeitar o seu estatuto, na medida em que aceitam a *ideologia dominante*, veiculada pela Igreja, que advoga uma sociedade hierarquizada, em que tudo e todos estão no seu lugar e não podem deixar de estar, sob pena de se pôr em risco o equilíbrio indispensável à própria sobrevivência do edifício social. Neste sentido, pode dizer-se que as relações de produção são, no quadro do feudalismo, relações entre os produtores directos e o seu suserano, verificando-se a exploração dos produtores através de uma *compulsão político-legal directa* (Maurice Dobb): a apropriação do trabalho excedente pelos senhores feudais efectua-se directamente, por *coerção extra-económica*, sem a mediação das leis económicas de troca de mercadorias. "A possibilidade de apropriação do sobreproduto por parte do senhor - escreve G. Conte⁴⁷ - reside unicamente no poder de impor o seu direito, enquanto proprietário nominal da terra, pela coerção jurídica ou pela pura violência".

Nos tempos feudais, como sublinha Galbraith, "a propriedade era uma fonte duradoura de poder temporal."⁴⁸ O poder político, que tinha a origem e o fundamento na propriedade da terra, era um poder descentralizado e fragmentado, disperso por uma pluralidade de titulares, dando a ideia do desaparecimento do estado. Mas o poder político (o estado, *hoc sensu*) existe, exercendo-se a sua autoridade de pessoa para pessoa. Charles Parain observa que "o facto essencial, sob este aspecto,

46 Cfr. G. CONTE, *Da Crise...*, cit., 12 ss. e A. GUERREAU, *O Feudalismo...*, cit., 215 ss.

47 *Ult. ob. cit.*, 15.

48 Cfr. J. K. GALBRAITH, *Anatomia do Poder*, cit., 110.

é que a justiça é exercida pelo 'suserano' sobre os seus vassallos e pelo 'senhor' sobre os camponeses. A exploração das prestações económicas e o aparelho jurídico-político encontram-se, por isso mesmo, muito estreitamente unidos".⁴⁹

A *natureza de classe* do estado aparece, nestas condições, sem qualquer dúvida nem disfarce: o poder político e a violência que ele representa é exercido pela classe dominante (que dispõe do poder militar e administra a justiça através de tribunais nomeados pelos senhores e responsáveis perante eles) para garantir a apropriação do sobreproduto criado pelos trabalhadores servos e, em último termo, para defesa dos seus interesses de classe, que exige a manutenção do estatuto de servidão e das relações de produção servis.

Acompanhemos a lição de Marx:⁵⁰

"É precisamente porque a sociedade se baseia na dependência pessoal que todas as relações sociais aparecem como relações entre pessoas. Os trabalhos diversos e os seus produtos não carecem, por isso, de adoptar uma figura fantástica distinta da sua realidade. Apresentam-se como serviços, prestações e entregas *in natura*. A forma natural do trabalho, a sua particularidade - e não a sua generalidade, o seu carácter abstracto, como na produção de mercadorias - é também a sua forma social. A corveia é medida pelo tempo do mesmo modo que o trabalho que produz mercadorias; mas cada prestador da corveia sabe muito bem, sem recorrer a um Adam Smith, que é uma quantidade determinada da sua força de trabalho pessoal que ele despense ao serviço do seu senhor. (...) De qualquer maneira que se julguem as máscaras que os homens trazem nesta sociedade, as relações sociais das pessoas nos seus trabalhos afirmam-se nitidamente como as suas próprias relações pessoais, em vez de se disfarçarem sob a forma de relações sociais das coisas, dos produtos do trabalho".

Durante uma grande parte da Idade Média, o *excedente social* (o que os trabalhadores produziam para além do necessário à sua sobrevivência) foi apropriado pelos senhores feudais, que dele viviam, uma vez que não participavam na actividade produtiva. A grande massa dos produtores limitavam-se a consumir o que produziam nos dias em que trabalhavam para si nas terras que os senhores afectavam à subsistência dos trabalhadores. Estes não aparecem no mercado, nem a comprar nem a vender. A produção era essencialmente *produção para uso* e não para venda.

As trocas eram essencialmente *trocas internas*, trocas directas de produtos e serviços entre os produtores. Só os senhores dispunham de bens para vender e só eles podiam comprar os produtos de 'luxo' da produção artesanal, ela mesma sem

49 Cfr. PARAIN e outros, cit., 26.

50 Cfr. K. MARX, *Le Capital* (trad. J. Roy), cit., 73.

estímulos para o seu desenvolvimento, dada a falta absoluta de poder de compra da grande maioria da população e a conseqüente exiguidade do mercado. Daí que a agricultura fosse a actividade dominante da economia feudal. Daí que praticamente não houvesse trocas entre o domínio senhorial e o exterior. Daí que a economia feudal fosse uma *economia fechada*, em que o domínio senhorial era a unidade de produção e de consumo, produzindo-se no seu seio tudo o que se consumia e consumindo-se tudo o que se produzia.

Por outro lado, o modo de produção feudal criou condições propícias à estagnação da *técnica*, que se manteve *rudimentar e rotineira*: os instrumentos de trabalho eram muito simples e o acto de produção era geralmente de carácter individual, quase não havendo divisão do trabalho.

Pelo que toca aos servos, qualquer melhoria nos resultados da produção era sempre pretexto para novas exigências do senhor, o que 'matava' qualquer iniciativa no sentido de beneficiar as terras ou melhorar as técnicas de cultivo e os instrumentos de trabalho.

Na óptica da classe senhorial, os senhores não têm interesse em promover o desenvolvimento da produção nas suas terras para além do limite resultante da sua própria capacidade de consumo. Em virtude da quase inexistência de mercado, os bens tinham apenas valor de uso e a acumulação teria de ser *acumulação de valores de uso* (alimentos, vestuário, madeira, etc.) ou assumir formas 'irracionais', improdutivas, do ponto de vista da sua utilização para aumentar a capacidade de produção (construção de grandes castelos, de grandes edifícios religiosos, constituição de grandes tesouros em mosteiros e catedrais). Daqui deriva a ausência de incentivo ao desenvolvimento das forças produtivas. Daqui deriva também que o *móbil* da actividade produtiva, imposto pelo senhor, consistisse na satisfação das necessidades elementares de consumo do senhor do domínio, dos que viviam na sua roda e dos que trabalhavam as terras do senhor.

2. A DESAGREGAÇÃO DA SOCIEDADE FEUDAL ⁵¹

Caracterizada, em traços gerais, a economia feudal, centrada sobre os domínios senhoriais, veremos agora como se processou a sua evolução e que factores poderão explicar a sua desagregação e o advento do capitalismo.

É um problema controvertido este da passagem do feudalismo ao capitalismo, desde logo quanto à questão de saber se deve ou não reconhecer-se autonomia ao

que Sombart chamou *sistema de economia artesana* e quanto à relevância a atribuir ao período do chamado *capitalismo comercial*.

Ao contrário de Sombart, Marx e a historiografia marxista não reconhecem como modo de produção autónomo a *economia artesana*, i.é, a economia industrial que se desenvolveu nas cidades em sentido económico, como agregados populacionais cujos habitantes vivam apenas do seu ofício, sem trabalharem a terra.

Este é, também, o nosso ponto de vista. Com efeito, a economia artesana nunca teve, verdadeiramente, um carácter dominante. Não pode dizer-se que os artesãos tenham dominado a produção social daquela época: os núcleos urbanos da Idade Média aparecem como autênticas ilhas no grande mar da economia rural dos domínios senhoriais, cujas relações sociais de produção marcaram a essência da sociedade medieval. Por outro lado, a verdade é que as cidades se integravam na estrutura hierárquica da sociedade medieval. Como ensina Pierre Vilar, "as cidades dependiam dos senhores. Foram, porém, mais fortes do que as aldeias para discutir com os seus amos, rebelar-se, obter ou impor 'cartas de franquia'. Colectivamente, mantinham-se vinculadas ao sistema feudal, já que reconheciam suseranos e elas próprias possuíam senhorios. Contudo, no seu território, e sobretudo no recinto amuralhado, os habitantes eram livres e participavam da organização colectiva."⁵²

Mas também é verdade que não pode negar-se a importância do desenvolvimento da indústria artesana como elemento de desagregação da ordem feudal nem a importância do desenvolvimento das cidades no processo que levou à criação dos estados modernos da Europa, quadro dentro do qual surgiu e se desenvolveu o capitalismo dos primeiros tempos. Trata-se, portanto, de fenómeno que é preciso ter em conta para se compreender a dialéctica do processo de gestação do capitalismo. E importante se apresenta também, do mesmo ponto de vista, o desenvolvimento do comércio e do capital mercantil que a partir de certa altura se verificou nas economias europeias (ou a partir delas).

Melhor será, porém, tentarmos acompanhar as grandes linhas da evolução do feudalismo, para vermos como, a partir dele, se gerou o capitalismo.

A evolução do feudalismo veio a traduzir-se na ocorrência de conflitos e dificuldades de vária ordem que acabariam por minar as relações de servidão que constituíam a base da sobrevivência de toda a estrutura feudal. E da interacção destes *conflitos internos* com *factores externos* ao sistema mas que condicionam o seu desenvolvimento (incremento do *comércio* e desenvolvimento das *cidades*) é que resultou o lento processo de desagregação do feudalismo. Afasta-se assim a expli-